

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

AÇÃO PENAL
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
CONTRA
PAULO FREIRE E OUTROS

1964/1969
VOLUME 2 – PLANO DE TRABALHO

2º VOLUME

19 68

JUSTIÇA MILITAR

AUDITORIA DA AERONÁUTICA

N.º 1.426/68

INQUÉRITO

POLICIAL

AUDITOR

ESCRIVÃO

AUREO DE SOUZA E ALMEIDA

CORRYNTHO BRAYNER NUNES DOS SANTOS

AUTORA A Justiça Militar

ACUSADO PAULO DE TARSO, JULIO FERQUIM SAMBAGUY, ex-ministros

outros.

CRIME DO ART.

DO C. P. M.

Autos tirados n.

Em 18/

AUTUAÇÃO

Aos sete dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade do Rio de Janeiro, em meu cartório, autuo o 2º volume de inquérito que adiante se segue do que, para constar, lauro este termo.

Escrivão

ARQUIVO

EM 13/11/69

1387

19 68

485-1
P. Mayr
2º volume

STM
1ª SEÇÃO



Superior Tribunal Militar

N.º 146

Estado da Guanabara

Relator: Sr. Ministro

Dr. Lima Torres

Revisor: Sr. Ministro

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
1ª SEÇÃO
22 MAI 1968
Rel. 14-5-68
LEGISLAÇÃO JURISPRUDÊNCIA E DATILOGRAFIA

INQUÉRITO

IPM procedido no Ministério da Educação e Cultura, para apurar os fatos relacionados com o Movimento de Cultura Popular e no Programa Nacional de Alfabetização, conforme a Delegação de Poderes nº 714, em que são indiciados ex-MINISTROS PAULO DE TARSO e JULIO FURQUIM SAMBAQUI e outros.

AUDITORIA DE CORREIÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR
Protocolo nº 674
Em 20.6.1968

DISTRIBUIDO A

22 AUDITORIA da Assessoria
Em 20 de Junho de 1968

AUTUAÇÃO

Aos 28 dias do mês de março de 1968

nesta Superior Tribunal Militar, fez a presente autuação.

Pelo Sr. Diretor Geral

Leamirle Araújo

Oficial Judiciário

Protocolo nº 98

fls.

Julgado em,

8

de

3

de 19

64

19

65

1 apenso

2^o

- Vol.

19 AGO 1965



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

N.º 166

clio

Guarabau

Relator, o Exmo. Senhor Ministro

Evandro Lima

Ação Penal

Autoria Justiça pública

Paulo de Tarso, Julio Furquim Sampaio e outros

Supremo Tribunal Federal, em

de

10 de

de 19

65

DIRETOR GERAL

Prayner 485-

~~ANEXO A~~

RELATIVO AO PROTOCOLO
SECRETO Nº 1042/65-GMB (IEX)



J U N T A D A

Aos quatro dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura (Palácio da Cultura), faço juntada a êstes autos dos documentos de fls 486 às fls 649, que adiante se vêem, conforme o constante de fls 11; do que para constar, lavrei o presente termo. Eu, Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, o escrevi e assino. *David Lima Khoury*, servindo de Escrivão.

FL 486
Bryner

CÓPIA

DA

R E S O L V E:

Art. 2º - Esta Comissão será presidida pelo Professor Paulo Freire e integrada pelas seguintes autoridades:

- a) - Chefe do Gabinete do Ministro;
- b) - Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação;
- c) - Diretor Geral do Departamento de Administração;
- d) - Secretário Executivo do Plano Trienal de Educação;

Art. 3º - Fica a Comissão designada, au
torizada a promover tôdas as providências indispensáveis à exe
cução de seus fins.

Art. 4º - Os recursos para a manutenção dos trabalhos da Comissão ora instituída, provirão de resíduos de exercícios anteriores e destaque dos Fundos criados pela Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, os quais serão creditados em conta especial de Cultura Popular - Ministério da Educação e Cultura.

PAULO DE TARSO

~~Kristo:~~

Portaria nº 195 de 8 de julho de 1963

EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica instituída, junto ao seu Gabinete, uma Comissão de Cultura Popular com o objetivo de implantar, em âmbito nacional, novos sistemas educacionais de cunho eminentemente popular, de modo a abranger áreas ainda não atingidas pelos benefícios da educação.

Art. 2º - Esta Comissão será integrada por cinco (5) membros, designados por portaria ministerial.

Parágrafo único - No ato da designação dos membros se indicará aquele que terá as atribuições de Presidente da Comissão.

Art. 3º - A Comissão promoverá todas as providências indispensáveis à execução de seus fins.

Art. 4º - Os planos de trabalho, elaborados pela Comissão, serão submetidos à aprovação do Ministro do Estado.

Art. 5º - Os recursos para a manutenção dos trabalhos da Comissão, ora instituída, provirão de resíduos de exercícios anteriores e destaques dos Fundos criados pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, os quais serão creditados em conta especial no Banco do Brasil, sob a denominação "Comissão de Cultura Popular - Ministério da Educação e Cultura".

PAULO DE TRASSO

Revogado pela Portaria Ministerial nº 237, de 14. 4. 64

D.O. de 16. 4. 64 - fls 34 41

*justo
f. 11. 12. 64
m. 11. 12. 64*

Brayner *Fls 487*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Prado *Fls 488*
Depto

Portaria nº 197

de 9 de julho de 1963.

DA
EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

designar os Senhores LUIZ ALBERTO GOMEZ DE SOUZA, JOSÉ RIBAMAR FERREIRA, ROBERTO PONTUAL, CARLOS MIRANDA e VERA JACOUD, para, sob a presidência do primeiro constituírem Grupo de Trabalho incumbido de promover levantamentos e pesquisas e fazer indicações e sugestões sobre problema de Cultura Popular, apresentando, dentro de 30 dias, relatório conclusivo.

PAULO DE TARSO.

W. F.
J. F. Ferraz
Depto de Cultura

Portaria nº 233 de 23 de julho de 1963

DA
EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

1 - A Comissão de Cultura Popular, instituída pela Portaria Ministerial nº 195, de 8 de julho de 1963, terá âmbito nacional e destinar-se-á a promover levantamentos e pesquisas sôbre questões de natureza cultural, a firmar normas de trabalho para êsse fim, a incentivar, desenvolver e aprimorar a cultura popular, preservado, em cada região do país, as características que lhe são próprias e que deverão ser aproveitadas como elementos integrantes da educação de base das populações locais.

2 - A Comissão de Cultura Popular será integrada por cinco membros designados por ato do Ministério, que também indicará o respectivo presidente e o substituto eventual dêste.

3 - Subordinada à Comissão de Cultura Popular, funcionará uma Secretaria Executiva, que terá a seu cargo a administração de tôdas as atividades da referida Comissão, servindo ainda de órgão de ligação entre esta na Comissões Regionais de Cultura Popular, que forem instituídas.

4 - Para a realização das atribuições que lhe competem, a Secretaria Executiva compreenderá um Setor Administrativo e um Setor Técnico.

5 - A Secretaria Executiva será dirigida por um Secretário Executivo e os Setores por Assistentes Executivos todos designados pelo Ministro.

6 - As Comissões Regionais de Cultura Popular serão integradas no mínimo por três membros, representantes do Ministério da Educação e Cultura, das instituições de cultura popular e das entidades universitárias locais, designados por ato do Ministro, que indicará o presidente, seu substituto eventual e o Secretário Executivo.

Brayner Flo 490
[Signature]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

7 - Os planos de trabalho elaborados pela Comissão de Cultura Popular, com discriminação das despesas previstas, serão submetidos à aprovação do Ministro.

8 - Os recursos para a manutenção dos trabalhos da Comissão de Cultura provirão de resíduos de exercícios anteriores e destaques dos Fundos criados pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, os quais serão creditados em conta especial no Banco do Brasil, sob a denominação "Comissão de Cultura Popular - Ministério da Educação e Cultura.

9 - A conta a que se refere o artigo anterior será movimentada conjuntamente, pelo Chefe do Gabinete do Ministro e pelo Secretário Executivo.

10 - A Comissão de Cultura Popular deverá elaborar e submeter à aprovação do Ministro, no prazo máximo de 30 dias, o seu Regimento Interno, no qual serão fixadas as atribuições dos órgãos que a compõem, as suas relações com as Comissões Regionais de Cultura Popular e a competência destas.

11 - Os membros das Comissões de Cultura Popular não poderão integrar as Comissões Regionais.

12 - A presente Portaria Ministerial entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAULO DE TRASSO

Revogada pela Portaria Ministerial
nº 237, de 14.4.64

D.O. de 16.4.64 fls 3441

D.O. 5/8/63
Fls 6786

Visto
J. F. ...
[Signature]

1

Brayner *Fls 491*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

PORTARIA Nº 203

CÓPIA

de, 9 de julho de 1963.

Designação de Comissão.

DA

EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

designar os Senhores PAULO FREIRE, HERBERT JOSÉ DE SOUZA, LAURO BUENO DE AZEVEDO e JÚLIO FURQUIM SAMBAQUY para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Cultura Popular, instituída pela Portaria Ministerial nº 195, de 8 de julho de 1963.

PAULO DE TARSO

D.O. 16/7/63

FLS. 6156

(Revogada pela Portaria Ministerial nº 237 de 14.4.64)

D.). de 16/4/64 fls 3441

listar
J. T. Ferreira de Almeida
Ministro da Educação

Portaria nº 234 de julho de 1963

DA EDUCAÇÃO

E CULTURA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

1 - designar os senhores PAULO FREIRE, HERBET JOSÉ DE SOUZA, JÚLIO FURQUIM SAMBAQUY, LUIZ ALBERTO GOMEZ DE SOUZA e ROBERTO SATURNINO BRAGA para, sob a presidência do primeiro e tendo o segundo como substituto eventual do Presidente, integrarem a Comissão de Cultura Popular instituída pela portaria nº 195, de 18 de julho de 1963.

2 - Designar o Senhor ANTÔNIO CARLOS DIAS FERREIRA para Secretário Executivo da Comissão de Cultura Popular, de acordo com o item 3 da portaria nº 233, de 23 de julho de 1963.

Paulo de Tarso

D.O. de 5/8/63
fls. 6786

Revogada pela Portaria
Ministerial nº 237, de
14.4.64

D.O. de 16.4.64
fls 3441

*Visão:
J. J. F. in. de h. d. h. d.
p. b. c. h. e. a. o. f. a.*

493

① Donaghy parte 3
Fls 49
866

Doc A do Anexo N: 24

**INFORME AO COMITÊ UNIVERSITÁRIO SOBRE O SEMINÁRIO NACIONAL
DE CULTURA POPULAR.**

1- RESOLUÇÕES POLÍTICAS SOBRE O PROBLEMA DE CULTURA POPULAR.

O plenário aprova a linha geral de que a Cultura popular expressa, do ponto de vista político, o conjunto que envolve a Alfabetização como método de trabalho de massas. Esta formulação de plenário é conseqüente com a linha política de nosso Partido. Outra resolução decorrente desta que pode facilitar o / mesmo trabalho é de que a Cultura popular, no atual processo político, pode se desdobrar a serviço da alfabetização, que deve assim ser entendida como seu aspecto principal.

No terreno organizativo, decidiu-se criar uma comissão ministerial que servisse de instrumento de ligação entre os diferentes movimentos- MEB, CPC, MPA, MCP - que atuam nacionalmente dispersos no terreno da Cultura popular. Esta comissão, funcionando no Ministério de Educação e Cultura, tem por função entre- ar uma política de quadros da Cultura Popular e Alfabetização. Desnecessário que nos refiramos à importância do trabalho ligado ao aparelho estatal, pois que as formas da Cultura popular só se desenvolverão ligadas a um processo de quadros conscientes e profissionalizados. A fase de amadorismo, embora importante para a renovação dos horizontes intelectuais, não deve nunca ser entendida como o objetivo da política de organização da Cultura popular. Esta comissão ministerial é formada por companheiros nesses- Paulo da Paraíba, e outro, - Armando, bem aliado de frente única, se encontra na comissão de três elementos onde o outro de Ação Popular. Esta comissão deve ser encarregada no plano estadual da formação de comissões regionais com quadros profissionalizados, e que assume para o nosso Partido elevada significação do ponto de vista da frente única, da formação de quadros e de aprofundamento do movimento de Cultura popular e alfabetização a curto prazo no estado.

2- MEDIDAS NECESSÁRIAS AO TRABALHO DE PARTIDO NO CAMPO DA CULTURA POPULAR.

Concluem-se assim medidas práticas que devem imediatamente ser organizadas pelo nosso Partido, a fim de responder com suficiente presteza às solicitações de avanço político, ao mesmo tempo que passa a prever o curso do processo em que atua.

A fração do Partido que atuou no Seminário tomou medidas iniciais como sugestões que tomamos a liberdade de encaminhar aos companheiros do Comitê Universitário, com licença da Seção Juvenil:

- 1- criação de uma seção nacional de cultura popular.

- 2- realização, dentro de seis meses, de um encontro nacional de cultura popular e alfabetização do Partido.
- 3- realização prévia de encontros estaduais.
- 4- discussão de alto a baixo no Partido, sobre problema de cultura popular.
- 5- reestruturação dos organismos em fase de decadência.

Outra sugestão apresentada pelos camaradas da Seção Juvenil diz respeito a que as assistências de Comitê intermediário digam respeito à Comissão Executiva do Estado correspondente.

Do ponto de vista do trabalho do PARTIDO TINHA CONSIDERÁVEL importância a que dediquemos a maior atenção em reorganizar os núcleos pre-existent, da F.N.Fi., dos Metalúrgicos, do CACO, do Direito do Catete, etc, dando-lhes imediatamente uma função de estudo e planificação das atividades, uma vez QUE OS ELEMENTOS DESIGNADOS PARA AS COMISSÕES ESTADUAIS serão tirados dos núcleos de trabalho existentes no estado, o que põe em destaque a importância do trabalho a partir de já.

Recomendamos assim a elaboração de um informe pelos camaradas, como sugestão, que descida às bases universitárias colaborasse na organização das frações que impulsionariam novamente o trabalho de cultura popular.

Adicionamos um informe da O.B. F.N.Fi., como uma pequena ajuda de nível que nos foi possível elaborar, certos de que no fundamental estamos ajudando, e que esse deve ser o nosso espírito no Partido.

ELIAS MANSUR- Responsável da fração de P.N.A.

Brazner

ANEXO N.º 22

ANEXO N.º 22 DE CULTURA POPULAR

Procuraremos trazer algumas considerações sobre o trabalho de cultura popular e a atuação de nosso partido neste trabalho, a partir de nossa própria experiência em atividades culturais e no Centro Popular de Cultura da FNEI.

Sentimos necessidade de trazer este informe à Assembleia do Base e à Conferência Universitária, porque a nossa prática nos demonstrou a ausência do partido enquanto organização nestas atividades, não tendo ainda tomado uma posição justa frente a esta nova forma de luta. Queremos ressaltar que as perspectivas dos militantes de cultura popular são muitas vezes ingênuas e muitas outras inconsistentes, sendo o nosso trabalho realizado de maneira espontânea e alienada. As poucas posições conscientes são poucas e pouco elaboradas, e por isto mesmo, poucas realizadas em e muito menos realizadas.

Incentivados pela apresentação de CPC da FNEI com o "Auto / dos 99%", e orientados pelas suas experiências, criamos o CPC da FNEI, no sentido de organizar os alunos da faculdade para a elaboração de uma cultura baseada nos valores populares e não mais nas outorgadas pelas classes dominantes.

Com o desenvolvimento de nossas atividades, o CPC demonstrou ser uma forma válida de organização de massa bem como de recrutamento. Pronto, nós, comunistas, sabendo que não podemos partir para um trabalho prático sem nos organizarmos, criamos a fração do CPC. Infelizmente, esta fração só existia de fato, não conseguiu deixar de ser apenas / uma segunda direção dentro do CPC., pois não tinha perspectiva de trabalho, devia realizar como fração do partido numa organização cultural. Isto é: não tinha uma perspectiva política de cultura popular e não podia, por isso, se organizar e muito menos atuar.

Acreditamos que estes problemas teriam sido superados se / os companheiros da fração e do resto da base encarassem o trabalho de cultura popular com o espírito crítico e a seriedade exigida num verdadeiro comunista. O que vimos, pelo contrário, foi uma atitude preconceituosa, anti-científica da maioria de nossos companheiros, que não tendo condições de analisar e criticar nosso trabalho, apelavam para a geração imediata. A ignorância do problema da cultura popular e a falta de respeito revolucionário por aqueles que procuravam organizar esta nova forma de luta, não só, impossibilitaram a formação de nossos quadros, como levaram / grande número de nossos companheiros a sair do CPC.

O que nos parece mais grave é que isto não é um fenômeno local. É uma atitude comum tanto entre as bases como nas direções de nosso partido. Nunca se estudou o problema, nunca se soube criticar o trabalho de cultura popular, mas procuram destruir quem se propõe a realizá-lo.

queremos deixar clara a conduta desta atitude não nos misto-leninista em nossos filiais, e aconselhamos os companheiros a combaterem com mais uma das atitudes liquidacionistas que devem ser barradas / de nosso partido.

Companheiros, já é tempo de voltarmos nossa atenção para esta forma de luta de classes - a forma teórica. Além da luta econômica e da luta política, há que se desenvolver um trabalho revolucionário no campo da cultura, através de todos os instrumentos de que dispomos. Em nossos dias "a arma das críticas não pode substituir a crítica das armas; a força material só pode ser vencida pela força material; a teoria transformando-se em força material quando penetra nas massas".

Neste sentido, é necessário antes de tudo preparar nossos instrumentos revolucionários através da formação de uma política cultural de nosso partido. Política esta que já tarda, tanto que outros setores frente única, em organizações em termos pessoais, procuram contrari-la desordenadamente, a partir das condições objetivas mais de que proprias, condições reais que a exigem. Surgem, nos mais diversas partes do Brasil, organizações em escolas, faculdades, sindicatos, associações de bairro, etc., que procuram realizar um trabalho cultural dentro da perspectiva de povo brasileiro. Alfabetização, música popular, teatro, artesanato, literatura, debates - as experiências se sucedem sem que haja uma planificação racional e consequente, fundamentada numa teoria revolucionária.

Cabe a nós, comunistas, vanguarda consciente da revolução brasileira, a elaboração desta teoria, que irá sustentar as já existentes organizações de cultura popular, e desenvolvê-las numa prática - realmente revolucionária, e não mais aventureira. Colocamos, portanto, causas, que nos parecem fundamentais, da ausência de uma política cultural em nosso partido. Em primeiro lugar, a política imediatista constantemente adotada por nossas direções, e seguida pelas bases, frente aos problemas que a realidade nos apresenta. Isto porque não havendo uma análise científica desta realidade, não há como se ter uma perspectiva a longo prazo do processo histórico. E não há preocupação na formação de quadros culturais com condições de fazer tal análise. Cai-se então apenas na resolução de tarefas imediatas. É o círculo vicioso, gerado pela inexistência dessa política cultural. Devemos notar ainda que, além de não formar quadros nossos, tal fato provoca o afastamento daqueles que se dedicam às atividades artísticas e culturais fora de - nosso partido, e que muito poderiam contribuir para a elaboração dessa nossa política.

Esta situação gera o monopólio pelo trabalho cultural em geral, e do cultura popular especificamente. E sabemos disto não só pela própria experiência, mas também pelo conhecimento que temos de muitas outras organizações se extinguem ou sobrevivem numa situação de deturpado e alienada.

A substituição do trabalho de cultura popular pelo partido enquanto organização se nos revelou claramente no recente Encontro Nacional de cultura popular, realizado no Recife. Nessa atuação não se resumiu a uma tática ocasional de papa-buracos, primária e oportunista. Não houve análise político-ideológica das perspectivas e perspectivas de trabalho de cultura popular, nem um estudo / análise da situação para um planejamento que guiasse a ação dos comunistas segundo critérios marxista-leninistas. E a palavra-de-ordem, trazida pela companheira Zuleika da sessão juvenil - de Comitê Central - de dar ênfase à troca de experiências, evitando cair na polêmica sobre cultura popular, que poderia levar ao debate ideológico e ao por a unidade de todos aqueles movimentos presentes ao encontro. Deverá notar que a unidade foi conseguida através de um bom trabalho de massas negro, contra a tendência já natural dos conchavos de cúpula, mas unidade esta que abrigava até mesmo os movimentos ligados à Aliança para o Progresso (!!!?)

A nossa única posição enquanto partido, neste encontro que reunia 80 organizações de cultura popular espalhadas por todo o Brasil, era a de lutar por princípios nacionalistas e democráticos. Informamos aos companheiros que o tema do encontro era o seguinte: 1) o que é cultura popular hoje no Brasil - como tem sido feita, que objetivos tem, sua situação atual, perspectivas de ação a curto e a longo prazo e possibilidades atuais de ação de cultura popular; (2) atuação dos movimentos de cultura popular e alfabetização nas diferentes zonas urbanas, suburbana e rural; (3) meios e técnicas de comunicação de trabalho de cultura popular, seu desenvolvimento e aplicação (teatro, cinema, rádio, TV, imprensa, livros e folhetos, música popular, artes plásticas, técnica de propaganda e divulgação); (4) alfabetização; (5) organização e manutenção dos movimentos de cultura popular e a possibilidade de sua integração nacional. Durante o encontro foram retiradas do tema os pontos 1 e 5, sendo que sobre o ponto 5 foi apresentado um relatório pela comissão organizadora do encontro, substituído por elementos da frente única, e o ponto 1 levantou as "indesejáveis" polêmicas sobre cultura popular.

Lembre aos companheiros que, em dezembro de 1962, realizou-se na Guanabara, um encontro nacional dos comunistas que atuam // nos movimentos de cultura popular, e que aí se programou um encontro nacional de cultura popular e a elaboração de uma tese de partido sobre o assunto.

a ausência do partido como força de vanguarda nos movimentos dos diversos estados, em uma política cultural como guia para a ação dos comunistas que n'ólos atuam, e muitas v'ozes dirigem, só podia mesmo/ gerar a desorientação de nos os companheiros, descrentes da eficiência/ do nossas direções, e por isto mesmo, originando agora a formação de uma política cultural pelas próprias bases.

Considerações

Devemos, portanto, colocar certos aspectos importantes / da política cultural e da política de massas a serem realizadas através do movimento de cultura popular.

Temos que uma política cultural se fundamenta numa posi-
ção ideológica, necessitando de um sentido político que informe sua ação na sociedade. Não preconizamos uma política cultural em si, com o fim em si mesma. Não a queremos como mediação entre nossa ideologia e a ação / de massas. Não a queremos "como uma força, de caráter cultural, que age com o objetivo de tornar consciente para as massas o sentido de sua at-
uação histórica, no seu movimento ascensional em direção à conquista do poder na sociedade de classes". Os movimentos de cultura popular devem, portanto, praticar uma política cultural, com o fim de a partir das tra-
dições culturais elaboradas pelo nosso povo, renovar nossa cultura com e-
lementos capazes de desportar a capacidade criadora com o objetivo polí-
tico revolucionário. Muitas v'ozes fazemos confusão n'isto. Não usamos / nossa política cultural como instrumento de educação revolucionária do / povo. A razão disso é que desejando movimentar as massas segundo um ob-
jetivo democrático e nacional, nossa ideologia não se limita a este obje-
tivo estratéxico; como elaborar uma política cultural nacionalista e de-
mocrática? Entregaremos as massas à ideologia da burguesia nacional? Na
posição sempre deve mover as massas pelo objetivo nacional e de-
mocrático utilizando a política cultural como instrumento desse objetivo, e
justamente, porque nossa ideologia não se limita à esse objetivo, deve-
mos apresentá-la de ponto de vista mais radical, mostrando sua abertura/
além dele. Isto é: elaborar uma política cultural explicitando seu con-
teúdo de classe, marcando nossa presença com uma crítica e seleção de formas
culturais, dando-lhe um novo conteúdo, segundo a visão de mundo do pro-
letariado, de suas tradições históricas populares e revolucionárias. Pa-
ra a construção de uma cultura popular não há que se destruir a cultura
burguesa. Mas atualizá-la para superá-la através da inserção dos novos
valores das classes revolucionárias. Explica também em saber-se que é
elemento a ação revolucionária das massas que construirá uma nova cultu-
ra.

É bom ressaltar aqui os perigos do paternalismo e do espou-
taneísmo, que facilmente surgem nesse tipo de trabalho. Paternalismo /
que se caracteriza pela posição de que nós enquanto elite cultural temos /
que outorgar cultura à massa. E espontaneísmo, a atitude entusiasta e
posta, que nos leva a esperar que a massa produza uma cultura popular //

Brazner

FD 459
Dellman
-5-

por si só, que não há necessidade de uma vanguarda que a trabalhe no sentido de ter uma consciência crítica.

Despertar a ação revolucionária das massas é, portanto, nossa tarefa. Somente assim teremos independência na frente única. Somente assim asseguraremos às massas uma participação efetiva para a superação da ideologia política da burguesia nacional.

Outra coisa definida é nossa política de massas. Ela nos diz // quais os setores sociais a que devemos ir, como devemos ir, porque é a esse grupo que vamos, etc, enquanto que a política cultural do trabalho de cultura popular é elaborada dentro da organização, pela ideologia e prática social direta e indireta de seus membros, a política de massas só / pode ser elaborada para fora, na prática social direta. É fruto do diálogo com as massas. Esta necessidade se acentua na medida em que a quase totalidade dos quadros de cultura popular são estudantes e intelectuais desligados dos operários e camponeses. É por isso que todo nosso trabalho / deve ser voltado para fora, entrosado com as massas dos diferentes setores sociais. Toda discordância no trabalho de cultura popular deve ser / ~~antes~~ praticada nos distintos grupos sociais das diferentes classes. Logo veremos que duas soluções diferentes podem ser aprovadas por diferentes contextos sociológicos, como os melhores veículos de uma ideologia. E que neste caso, não há porque deixarmos de empregar esta flexibilidade. // Aos poucos, através desta prática, obteremos uma hierarquia de formas de comunicação pertinentes às diferentes camadas sociais e próprias à política delas. Mas só há um caminho para tal elaboração. Este caminho é a prática do trabalho de cultura popular, guiada por uma política cultural justa. / Para isto propomos:

- 1 - a concentração no trabalho de alfabetização, por ser a maioria do povo brasileiro constituído de analfabetos, desligados do processo cultural, político-ideológico;
- 2 - estruturação de frações nos CPCs e educação de seus quadros no trabalho teórico e prático;
- 3 - ligação dos CPCs com as demais entidades de massa, como sindicatos, associações de bairro, ligas camponesas, etc;
- 4 - ligação com a fração nacional (tirada no encontro de Recife) para a elaboração de uma direção partidária nacional, através da criação de uma Seção de Cultura Popular;
- 5 - Ligação dos CPCs com entidades de pesquisa com o IUPERJ, Instituto de Pesquisas Sociais;
- 6 - construção de uma base material e financeira para o trabalho de cultura popular;
- 7 - ação das bases partidárias que têm ligação com o trabalho de cultura popular no sentido de mobilizar o partido enquanto organização de

SP1

Brayner

Fls 501
BBP

Doc B

é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as aspirações que assumiu como resposta ao desafio da nossa realidade e como de uma análise realista do processo social brasileiro na hora histórica em que vive.

A ação traduzem para nós três momentos articulados de um só movimento: o movimento da nossa presença à história de que não somos espectadores, mas atores. Movimento que, por sua vez, se luta e se em termos de luta pode ser definido. Não partimos de um dado neutro, da inocência de um objetivismo que se pretende mais puro quanto menos comprometido com a realidade. Nossa ação não se esgota em abstrato. A direção da nossa ação não se traça a partir de cálculos prudentes das posições de meio termo. Porque nosso encontro com a realidade é um duro e implacável corpo-a-corpo com as forças sociais que exploram, aviltam e mutilam o homem. É esta realidade deformada e deshumanizada que nos vergasta asperamente e nos lança seu desafio. Frente a ela nos situamos, com ela nos medimos, nela mergulhamos na aventura, no risco, na gravidade única de um combate pelo homem. Não para teorizar uma vez mais. Mas para transformar radicalmente. Para conquistar a estatura autêntica do humano.

Este compromisso único é, pois, com o homem. Com o homem brasileiro, antes de tudo. O que nasce com a sombra da morte prematura alongando-se sobre o seu berço. O que vive com o espectro da fome habitando seu teto miserável, acompanhando inseparavelmente seus passos incertos, passos de quem caminha na vida sem esperança e sem rumo. O que cresce embrutecido e analfabeto; exilado longe dos bens da cultura, das possibilidades criadoras, dos caminhos autenticamente humanos de uma liberdade real. O que morre de uma morte animal e anônima, atirado ao duro chão de sua miséria.

Pelo homem lutamos e também com o homem. Nossa luta é de todos. Só na consciência do humilhado e do escravo nasce a flama da libertação. As condições concretas da sua existência dão os elementos e a perspectiva da sua luta. Esta perspectiva é também a nossa. Não nos inclinamos para o nosso irmão miserável do alto de uma posição privilegiada para extorquir-lhe as mãos condescendentes dos "bons sentimentos". Situamo-nos no eixo mesmo da miséria: e a partir dele que se prolonga, para nós, a autêntica dimensão da liberdade.

As páginas que se seguem formam um documento-base para os militantes de Ação Popular tentam traçar as linhas da sua visão, explicitar os fundamentos da sua ação, determinar as diretivas da sua ação.

Capítulo I * PERSPECTIVA HISTÓRICA

1. Perspectiva Histórica Mundial

O fato da socialização preside inegavelmente ao surgimento da história humana e aparece como a matriz fundamental da interpretação de seu processo evolutivo. O homem, inviável historicamente como indivíduo isolado e dentro das formas estacionais e rígidas das sociedades animais, cria estilos cada vez mais complexos de interrelações sociais, e é na dialética interna destas estruturas comunitárias de vida que a história encontra o ritmo próprio do seu desenvolvimento. Este desenvolvimento não se faz ao acaso. Obedece a leis. Mas as leis do desenvolvimento histórico não se formulam segundo o modelo determinista das leis da natureza. São leis dialéticas, o que quer dizer que elas traduzem as possibilidades concretas, oferecidas as liberdades humanas em cada época histórica, de se realizarem - ou se perderem - dentro dos complexos sociais que são os necessários espaços vitais do homem. A socialização não se opõe à personalização, e comunitário não se opõe ao livre. Condições-se dialeticamente. Entretanto, sendo termo de uma iniciativa radical das liberdades, a sociedade o o lugar próprio do seu enfrentamento. Do seu reconhecimento, portanto. Ou da sua luta. E da sua alienação e perda, quando as forças e os instrumentos criados pelo processo de socialização são capturados para servirem ao projeto de dominação do homem sobre o homem. A dimensão social envolve o homem em todos os planos de sua existência: o econômico, o social propriamente dito, o político, o ideológico. Cada um deles tem a sua especificidade própria. Redigem entre si em relação de intercausalidade. Quando

Conferir com o original
Em, 21 set 64
BBP

nsamos, porém, em termos de poder e eficácia. As relações econômicas surgem no processo de socialização como agentes mais poderosos de dominação do homem. Ou da sua libertação. Compreende-se que assim seja. As relações econômicas tecem-se no plano da instrumentalização das necessidades do Homem. No plano de sua existência de cada dia, da sua existência. Mas não são determinantes da existência total do Homem, das suas crises vitais, da sua liberdade. Mas são seus condicionamentos básicos. São o torçador da sua realização.

A História acelera o processo de socialização, a análise dos fenômenos sob um ponto de vista privilegiado para a interpretação desse processo. Quanto acentuar que esta interpretação, se nos interessa na medida em que o Homem é o Homem mesmo, sujeito e fim da História, e não relações apólicas, classificam como entidades neutras e independentes segundo um esquema clássico consagrado, mas que nos repudiamos. Nesse sentido, quando falamos de socialismo não nos interessa um sistema abstrato de relações, mas a possibilidade concreta de realização do Homem dentro do processo de socialização, em cujo sentido a História inelutavelmente se move. A partir de tal ponto de vista, a História moderna como marcada pelo aparecimento de estruturas fundadas nas relações capitalistas de produção e por elas condicionadas, as poderosas e instrumentos gigantescos de exploração da natureza, acumulação e vertiginosa de riquezas; tais as características que se afirmam no conjunto das novas estruturas econômicas no Ocidente europeu quando desaparece a produção feudal; o circuito das trocas expande-se nas dimensões de um verdadeiro mercado mundial, a produção artesanal é absorvida pela grande indústria, e investimentos de longo prazo lançam-se na aventura dos grandes riscos e dos grandes lucros.

O desenvolvimento do capitalismo precipita a marcha da socialização em ritmo e em proporção que a história não conheceu até então. Unificado economicamente, o mundo entra no processo de unificação política e cultural. Desde esse ponto de vista, o capitalismo representa um enorme salto para a frente da História. Mas, do ponto de vista do Homem, ele assinala o aparecimento de estruturas de dominação e alienação que trazem ao processo de socialização na sua forma capitalista tensões e oposições específicas. São elas que conduzem, historicamente, ao desenlace socialista. Com efeito, analisando do ângulo do sujeito do processo de socialização, ou se quer desde o ângulo do Homem que é o seu agente e o seu fim, o capitalismo caracteriza-se pela apropriação privada dos meios de produção. Apropriação privada significa aqui um estatuto de posse, por indivíduos ou grupos, cuja responsabilidade social se define exclusivamente em termos de produção, venda e lucro e cuja regulamentação legal atende exclusivamente aos mecanismos de funcionamento ideal inerentes a cada uma destas fases do circuito econômico. Não é a propriedade privada em abstrato que interessa discutir na linha da visão histórica que ora traçamos. É a apropriação privada dos meios capitalistas de produção. Ela se apresenta como originariamente responsável pelas profundas distorções que assinalam a evolução histórica do fenômeno de socialização que se desenvolve sob o signo do capitalismo. Distorção que atinge antes de tudo a situação do homem: a esfera primária de suas necessidades vitais, o imperativo moral de sua dignidade, o espaço de sua liberdade. É que a apropriação privada dos meios capitalistas de produção sujeita uma soma enorme de bens e poder à motivação fundamental do lucro e da acumulação. Daqui decorrem consequências inelutáveis. São as principais:

- a separação entre o trabalho, de uma parte, seus instrumentos e seu produto de outra. Entre o trabalho e o capital. Separação que engloba o trabalho na categoria econômica de "mercadoria". É que submete o sujeito concreto do trabalho, o Homem que trabalha, às leis da oscilação do mercado, à lei de bronze da acumulação e do lucro. Que constrange assim ao mínimo de uma subsistência precária a esfera de suas necessidades vitais; fere em pleno rosto sua dignidade, mutila as possibilidades concretas da sua liberdade. Seja o que for da boa consciência, da reta intenção, da aspiração humanista: o detentor privado dos meios capitalistas de produção nunca poderá, numa estrutura econômica fundada sobre tal estatuto de posse, estabelecer com o trabalhador uma relação autenticamente humana de reconhecimento. Será sempre uma relação de dominação. De alienação do trabalhador. Uma relação que opõe pessoas e sociedades num contexto de luta. Em que a pessoa se fecha por trás do muro dos interesses individuais. E levanta a bandeira do individualismo. Em que a sociedade se torna, por sua vez, campo aberto no qual esses interesses se defrontam e se combatem.

- a separação de classes dentro da sociedade, segundo um esquema de polarização em que se opõem posse, produção, riqueza e poder de um lado, trabalho, carência, necessidade e opressão do outro. A estratificação social, ao menos nos seus planos fun-

Conferir com o original
Em, 21 Set 64
H. H. H.

na atividade do olivagem, se faz em termos do poder econômico e não em termos do aproveitamento racional das capacidades, em função de autênticas necessidades sociais. É característica da idade capitalista, desloca suas linhas de tensão na medida mesma em que o sistema capitalista evolui para novas formas. A burocracia apresenta-se historicamente protótipo. Sucessivamente mercantil, industrial, financeira. Hoje tecnocrática e gerencial. Mas, se nos países nos quais a plena expansão do capitalismo levou a um alto desenvolvimento econômico, a luta de classes atenuou a feição dramática dos primeiros tempos da revolução industrial; se nesses a redistribuição das rendas e o aperfeiçoamento constante dos mecanismos de previdência social confere uma larga margem de liberdade econômica ao trabalhador; se o volume da circulação social das riquezas por aí do um Estado do bem-estar; se, finalmente, os poderes de decisão da economia transformam-se, nesse contexto, cada vez mais do proprietário ao diretor da empresa e ao técnico; desde que se não altera a relação fundamental de apropriação privada dos meios de produção e a motivação do lucro preside ao crescimento econômico, o processo de socialização distorce-se pela separação e luta dos interesses. O homem não reconhece o homem. Domina-o para utilizá-lo. Tal é o destino do capitalismo: a perspectiva de uma luta sem remissão na esfera em que o fato da socialização desenvolve-se na linha do atendimento das necessidades fundamentais do sobrevivência do homem, ou seja, na esfera econômica. É a partir da esfera econômica como condicionamento básico da existência humana, a dialética das separações posta em movimento pela estrutura capitalista de apropriação e distribuição do produto do trabalho desdobra-se em todos os planos da existência mesma. O processo histórico da socialização se desenvolve então, já agora, na sua configuração global. É o que nos mostra a visão da história moderna com a tensão entre o individual e o social, e, particularmente, entre a oposição entre o público e o privado ditando a linha de orientação dos interesses e levando ao extremo a reivindicação individualista. Com a separação entre o abstrato e o concreto imprimindo as criações culturais a feição ideológica que se presta a justificação ideológica das estruturas de dominação.

finalmente, a lei da extensão das áreas de dominação aparece historicamente como uma das características maiores da evolução do capitalismo e como uma direção fatal do seu desenvolvimento. Ela é a consequência imediata dos postulados de funcionamento de um processo econômico cuja motivação fundamental é a acumulação e o lucro. Nela a conquista, a manipulação e a ampliação dos mercados torna-se imperativo vital. Em regime concorrencial, a conceitualização do processo econômico na linha de uma economia das necessidades torna-se perfeitamente inoperante e não desce do terreno das abstrações. O esforço de racionalização permanece aqui bloqueado pela distorção fundamental da primazia do lucro sobre a necessidade. O exame da evolução histórica do capitalismo, nesse sentido, suficientemente esclarecedora. A "lei da selva" da primeira fase puramente competitiva e da disputa sem quartel no mercado, succeída pelo predomínio dos mais poderosos, a emergência dos monopólios. É uma primeira verificação da lei da extensão das áreas de dominação. Aqui no setor da posse e do controle dos meios de produção. O desenvolvimento das técnicas de produção, sua diversificação e consequente diversificação dos bens impõem, a par da racionalização global da produção mesma, a organização racional do mercado em função de setores prioritários. Tal não é possível sem a intervenção do poder público. A área de dominação amplia-se sobre o Estado. O Estado mesmo se torna capitalista. Um Estado planejador, objetivando constituir-se em Estado de bem-estar. Mas, se a planificação capitalista não pode prescindir do cálculo e do atendimento das necessidades, ela não se funda sobre o homem e sim sobre o lucro. Ela não oferece assim uma saída histórica para o processo de socialização no contexto das forças modernas de produção. O neo-capitalismo não foge ao destino deshumanizante do capitalismo.

Por outro lado, a lei da extensão das áreas de dominação está na origem do fenômeno que, nas suas formas modernas, se configura típico ao ciclo do capitalismo, o fenômeno do colonialismo e da sua forma extrema de sistematização e agressividade, o imperialismo econômico. É certo que, através desta forma de aplicação da lei da extensão das áreas de dominação, o processo histórico de socialização se universaliza. Eis aí um fato incontestável: a civilização do capitalismo e a primeira civilização mundial. Mas, por isso mesmo, as tensões e os conflitos de dimensões mundiais que marcam a história recente estão ligados originariamente e estruturalmente à emergência e ao desenvolvimento do capitalismo. Tal é o caso das duas grandes guerras mundiais. Tal é o caso da posição deste mundo num contexto de "guerra fria". Tal, sobretudo, o caso do fenômeno histórico contemporâneo mais importante, o fenômeno da "descolonização" e da luta an-

Conferir com o original

21 set 64

30/10/64

ti-imperialista. Fenômeno que se cristalizaria politicamente na conferência de Bandung (1955). Que se propaga desde então, com irresistível rapidez e com múltiplas variantes táticas e ideológicas nas áreas subdesenvolvidas e submetidas a dominação imperialista que se convencionou denominar-se Terceiro Mundo, da Ásia, África e América Latina.

Ora, é justamente situada numa perspectiva histórica mundial que a evolução do capitalismo revela a significação profunda de sua dialética interna das separações e oposições, e da sua lei de bronze da relação do homem ao homem em termos de dominação; ela nos mostra a marcha da socialização, movimento fundamental da história, fazendo face ao risco de um impasse definitivo nas proporções de um fenômeno efetivamente universal, o fenômeno mesmo da expansão mundial do capitalismo. Nesta perspectiva é que convém situar o advento do socialismo, primeiro como crítica imanente do capitalismo, logo como exigência histórica da sua superação real.

Como atitude crítica, a emergência do socialismo no contexto mesmo em que o capitalismo elaborava, com a economia política clássica, sua justificação ideológica, significou fundamentalmente o combate dado às teses angulares desta ideologia, a sacralização do direito natural de um direito irrestrito de propriedade e a postulação otimista de uma distribuição ideal dos bens segundo o mecanismo do livre funcionamento das leis do mercado. Significou, em suma, quaisquer que fossem suas próprias formas ideológicas, a reivindicação para o homem, sujeito do processo de socialização, de um estatuto de norma e fim da realidade socio-econômica. Como exigência histórica da superação do capitalismo, o movimento socialista consubstanciou-se na formação de uma consciência revolucionária logo traduzida em esquemas de ação política, nos polos da humanidade que apareciam dominados e alienados da linha de promoção humana no processo histórico global, pela dialética interna do capitalismo. Na classe operária, em primeiro lugar, a partir dos centros de origem, expansão e consolidação das estruturas capitalistas, ou seja, dos países da Europa Ocidental, estendendo-se a novas áreas onde o capitalismo penetrava e absorvia as economias tradicionais. Em seguida nas massas camponesas, proletarizadas gradativamente pela introgração das economias agrícolas na sistematização e na dinâmica da produção capitalista. Finalmente (e o estado presente na marcha da revolução socialista) nos imensos contingentes humanos dos países submetidos à agressão e dominação do colonialismo e do imperialismo político e econômico: consciência e ação revolucionária que conferem aos movimentos populares de libertação nas áreas do mundo sub-desenvolvido uma importância decisiva na superação histórica do capitalismo e no advento mundial do socialismo.

A partir da visão do movimento socialista como fenômeno histórico estruturalmente ligado às dimensões, tornadas universais, do processo de socialização no contexto das forças modernas de produção e sua exploração capitalista, é que convém situar o marxismo como expressão mais profunda e rigorosa da crítica ao capitalismo e como interpretação teórica da passagem ao socialismo. Numa mesma perspectiva deve ser examinada a contingência histórica do encontro e fusão entre os moldes teóricos do marxismo na sua forma leninista e o primeiro movimento revolucionário socialista que se afirmou vigorosamente nas jornadas russas de 1917. A importância do marxismo se apresenta assim sem discussão, tanto na teoria quanto na prática revolucionária, para a compreensão do socialismo como fenômeno histórico mundial. Importância extrema, decisiva mesmo. Mas não esgota a realidade histórica do movimento socialista mundial, e muito menos o encerra em quadros aprioristas e dogmáticos do pensamento e ação. Mesmo porque as experiências socialistas, que atingem já 1/3 da humanidade, apresentam tal riqueza e variedade de problemas, situações e desenvolvimentos que se um preconceito idealista tentaria reduzi-las a um esquema ideológico rígido. Os caminhos para o socialismo permanecem abertos numa larga frente de possibilidades. Condicionam-se a conjunturas concretas socio-econômicas e às constelações de forças que podem variar de país a país sobretudo a concepção e a tática da transição revolucionária, após a tomada do poder político pelas forças populares, estão sujeitas a um permanente confronto com a experiência. Nem podem desconhecer a profunda inspiração humanista a partir da qual toda experiência socialista deve aforir seu nível de autenticidade. A lição histórica deve ser aqui ouvida e aprendida. A tese da "ditadura do proletariado", preconizada por Marx a partir da crítica ao programa social-democrata de Gotha (1875) e reforçada por Lênine, apoiou-se numa experiência histórica bem caracterizada, a experiência da Comuna de Paris (1871). Levada à prática pela Revolução de Outubro, ela mostrou suas limitações e seus riscos. A evolução posterior da construção do socialismo na URSS e nas Repúblicas populares que se constituíram na órbita de sua influência, sofreu a pesada hipoteca de uma tese cuja expressão dogmática tornava precários os efeitos corretivos da experiência, e punha em surdina o ideal de libertação do homem pelo respeito total

Conferir com o original
Em, 24 set 64
Bragma

do humano que constituía a motivação histórica fundamental do socialismo. Daqui a herança do poder político, a consagração mítica do aparelho do Partido, o fetichismo ideológico: tudo encontrando dolorosa configuração histórica nos traços distintivos da era estaliniana, hoje foliamente repudiados. Não se trata, insistimos, de desconhecer a importância decisiva das experiências socialistas que se fazem sob o signo do marxismo-leninismo. Trata-se de manter alerta a exigência crítica que marca o socialismo desde suas origens. De dar primazia à amplitude da realidade histórica em movimento, sobre a limitação das ideologias. De não diminuir, sob nenhum pretexto, o homem, ou atentar à sua dignidade de obra e fim.

É nesta perspectiva do socialismo como humanismo, enquanto crítica da alienação capitalista e movimento real da sua superação, que encontramos a convergência de linhas da história moderna para o momento atual. Momento crucial nas alternativas do processo de socialização que define a direção de fundo de toda a história. Momento em que as condições gerais da evolução e da expansão do capitalismo, transformadas pela presença e atuação do bloco socialista-marxista, conferem ao mundo sub-desenvolvido uma função revolucionária que aparece cada vez mais decisiva nas condições históricas de transição para a instauração do socialismo mundial. Esse o contexto da situação latino-americana.

2. Perspectiva histórica latino-americana

A América Latina emergiu para a história ocidental como integrada desde logo no campo de forças do capitalismo: primeiro do capitalismo mercantil, sob a forma de colônia política das nações ibéricas e submetida a impiedoso processo extrativo das suas riquezas naturais; depois, do capitalismo industrial sob a forma de propriedade e independência política de um arquipélago de nações sujeitas a rigorosa dominação econômica como fontes de matérias primas e mercados das áreas industrializadas; finalmente, do capitalismo monopolista e imperialista, tornando-se área de disputa entre os grandes centros do capitalismo mundial e situando-se no equilíbrio deste sistema sob o peso da fatalidade geográfica de estar nas suas fronteiras a maior e mais poderosa concentração de forças e interesses capitalistas e imperialistas.

Assim, a América Latina evolui historicamente sob a condição de permanente alienação e incapacidade de autodeterminação dos seus povos. Não chega a constituir-se sujeito da própria história. É objeto da história dos outros. Na redistribuição das áreas de influência e dominação, conseqüente à Primeira Guerra Mundial, a parte do leão no controle da América Latina, na sua exploração como fornecedora de matérias primas e produtos agrícolas e desaguadouro de produtos manufaturados, é assumida pelos Estados Unidos. Sistema rigoroso de dominação que nenhum fator interno parecia capaz de alterar, ao menos a curto prazo.

Mas a crise mundial do capitalismo em 1929 com seu desenlace na Segunda Guerra Mundial, precipitou o aparecimento de condições novas, tipicamente revolucionárias, que passam a marcar todo o Terceiro Mundo e, em particular, a América Latina. Do ponto de vista econômico, elas se configuram pela queda brusca dos preços dos produtos agrícolas básicos de exportação e sua permanente depreciação, que esporádicos sobressaltos de alta (como por ocasião do conflito coreano) não conseguem frear. As áreas subdesenvolvidas, e com elas a América Latina, passam a oscilar ao impacto das vicissitudes do mercado mundial e das crises econômicas das áreas industrializadas. O regime de trocas lhes é sistematicamente desfavorável e o ciclo de seu empobrecimento se fecha em espiral descendente.

Ação a este estado de coisas se esboça em termos de um esforço inicial de industrialização que em áreas latino-americanas (México, Brasil, Argentina, Chile) atinge relativo desenvolvimento. Mas a fraqueza da estrutura econômica global e a instabilidade dos quadros sociais oferecem também neste setor o flanco desguarnecido à dominação imperialista, com o caráter predatório e viciado dos investimentos estrangeiros (quase exclusivamente norte-americanos nas áreas latino-americanas) que, desnacionalizando a indústria, carreiam para a matriz metropolitana lucros excessivos, aumentando a capacidade ociosa ou paralizam o desenvolvimento de setores menos lucrativos ainda que prioritários, acabam por criar condições de intervenção aberta na vida social, política e mesmo cultural da nação. A dominação se estende a modo de reação em cadeia: econômica, política, ideológica.

Dentro deste quadro que se criam, na América Latina, as condições para a luta anti-imperialista. Elas se precipitam na década de 50; mas o seu desenrolar mesmo mostra que a sua efetivação se torna conseqüente em termos radicais. Em termos de mudan-

Confere com o original

Em, 21 set 64

Brazuca

506 *Brayner*

790 506
Brayner

...da estrutura no regime de propriedade (feudal e capitalista) e de passagem ao socialismo. Esta a lição histórica a retirar do fracasso de certos "nacionalismos", de certos fenômenos como o "fronizismo", a "democracia" de Bittencourt, e outros. Esta a lição que impõe o destino da Revolução Cubana (qualquer que seja o juízo a se fazer sobre a sua ideologização "a posteriori" em esquemas marxistas-leninistas), colocada ante o dilema de perecer ou radicalizar-se.

Capítulo II * PERSPECTIVA FILOSÓFICA: O HOMEM E A HISTÓRIA HUMANA

1. Consciência e Mundo

Colocação inicial do problema do homem encontra-o, como em situação original e irredutível, participando genética e constitutivamente da natureza e, na mesma medida, transcendendo a natureza. Complexíssimo edifício físico-químico e animal superior cujas surpreendentes características biológicas reivindicam uma posição axial central na evolução da vida, o homem é um ser natural. Mas a natureza não se prolonga nele em continuidade linear. Singulariza-o a emergência de uma realidade que, embora natural como ser, não é naturalizável como coisa ou objeto. É a consciência. Por ela o homem se afirma como sujeito e como tal se define. A consciência é, pois, a atividade imamente pela qual o homem confere à natureza a estrutura e a forma de um mundo humano, horizonte no qual se situam para o homem os objetos e suas relações. O mundo tem sempre um sentido para a consciência. Ele é o mediador que permite às consciências - aos homens - encontrarem-se numa esfera de mútuo reconhecimento. Portanto, por definição, a consciência nunca pode ser pensada em termos do mundo: como seu produto, sua transição, seu reflexo. Nunca pode ser operável como um objeto do mundo: em categorias de número e medida, em esquemas de manipulação instrumental. Ela se pensa a si mesma quando instaurada radical do qualquer sentido a ser dado ao mundo. Como consciência isole-se, ela define o homem.

Logo, as concepções materialistas (de consciência-reflexo, de consciência-produto, de consciência-instrumento), anulando a especificidade da consciência, anulam finalmente no homem sua condição de sujeito, de pessoa. Acabam logicamente por somá-lo na série dos objetos. Submetem-no à mais profunda das alienações. Eis porque nos as rejeitamos.

Na realidade natural, permanece irredutível a consciência. Permanece como apelo, obstáculo, desafio, prova. Permanece como mediador para o encontro com o outro. O sentido não é criação pura. Sua validade se afere pelo seu conteúdo de realidade. A realidade mesma do mundo, tornado problema para a consciência. Assim, rejeitamos igualmente as concepções idealistas. Também elas alienam o homem, alimentando-o ilusoriamente de abstrações.

É, pois, numa perspectiva realista, que colocamos face a face a consciência e o mundo, o homem e a natureza. Sua articulação, entretanto, não é estática, mas dinâmica. É uma articulação dialética: pela consciência, o homem compreende a natureza, estrutura-a em mundo; mas esta compreensão não é só pensamento: é ação e transformação. Ela constrói o mundo humano, o mundo para o homem, e modela o homem segundo o conteúdo de realidade do seu mundo. Assim, humanizando o mundo, o homem se humaniza a si mesmo: e a consciência é o núcleo dinâmico desse processo. Ela se constitui, portanto, na conjugação de dois momentos dialéticos: o momento da intenção e o momento da expressão.

Intenção, ou seja, a consciência de alguma coisa, abertura para a realidade, visão do objeto, atitude prospectiva, afrontamento do obstáculo, acatamento do dado, alerta ao ser. Em suma, a consciência como situada.

Expressão, ou seja, a consciência para o homem, interiorização e recriação do objeto em atitude reflexiva, crítica do dado, referência ao universal. Em suma, a consciência como transcendente sua situação.

Na conjugação destes dois momentos, a consciência define a sua originalidade e o homem revela a sua essência. Uma essência que é possibilidade, risco, desafio, aventura. Uma essência que é história.

História e Cultura

O homem é ser histórico porque é ser consciente. Mas se a relação da consciência com o mundo situa o homem no mundo e refere o mundo ao homem, ela não é o fundamento racional da essência do homem como histórica. Um fato absolutamente primeiro se impõe a nós: a pluralidade das consciências. Uma consciência isolada é uma abstração útil pa

Conferir com o original
21 set 64
Brayner

na efeitos de análise. É de uma comunidade de consciências que se deve falar. Ora, se na relação com o mundo o homem faz da natureza um objeto de compreensão para submetê-la a um processo de transformação - ao trabalho - na relação com o outro homem (relação que seja propriamente humana) ele se encontra face a um sujeito. A compreensão do sujeito situa-se aqui em nível qualitativamente diferente. Não visa a transformação, a utilização. Procura o reconhecimento. Ao mundo da luta com o objeto, ao trabalho, sobrepõe-se o mundo do encontro dos sujeitos: dos vínculos sociais, da solidariedade, do reconhecimento supremo que é o amor, do dom de si. Ora, se a relação homem-natureza condiciona dialeticamente a relação homem-sociedade, pois o mundo compreendido e transformado - o mundo humanizado - é o mediador e o sinal pelo qual os homens se comunicam, é a relação homem-sociedade que deve se afirmar como constitutiva primeira da história. A história é um julgamento permanente do homem pelo homem. Seu conteúdo material é dado pela relação do trabalho. Seu sentido é dado pela relação de reconhecimento. Este sentido penetra e especifica a própria relação do trabalho. Porque toda ação humana une indissoluvelmente um produto (alguma coisa que é feita) e uma significação (o sentido do produto, pensado e comunicado). A significação universaliza o produto. Ela o situa num espaço de liberdade, de opção, de valor. Ela torna possível, assim, a degradação da relação de reconhecimento em relação de fazer, do outro em coisa, do sujeito que deve ser reconhecido em objeto que passa a ser dominado. Aí residem as alternativas impostas ao destino da história: quererão os homens dar a sua ação e as suas obras a significação e o sentido de um caminho aberto para o outro, de uma mediação autêntica para o seu reconhecimento? ou de um instrumento para torná-lo objeto, de uma mediação inautêntica para a sua dominação? Tal a luz decisiva que julga cada época, cada movimento histórico, cada situação, a validade última de todas as opções, de todos os projetos, de todas as construções humanas.

Como ser histórico, o homem é um ser cultural. Compreendendo e transformando a natureza, ele a humaniza; reconhecendo o outro, ele se humaniza. Assim ele cria um mundo propriamente humano que é o mundo da cultura, o mundo histórico. A cultura é o espaço vital do homem, não dado pela natureza, mas estruturado pelo próprio homem. Por isso mesmo, não é um espaço feito, um contorno acabado. É uma dimensão que se renova, um universo em expansão. Na multiplicidade de seus planos e aspectos, as obras culturais constituem a face objetiva da cultura. A realização do homem através destas obras constitui sua face subjetiva. Assim, a cultura conjuga dialeticamente dois momentos análogos aos momentos de intenção e expressão da consciência. Conjuga-os num processo que é o próprio processo histórico: realização do homem e do mundo humano, personalização e socialização. Cabe então a definição da cultura como o processo histórico pelo qual o homem compreendendo-se, compreende o mundo em relação de transformação e os outros homens em relação de reconhecimento, criando um mundo humano e nele se realizando como homem.

Enquanto se refere à consciência situada, a cultura tem duas propriedades constitutivas: é histórica e social. Realiza-se num tempo humano determinado e é condicionada pelo tipo de comunicação social então vigente, pelo sentido que os homens dão ao seu ser-em-comum.

Enquanto se refere à consciência como capaz de transcender criticamente seus condicionamentos, a cultura tem duas propriedades normativas: o pessoal e o universal. Deve realizar-se o homem como consciência-de-si, isto é, como pessoa e liberdade, mostrando-se como o caminho de libertação do homem do domínio da necessidade (natureza) para o reino da liberdade (história). Deve visar intencionalmente o homem como norma e fim da história, mostrando-se assim como o reino do universal: da comunicação, da verdade, dos valores.

2. Consciência Histórica

ser consciente, o homem surge num mundo de cultura. Nele vive e é condicionado por tipos específicos de relação com a natureza (trabalho) e de relação com a comunidade (organização social). É inserido nestes condicionamentos que o homem encontra inclusive a possibilidade de criticá-los e transcendê-los. Assim, a consciência é histórica. Ela tem seu lugar e seu tempo. É como histórica que a consciência descobre para o homem o sentido das suas tarefas concretas, da sua atividade criadora de cultura, o sentido da sua existência como ser histórico.

A partir da concepção realista da consciência, a noção de consciência histórica insere na dimensão do tempo humano a articulação dialética do homem e do mundo. Supera a concepção materialista da história que não escapa à coisificação da consciência pela sua sujeição aos determinismos do mundo. Não incide na concepção idealista que atrai

Conferir com o Original

Em 21 set 64

Offman

suas responsabilidades históricas concretas pela fuga para o abstrato.

Assim, a forma própria do existir histórico do homem em determinada época e dentro do contexto de determinada cultura manifesta-se nos indivíduos desta época e desta cultura como a sua consciência histórica. Ela implica exigências autênticas de realização humana dos homens de tal época e de tal cultura; e descobre o sentido em que as necessidades destes homens são chamadas a se inserir na linha destas exigências. A exigência fundamental, a que todas as outras (econômicas, sociais, políticas, morais) se referem, e da qual recebem seu conteúdo histórico, é a exigência da comunicação das consciências, do encontro dos homens numa dimensão propriamente humana: a dimensão em que uma significação é comunicada, um valor é proposto, um sentido é dado à ação histórica comum.

Orá, tal processo de comunicação estrutura-se dialéticamente na história. Constitui, mostrando a dialética da história. Sua alternativa é entre a negação do outro, sua redução a objeto ou, em termos históricos, sua dominação; ou a afirmação do outro, sua promoção a um sujeito, o que vem a ser, em termos históricos, seu reconhecimento.

A dialética da história apresenta uma dura face de luta; é a multiplicação de formas de dominação em todos os planos da realidade humana. Mas só uma visão desesperada e absurda (que é ainda uma forma extremamente sutil de dominação do outro) pode entrar na palavra final da história a relação que aliena, despersonaliza, nega o homem. Pois, finalmente, e em definitivo, é o movimento do reconhecimento, da personalização, da solidariedade que orienta a história. É ele que lhe confere sentido, que dá a norma final das opções historicamente válidas e a medida mesma do humano.

Assim, a dialética da história tem um sentido e é nele que a consciência histórica do homem se encontra e se justifica: o sentido da emergência da pessoa sobre a natureza, da liberdade sobre todos os determinismos, do universal e aberto sobre o particular e fechado, do social sobre o gregário.

O homem, como ser consciente, é psstá, ele compreende a natureza e a transforma. Supera seus determinismos, é livre. Como tal, eleva-se ao universal, ao livre encontro com o outro. Socializa-se. É da pessoa, pois, que irradiam as três direções mostradas da história: a libertação, a universalização, a socialização.

A consciência histórica do mundo moderno tem como características fundamentais a descoberta do indivíduo que marcou os inícios de um novo ciclo cultural a partir da Renascença e da expansão do capitalismo, e a descoberta do social e do histórico que se liga ao processo de aceleração da dominação técnica-científica da natureza e da organização social e assinala a crise do capitalismo e do seu mundo cultural e a emergência do socialismo.

É no quadro destas características que situamos nossa própria vivência de consciência histórica. E definimos o sentido de nossa opção. Mas o nosso contexto imediato é a relação de dominação que o sistema capitalista estabelece sobre as áreas subdesenvolvidas cujas populações se marginalizam e retardam face ao ritmo da socialização e as exigências da consciência histórica do nosso tempo. É, pois, na direção do movimento que marca a passagem da história para as estruturas de uma civilização socialista que nossa opção se situa e nossa ação se orienta. Tal direção define nossa presença ativa no processo revolucionário brasileiro. Presença que repõe todo oportunismo, todo empirismo de curta visão. Que parte de uma concepção realista da história, tendo como sujeito o homem a ser reconhecido, como objeto o mundo a ser humanizado, e tem fim a comunidade das pessoas na transparência e na solidariedade de um mundo autenticamente humano.

Capítulo III - O SOCIALISMO

Históricamente o socialismo deu os primeiros passos com a revolução russa de 1917. O Estado liberal opõe o Estado planificado. Se esse era dominado pela burguesia, tendo em vista as experiências marxistas, fica sob o poder de uma ditadura do proletariado que, na prática se exerce através do partido comunista, que se declara "vanguarda do proletariado". Da posse privada dos meios de produção passa-se à posse coletiva. Ao jogo livre ou pseudo-livre dos mercados, opõe, pela planificação, a economia da necessidade em substituição da economia do lucro. O Estado planifica o investimento, o emprego da mão de obra, estabelece prioridade para os setores básicos, como indústria pesada, energia, etc. Esta revolução, primeiro passo do socialismo na história, foi realizada dentro da inspiração de uma ideologia, o marxismo-leninismo.

Conferir com o original
Em, 21 Set 64
Obp

Depois da revolução russa e da criação das Repúblicas Populares, os fenômenos mais importantes foram a revolução chinesa e, na América Latina, a revolução cubana. De 1917 até os nossos dias o sistema socialista atingiu cerca de 1/3 da humanidade que, ao que tudo indica, mesmo no caso de superar a motivação marxista, continuará a desenvolver-se. Os exemplos desse desenvolvimento mostram a complexidade do mundo socialista em gestação, que não se confunde com o bloco político-militar soviético e que poderá comportar experiências as mais diversas e com orientações ideológicas distintas.

Acrescente-se que as revoluções se deram geralmente nos países semi-féudais e não nos industrializados, onde continuou a desenvolver-se o capitalismo. A revolução chinesa, ao contrário da revolução russa, tinha na vanguarda a força camponesa. A revolução cubana teve um princípio empírico e não ideológico. O caráter marxista-leninista da revolução seria afirmado a posteriori, apenas em 1961, diante da conjuntura internacional.

Além disso, a Iugoslávia separou-se do bloco político-militar soviético sem abdicar da fundamentação marxista. O processo de desestalinização, depois de 1956, levaria países como a União Soviética, Polónia e Albânia a diferente evolução interna. E hoje a tensão União Soviética/China acentua as diversas concepções da passagem do mundo ao socialismo.

O socialismo, nas experiências até agora realizadas, leva à ruptura do sistema capitalista, através da implantação de uma economia planificada na qual se dá prioridade ao trabalho. É um esforço para, rompendo com os quadros da livre competição e da posse individualista dos meios de produção por um controle e posse social dos mesmos (em vários setores, níveis sociais, do cooperativo ao estatal) criar uma democracia econômica real. A socialização dos meios de produção aparece como um esforço de libertação do homem dominado por outro homem.

Históricamente, entretanto, a revolução marxista opera a transposição da posse e controle dos bens de produção ao Estado que, liderado pelo PC dirige o processo revolucionário. Essa transposição muitas vezes tem perdido a perspectiva dialética da superação das alienações, criando novo polo de dominação (estatal) com o surgimento de uma burocracia dominante. O Estado seria uma máquina formadora de determinado tipo de consciência acritica e massificada.

O problema do poder é alterado, mas não radicalmente transformado. Este poder é atribuído a um organismo fechado e surgem outras dominações, a política, a cultural, etc. Falta uma participação real, plural.

Este processo não é inrente ao socialismo, mas é a característica de uma fase, fruto da necessidade de irradiação em clima de isolamento e auto-defesa, mas que também provém de uma orientação ideológica, que não dando à consciência a possibilidade de transcender a História, a vê como consciência-reflexo, e a submete às leis massificadas do poder político de controle restrito.

De tudo isto decorrem muitas outras alienações, no plano do pensamento, das artes e da possibilidade de uma livre opção do homem diante do seu destino final.

Esta crítica não pode ser vista de um modo estático. A evolução da experiência socialista em países como a Polónia, a Checoslováquia, a Iugoslávia e a União Soviética mostram a quebra da ortodoxia rígida. Define-se uma política de bem-estar, permite-se um certo pluralismo político, há a preocupação com a diversificação da produção industrial dos bens de consumo, discute-se abertamente o "realismo socialista" nas artes, o dogmatismo, o culto da personalidade e prepara-se aos poucos o campo para o desenvolvimento da crítica como exercício dialético do próprio sistema.

2. Consequências Político-Ideológicas

O processo de socialização que caracteriza a evolução da humanidade, só recentemente, isto é, a partir de 1917, consegue expressar-se em experiências socialistas. Estas experiências, apesar de deficiências características do período de implantação, e alguns erros de orientação política e sectarismo, vêm progressivamente se aprimorando e criando melhores condições para a realização humana.

O socialismo é a consequência imediata da negação do capitalismo, negação que, dialeticamente, se coloca não como pura negatividade, mas como concretização de um novo modo de existir. De fato, o sistema socialista cria condições econômicas e sociais que rompem inúmeras relações de dominação, aumentando as possibilidades de comunicação das consciências e de domínio da natureza. É um estágio importante na luta

Conferir com o original
 Sm, 21 set 64
[assinatura]

prática, a prática da dominação e na busca da conciliação das consciências.

Em 1977, a situação brasileira e a de outros países subdesenvolvidos evidenciam estruturas de exploração tais que marginalizam grande parte da população mundial numa situação relativamente ao processo de socialização.

Para a integração do mundo subdesenvolvido no processo histórico, fez-se a luta permanente de eliminação das relações de dominação e integrar ao processo socialista que está transformando o mundo na atualidade.

Essa luta integra na luta contra o capitalismo internacional, guardando uma atitude crítica em relação às experiências socialistas em realização. Deve, por exemplo, apoiar a luta do povo cubano na construção de sua sociedade socialista.

Assumindo essa posição, em termos amplos, torna-se necessário especificar algumas opções básicas que serão definidas em função da realidade brasileira. Como opções de problemas básicos, há necessidade de uma reformulação prática da propriedade dos meios de produção, agora colocados não mais na ótica da apropriação privada, mas da apropriação social: não de indivíduos, mas coletiva. Substitua-se a empresa cuja hierarquia de produção é fundada no lucro, pela unidade de produção que opere em função das necessidades sociais. A articulação deste modo de usar e produzir é função de um órgão político, o Estado, pelo qual as necessidades coletivas serão racionalizadas, através de uma planificação, atendidas.

Para nós, o que caracteriza a dominação do estatismo, que tanto pode se dar em um mundo capitalista, quanto em nome de uma perspectiva socialista, não é tanto o fato de o Estado tudo possuir, mas sim o fato de que este Estado não seja realmente o representante da convergência das vontades populares. O que nos define face à função do Estado, não é o fato de ser maior ou menor proprietário ou intervir, mas sim o fato de ser ou não resultando da participação efetiva das forças sociais, essenciais, das forças do trabalho. A crítica capitalista do Estatismo sempre se fez sob o argumento da defesa da propriedade privada em nome da liberdade, mas o Estatismo como fenômeno negativo não é a transformação do Estado em proprietário, mas a existência de um Estado em que o interesse da coletividade não seja o único presente. Se não se sentisse necessidade de falar em capitalismo de Estado, Estado que tudo possui, mas no qual a minoria decide contra os interesses da maioria. O que interessa é garantir a liberdade de desenvolvimento das pessoas, a possibilidade da sua expressão e da expressão de sua vontade. Porém, liberdade com a expressão da pessoa não é poder fazer tudo o que se quer, mas poder fazer tudo que seja expressão de uma necessidade humana fundamental, tratada no nível da razão. A liberdade, sendo pessoal, é essencialmente social, tem como referência uma função social. Portanto, garantir a liberdade é fazer com que o Estado seja a convergência das decisões socialmente assumidas.

A socialização da propriedade é o processo de democratizar a distribuição e o uso dos bens decorrentes do trabalho humano, impedir sua função de dominação e, assim, criar bases para uma real democratização do poder. Essas opções face à propriedade, ao poder e ao Estado, têm as suas justificativas, na ra ordem técnica, isto é, mudar a ordem como resolver para todos os homens os seus problemas e atender às suas necessidades, quanto se concilia com a perspectiva de moral social fundamentada na afirmação de que a relação básica para o homem não pode ser a de dominação.

Não nos cabe antecipar a forma pela qual se dará a concretização desse processo revolucionário; no entanto, pode-se dizer que a história não registra quebra de estruturas sem violências gerais por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, as consequências.

No momento revolucionário, deverá se dar a coalizão das diferentes forças políticas que por uma contingência histórica aceitaram uma participação unificada, num organismo que leve reunindo progressivamente as forças populares, acentuando o caráter representativo e abrindo-se ao debate que o tornará expressivo das necessidades e aspirações do povo. Poderá fazer-se sentir a necessidade de um partido único ou de outro tipo de organização, segundo as circunstâncias do processo revolucionário. Nesta forma, o problema do partido único ou da ditadura do proletariado não se coloca em seu aspecto formal, mas sim no grau de participação do povo em suas decisões.

Concretamente, todas as opções da nossa luta socialista não de colocar-se em termos práticos, isto é, partirão de uma compreensão da realidade, de uma interpretação histórica informal por um método, pela concepção do homem e do mundo.

Conferir com o original
Em, 21 set 64
[Assinatura]

111 50
...to de que essas tendências não encontraram respostas no sistema de rela-
ções jurídicas e sociais existente começa a se evidenciar. As crises de ajuste
social dos próprios ajustamentos e saídas encontradas, nos momentos crí-
ticos, pelos grupos no exercício do poder. As crises não se sucedem des-
de agosto de 1954, o agravamento das contradições do capitalismo inter-
nacional, o aumento do ritmo inflacionário, são fatos que demonstram aos
próprios grupos dominantes a impossibilidade de prosseguir o desenvolvi-
mento em termos de desequilíbrio e produção irregular.

Para a burguesia, já há algum tempo, colocou-se a necessidade de ra-
cionalizar o processo de exploração, dotar de eficiência a máquina esta-
tal, ajustar os setores em crescimento. Ela tem apresentado sucessivamen-
te, através de facções representativas, diferentes "ideologias" de corre-
ção do desenvolvimento. Tais esquemas corretivos são representados, ora
pelo moralismo político, que se propõe à consolidação de uma autoridade
do Estado, ora pelos planos de estabilização monetária e de disciplina
financeira, ora pelo reformismo, que vê as soluções das tensões através
de concepções não estruturais das chamadas "reformas de base". Fundamen-
talmente, tais esquemas constituem a tentativa de instauração de um neo-
capitalismo, que permita o sucesso do desenvolvimento burguês, evitando
as tensões susceptíveis de provocar, pela radicalização das massas, al-
teração na estrutura social e no sistema de exploração vigente.

Essa perspectiva encontra sustentação no esquema do imperialismo
a que se ligam nossos grupos dominantes, através da Aliança para o Pro-
gresso, que se propõe a ajustar as economias Latino-Americanas, ajustan-
do-as à nova fase de capitalismo internacional e amainando os conflitos
capazes de gerar a luta revolucionária. O visível porém, que os esquemas
corretivos propostos, ainda que sustentados pelo capitalismo internacio-
nal, não encontrarão resultado diante do fato de que as contradições e
tensões são inerentes ao processo econômico em desenvolvimento.

As forças populares não têm sido capazes de opor a essa sua pers-
pectiva. Diante da inexistência de uma vanguarda revolucionária e de um
trabalho eficaz de organização de massas, na ausência de uma denúncia da
estrutura capitalista, sua atuação tem se limitado a uma participação na
política burguesa e a uma agitação colocada antes em função de opões

postas pela classe dominante que a serviço da formação de uma consci-
ência política das massas trabalhadoras, o que não impede, entretanto,
seu crescimento.

A estrutura de dependência que condiciona o movimento sindical às
instituições do poder, o caráter irresponsável que tem cercado algumas
tentativas de organização dos camponeses, as próprias dificuldades na
definição dos objetivos da luta popular, são elementos de compreensão
das razões porque a esquerda brasileira tem sido incapaz de libertar-se
do comando da burguesia e afirmar-se como vanguarda.

A consciência crescente que surge entre as massas populares a res-
peito do sistema de dominação a que estamos submetidos não tem sido
canalizada, assim, para uma luta de conquistas parciais de liber-
dade econômica que não coloca em questão a própria estrutura, mas sim-
plemente se dirige no sentido de acelerar o desenvolvimento dentro dos
quadros do capitalismo.

Algumas áreas tentaram racionalizar essa tendência, postulando a
necessidade de uma fase de consolidação do capitalismo como etapa neces-
sária à revolução. Baseada na afirmação da existência de uma burguesia
nacional com interesses antagônicos aos do capitalismo internacional e
complementada por uma visão do desenvolvimento alheia à preocupação de
um verificação concreta da realidade, essa tese delimitada nitidamente
pelo interesse da industrialização e da estrutura agrária, encon-
tra no marxismo em seu modelo inicial, anterior às grandes inversões
estruturais na América Latina e ao incremento de concentração de capi-
tal, uma saída fácil, daí, concluir que a exploração do capitalismo inter-
nacional se dá por base a estrutura agrária e como aliado fundamental
do setor latifundiário. A utilidade dessa concepção tem se evidenciado
nas análises concretas, que demonstram a tendência do imperialismo a se
firmar nas estruturas econômicas dependentes através do desenvolvi-
mento burguês.

A falácia da chamada luta nacionalista e a impossibilidade de le-
var a massa a uma luta que não esteja diretamente vinculada à sua situa-
ção de classe indicam claramente a necessidade de uma estratégia revo-
lucionária baseada nas condições concretas da estrutura brasileira.

Definimos nossa luta revolucionária no combate ao capitalismo in-
ternacional, inclusive contra o esforço de implantação no Brasil de um
sistema econômico neo-capitalista, fato que não leva à visão ingênua da
possibilidade de uma revolução imediata, mas que nos faz ordenar o tra-

512 *Prayma* *5/2*
Como movimento de ação revolucionária, partimos da compreensão das relações estruturais brasileiras, marcaas, no atual estágio, pelo processo de desenvolvimento industrial.

Capítulo IV: A EVOLUÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA

A industrialização do Brasil inicia-se, em termos efetivos, a partir da crise de 1929, com a transferência de recursos do setor agrícola de exportação e a substituição de importações de produtos de consumo.

O processo de industrialização, através de suas diferentes fases, seria acompanhado por uma diversificação da estrutura social, com o surgimento de tensões e perspectivas antagônicas, ou seja, a consolidação das estruturas de classe.

O modo inicial seria a ruptura do setor agrário, diversificando o setor de exportação do setor de subsistência. O primeiro, ajustado às condições de um mercado monopolista, iria ingressar numa tendência crescente de introdução de relações de tipo capitalista e de associação de áreas já capitalizadas da Economia. Esse fato, ligado às próprias condições de formação de capital para o impulso inicial de industrialização, iria gerar uma ambiguidade na perspectiva e nos interesses dos setores agrícola e industrial da área capitalista. De outro lado, em extensa área mantida fora do desenvolvimento do mercado, manter-se-ia um setor agrícola de subsistência baseado em sistema de produção semi-feudal e desvinculado do processo econômico geral.

A industrialização que se inicia com capitais nacionais iria coexistir com o influxo de investimentos estrangeiros com que se caracterizou a nova fase de exploração imperialista. De início situada em um esquema competitivo, a indústria nacional tenderia a uma progressiva assimilação pelo capitalismo internacional. As reações a essa assimilação que existiram e existem por parte de setores limitados da burguesia, marcados pelo capitalismo competitivo, não encontraram sustentação nas perspectivas concretas e nos interesses da burguesia enquanto classe, já que a associação ao capital estrangeiro significou a uma natural de sua expansão e da segurança de seus lucros.

Diante do crescimento econômico em termos de ruptura entre a área feudal e a área capitalista, a formação do proletariado urbano se faria não somente em termos de uma transferência setorial da mão de obra, mas em termos de uma transferência dessa mão de obra entre sistemas econômicos diversos.

A coexistência de duas áreas econômicas demarcadas iria determinar que a formação do proletariado urbano correspondesse a um canal de ascensão social para a mão de obra da área feudal, daí decorrendo toda uma instabilidade de seu comportamento de classe e dificultando a radicalização das suas perspectivas.

A esse processo de ruptura corresponde, ainda, a dissolução da estabilidade das camadas médias da população. A classe média, antes sustentada pela burocracia do estado iria progressivamente integrar-se na economia privada que se instala, condicionando-se a um mercado de trabalho capitalista e marchando para a crescente proletarianização.

Daí a sensibilidade de setores amplos da camada média para uma conscientização e o aparecimento em seu meio de setores progressistas e revolucionários.

As tensões que correspondem à ruptura da estrutura social e econômica, ligam-se, de início, ao agravamento das condições de vida do povo, pelo desenvolvimento da exploração, agravamento que se apresenta em um quadro de progressiva integração da burguesia na área imperialista.

O crescimento da economia em termos de desequilíbrio levaria a classe operária a apresentar-se através de uma pressão distributiva em relação ao produto do desenvolvimento.

Diante da inflação e do desequilíbrio há condições para a formação da consciência de classe do proletariado urbano e para o desenvolvimento de uma perspectiva revolucionária, que se expressa na progressiva integração de suas organizações e nos recentes movimentos políticos que empreendeu.

Diante desses dados e da pressão das condições de miséria das populações rurais, ao lado das exigências de racionalização da produção agrária, apresenta-se a tensão no campo como fato suscetível de radicalização imediata e que se mostra o mais assustador para a classe dominante.

Compare com o original
Em 21 Set 64
[assinatura]

As tentativas de essas tendências não encontraram respostas no sistema de relações sociais existente, começando a se evidenciar a necessidade de mudanças próprias ajustamentos e saídas encontradas nos movimentos orgânicos, pelos grupos no exercício do poder. As crises que se sucedem desde 1950, o agravamento das contradições do capitalismo internacional, o aumento do ritmo inflacionário, são fatos que demonstram nos próprios grupos dominantes a impossibilidade de prosseguir o desenvolvimento em termos de desequilíbrio e produção anárquica.

Para a burguesia, já há algum tempo, colocou-se a necessidade de racionalizar o processo de exploração, dotar de eficiência a máquina estatal, ajustar os setores em crescimento. Ela tem apresentado sucessivamente, através de facções representativas, diferentes "ideologias" de correção do desenvolvimento. Tais esquemas corretivos são representados, ora pelo setor político, que se propõe à consolidação de uma autoridade de Estado, ora pelos planos de estabilização monetária e de disciplina, ora pelo reformismo, que vê as soluções das tensões através de reformas não estruturais das chamadas "reformas de base". Fundamentamente, tais esquemas constituem a tentativa de instauração de um neocapitalismo, que permita o sucesso do desenvolvimento burguês, evitando a tensão susceptível de provocar, pela radicalização das massas, alterações na estrutura social e no sistema de exploração vigente.

Essa perspectiva encontra sustentação no esquema do imperialismo, que em nossos grupos dominantes, através da Aliança para o Progresso, se propõe a ajustar as economias Latino-Americanas, ajustando-as ao sistema de capitalismo internacional e amadurecendo os conflitos internos da luta revolucionária. O visível porém, que os esquemas corretivos propostos, ainda que sustentados pelo capitalismo internacional, não encontram resultado diante do fato de que as contradições e as tensões são inerentes ao processo econômico em desenvolvimento.

As forças populares não têm sido capazes de opor a essa sua perspectiva. Diante da existência de uma vanguarda revolucionária e de uma organização de massas, na ausência de uma dominação da estrutura capitalista, sua atuação tem se limitado a uma participação na política burguesa e a uma agitação colocada antes em função de opções

postas pela classe dominante que a serviço da formação de uma consciência política das massas traça linhas, o que não impede, entretanto, seu crescimento.

A estrutura de dependência que condiciona o movimento sindical às instituições do poder, o caráter irresponsável que tem cercado algumas tentativas de organização dos camponeses, as próprias dificuldades na realização dos objetivos da luta popular, são elementos de compreensão da situação porque a estrutura brasileira tem sido incapaz de libertar-se do controle da burguesia e afirmar-se como vanguarda.

A oposição crescente que surge entre as massas populares e a estrutura do sistema de dominação a que estamos submetidos não tem sido resolvida, assim, sem abrir uma luta de conquistas parciais de liberdade econômica que se coloca em questão a própria estrutura, mas simplesmente se limita a sentimento de acelerar o desenvolvimento dentro dos quadros do capitalismo.

Alguns setores tentaram racionalizar essa tendência, postulando a necessidade de uma fase de consolidação do capitalismo como etapa necessária ao desenvolvimento. Baseada na afirmação da existência de uma burguesia nacional e dos interesses dos países do capitalismo internacional e da necessidade de por um viço de desenvolvimento alheia à ocupação de um viço de dependência, essa tese delimita nitidamente a atitude em relação aos interesses da industrialização e da estrutura agrária, encorajando o capitalismo em seu modelo inicial, anterior às grandes inversões de capital na América Latina e ao incremento de concentração de capitais. Será fácil, daí, concluir que a exploração do capitalismo internacional teria por base a estrutura agrária e como aliado fundamental do setor latifundiário. A validade dessa concepção tem se evidenciado nas análises concretas, que demonstram a tendência do imperialismo a se firmar na estrutura econômica dependentes através do desenvolvimento burguês.

A política de chama-luta nacionalista e a impossibilidade de levar a cabo uma luta que esteja diretamente vinculada a sua situação de classe indicam claramente a necessidade de uma estratégia revolucionária baseada nas condições concretas da estrutura brasileira.

Devemos nossa luta revolucionária no combate ao capitalismo internacional, inclusive contra o esforço de implantação no Brasil de um

compreensão original
21/10/64
S. P. P.

balho e as conquista atuais a uma preparação ativa desse processo.

A A.P. opta, assim, basicamente, por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização de força, na base do desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal. Fortalecendo progressivamente seus quadros a desmontará a A.P. cada vez mais o papel de promover e orientar cada mobilização apoiando-a em intervenções diretas e pela atuação coordenada de seus militantes dentro da estrutura atual do poder. Ela se propõe a tarefa de co-ordenar com o povo na base da contribuição deste, a nova sociedade.

Estamos certos de que isto só se dará a partir de um trabalho de organização de massas que possibilite a sustentação dessa luta e de um trabalho de conscientização que permita o avanço revolucionário.

Conscientes que neste trabalho será necessário utilizar os mais variados instrumentos e que... será possível explorar as contradições do poder atual, propomo-nos a uma conquista de instrumentos que possam gradualmente ser usados como força de pressão radicalizadora. Não somente colocamos essa necessidade como tarefa de nossa militância em instrumentos do poder a que sejam chamados, mas devemos fundá-la no diálogo permanente com outros setores anti-imperialistas e revolucionários e na radicalização das próprias contradições do poder atual.

A prioridade de nosso trabalho reforça-se às organizações operário-camponesas. Se reconhecemos a essencialidade do fenômeno imperialista e a integração das diversas formas atuais de dominação nos quadros do capitalismo internacional, não por isso deixamos de nos impor a exigência de um método de conscientização e organização que parta das exigências concretas das massas.

O movimento operário, em seu desenvolvimento, tem possibilitado formas iniciais de mobilização política. A grande massa, no entanto, ainda fora das organizações sindicais, estabelece suas aspirações num nível repressivo, em virtude mesmo de não terem acesso a uma visão estrutural que lhes é negada. Impõem-se, assim, nosso trabalho no sentido de levar a massa às organizações sindicais, fortalecer sua vanguarda política, criar condições de seu aparecimento onde elas não existam, e sobretudo, conduzir o processo de conscientização através de uma crítica constante do sistema capitalista e da apresentação da perspectiva socialista. O trabalho de agitação a partir de problemas concretos e através dos movimentos de cultura popular, alfabetização, etc., tem demonstrado sua validade como instrumento dessa conscientização. Não devemos ignorar, porém, que a classe dominante se propõe e efetivamente atua em um trabalho de manipulação da opinião pública através da imprensa, rádio, televisão, etc, com condições de maior eficácia que a iniciativa dos grupos de vanguarda. Para vencer esses obstáculos será necessário, não só denunciar constantemente as afirmações e os valores da classe dominante, mas sobretudo ligar indissolúvelmente o trabalho de conscientização à organização das massas atingidas.

Em relação ao problema do campo, as condições objetivas indicam a necessidade de outro tipo de trabalho. Importa distinguir inicialmente as áreas de trabalho coletivo (sobretudo nos setores de exportação) das áreas feudais. No primeiro caso, a formação de uma consciência e de trabalho de organização encontram melhores condições, embora seja necessário considerar que os problemas do nível de vida são frequentemente catalizadores e importantes do espírito de luta. Importa aí canalizar a insatisfação existente para a denúncia do sistema de exploração, sempre por um assando o trabalho de agitação aos problemas concretos e locais. Nas áreas feudais, as dificuldades são maiores não só pela dispersão das populações como também pelo alto grau de conformismo que apresentam os camponeses, pela permanência secular das condições de exploração. Aí, porém, o problema capaz de suscitar o espírito de luta é mais estrutural, ligado à propriedade da terra. De toda a forma, é necessário considerar que o trabalho no campo se encontra raízes nos problemas concretos e locais sendo lento o processo de formação de consciência extremamente difícil lançar palavras de ordem políticas.

Companha com o original
Em, 21 set 64
Alfama

155 *Boynar* Fl. 5/5
Boynar

Outros setores, embora não prioritários, aproximam-se de um trabalho eficaz. O movimento estudantil tem se dirigido predominantemente na linha da luta com as classes populares e a remoção dos obstáculos à criação de uma consciência revolucionária na intelectualidade. O próprio fato de participação de suas perspectivas é útil para demonstrar a possibilidade de atuação na condição das organizações estudantis com o fim de progredir a luta política.

Em todas essas áreas, a tática será a preparação revolucionária. Es- se trabalho deve ser feito tendo em conta a possibilidade de a conveniência de uma participação comum com outros movimentos ou organizações de esquerda, evitando-se qualquer espírito sectário ou discriminatório. Ao mesmo tempo, porém, o movimento afirma a nossa atuação em uma integridade da luta política e ideológica e de procurar situar nossa militância na vanguarda do trabalho revolucionário.

Conferir com: original
Em: 21 de 8.9.X.X.X.X.X.X.X.X
[Signature]

Parta 1

516

Fl. 516

Braun

João

informe especial 1

6 fevereiro- 1964

Do- Secretariado da Guanabara
Para- militantes da Guanabara

Assunto-RESULTADO DA IV REUNIÃO DO COMITE NACIONAL (Informe especial nº4
do Secretariado Nacional às Coordenações municipais)

INTRODUÇÃO -

Esse informe tem como objetivo apresentar aos companheiros da GB uma síntese da IV Reunião do Comitê nacional realizada de 31 de outubro de 1963 a 3 de novembro de 1963, que apresenta uma análise crítica do nosso movimento (seu crescimento, suas dificuldades e falhas) colocando ao lado disso sugestões e medidas concretas para o desenvolvimento de Ação Popular que é uma responsabilidade coletiva (desde da coordenação nacional, das coordenações municipais, coordenações setoriais até a responsabilidade individual de cada militante).

Esse informe, como todos os outros, não tem valor por si só. Só será significativo (e não simplesmente uma medida burocrática) na medida em que seja um instrumento de reflexão e de ação, e portanto, na medida em que cada militante no seu núcleo, no seu setor, tome conhecimento do que ele apresenta e o analise.

Aproveitamos a oportunidade para mais uma vez informar sobre a coordenação de Ação Popular-

Coordenação Nacional de Ação Popular-

1. Coordenador Nacional-Herbet José de Sousa (Betinho)-representante máximo de AP, que preside a coordenação nacional, responsável pelos contactos externos de AP, que intervém em casos de desvios ideológicos e de ação,

2. Comitê Nacional- órgão executivo que se reúne bi-mensalmente para aplicar as linhas traçadas no Congresso Nacional (órgão máximo de AP que se reúne anualmente para traçar as linhas ideológicas e políticas de AP)

3. Secretariado Nacional- (SN) -responsável pela eficiência interna de AP. Funções-organização administrativa (burocrática e financeira), preparação de relatórios, divulgação interna, convocação de reuniões das coordenações regionais, intercomunicação entre a coordenação nacional e as coordenações regionais. (municipais)

Membros do Comitê-Herbet José de Sousa, Antonio Lima (MG), Franz Heimer (SP), Uassy Gomes (Goiás), Geraldo Moraes (RGS), Paulo Mendes (Bahia), Alto Arantes (Brasília)

Membros do Secretariado Nacional-Severó Salles (Baia), Cosme Alves Neto (Amazonas), Silvio Gomes de Alcida (GB), Isa Guerra (Paraíba), Jair Ferreira de Sá (MG), os dois últimos respectivamente coordenadores nacionais de Cultura Popular e setor camponês.

Além disso, cada setor tem uma coordenação nacional-

Portaria nº 95

Em 16 de março de 1964

Reformula a Comissão de Cultura Popular,
criada pela Portaria nº 195, de 8/7/1963.

DA
EDUCAÇÃO E CULTURA, considerando a necessidade da realização de um programa de cultura popular em todo o País; considerando que este programa viria aprofundar e dar sequência ao Programa Nacional de Alfabetização ora desenvolvido por este Ministério; considerando, finalmente, que o 1º Seminário de Cultura Popular, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, em fevereiro do corrente ano, com a participação de todos os movimentos de cultura popular do País, elegeu um Grupo de Trabalho destinado a elaborar e por em prática planos de cultura popular em todo o território nacional,

R E S O L V E :

Art. 1º - Reformular a constituição da Comissão de Cultura Popular, criada pela Portaria nº 195, de 8/7/1963, e completada pelas Portarias nºs 200 e 203, de 9/7/1963, passando a denominar-se Comissão Nacional de Cultura Popular.

Art. 2º - Esta Comissão será integrada pelos Senhores ROBERTO GONÇALVES PONTUAL, TEREZA MARIA DE ARAGÃO FERREIRA, ISA QUINTANS GUERRA, OSMAR FÁVERO, JOSÉ AUGUSTO GUILHON ALBUQUERQUE, LUIZ ALBERTO GOMES DE SOUZA, JOSÉ RIBAMAR FERREIRA e VICENTE DE PAULA HOLANDA PONTES, sob a Presidência do primeiro.

Art. 3º - Os planos de trabalho elaborados pela Comissão serão submetidos à aprovação do Ministro de Estado, e postos em execução através da Secretaria-Executiva da Comissão, composta dos membros TEREZA MARIA DE ARAGÃO FERREIRA e ISA QUINTANS GUERRA.

Art. 4º - Os recursos para manutenção dos trabalhos da Comissão provirão de resíduos de exercícios anteriores e destaques

dos Fundos criados pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, os quais serão creditados em conta especial no Banco do Brasil, sob a denominação "Comissão Nacional de Cultura Popular - Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º - No prazo de 15 dias, a partir desta data, a Comissão deverá apresentar ao Ministro de Estado projeto de Regimento Interno que regulará as suas atividades.

Art. 6º - No mesmo prazo de 15 dias, a partir desta data, a Comissão apresentará ao Ministro de Estado um projeto de plano de trabalho, para execução em todo o território nacional, de acordo com critérios de prioridade.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Júlio Furquim Sanbaquy

Viço:
J. V. Furquim Sanbaquy
substituto asph

Brayner

Jls 519

①

Discurso pronunciado pelo Dr. Miguel Newton Arraes,
Presidente do Movimento de Cultura Popular de Per
nambuco, na sessão solene de encerramento do 1º En
contro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular,
realizado no Recife, no período de 15 a 21.9.63.

Autoridades,

Companheiros do MEB

Companheiros dos CPCs do Brasil etc.

Companheiros evangélicos, católicos, socialistas e comunistas.

No momento em que se encerra o Primeiro Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, em boa hora convocado pelo Ministério de Educação e Cultura Popular - a cuja frente se encontra o grande Ministro Paulo de Tarso, desejo, expressando o pensamento da Comissão Executiva Estadual, testemunhar aos companheiros delegados a nossa alegria de hospedá-los. Ao mesmo tempo, dizer-lhes que muito nos constrange o fato de lhes ter oferecido uma acolhida tão modesta. É que os anfitriões são pobres. Seria falso, até, oferecer hospedagem luxuosa, num Estado onde as limitações são tantas, onde a pobreza é tanta, onde tantas pessoas comem mal e dormem pior. Mas, essa in-telectualidade que veio ao Recife submeter-se aos vexames de uma hospeda-gem pobre, tem o espírito de saber compreendê-la e perdôá-la. Se nos constran-ge, por um lado, haver oferecido recepção singela, por outro, muito nos orgu-lha receber em nossa casa hóspedes tão compreensivos e tão generosos na sua capacidade de tolerar os vexames.

2. O Encontro, que hoje se encerra, foi marcado por um espírito de unidade ativa e crítica, que deve ser, sempre, preservado nas relações entre os vários movimentos de cultura popular. É imperioso, po-rém, que essa unidade, exercida nos debates dêsse Conclave, seja cada vez me-nos formal e cada vez mais verdadeira, porque, antes de se comunicar com o povo, é necessário que os MCPs comuniquem-se entre si e procurem, juntos, buscar o caminho de sua afirmação na realidade brasileira.

3. É preciso que nenhum de nós se deixe guiar pela ambição de dar a última palavra. A última palavra quem dá é o povo, desde que despertado para isso, motivado para isso por uma mensagem que nos cumpra transmitir e repetir a cada hora, a cada instante dêsse tempo brasileiro.

4. O povo deve ser despertado - e despertado por nós - para o fa-to de que não existe uma ordem estabelecida. Existe, sim, uma desordem institucionalizada, muitas vezes a serviço dos seus inimigos. É funda-mental estabelecer a ordem legítima e esta deve se inspirar no povo. A verda-deira ordem é a que satisfaz necessidades, é a que corresponde às aspirações

520

Brayner

520 520

de bem-estar, é a que garante não apenas o acesso, mas o avanço das camadas humildes ao domínio do conhecimento. Conhecimento para nós não é uma dádiva, porém, uma conquista, e toda conquista é revolucionária.

5. Este sistema atual, este sistema que combatemos, inspira-se em bases anti-cristãs de perdas e lucros. Socializa prejuízos e individualiza os ganhos. É preciso socializar os lucros e individualizar as perdas para que apenas venham a perder os inconformados, os reacionários, os egoístas, os contra-revolucionários. Que lucro maior pode ser reconhecido ao povo, além do seu sustento material, se não a posse de sua cultura? E esse o objetivo que perseguimos. Foi, para isso, que nos reunimos aqui e vamos nos reunir sempre, quando não em conchaves como esta, pelo menos através da nossa presença efetiva e permanente no quadro da luta nacional popular. No Brasil de hoje, todos têm que estar reunidos, se não fisicamente, pelo menos através da comunhão de pensamento revolucionário.

6. Meus Companheiros:

A mensagem do MCP de Pernambuco talvez seja muito áspera e muito contundente, talvez reflita e projete demasiado a realidade que o cerca; uma realidade cheia de miséria, de sofrimento, de latifúndios, onde os camponeses são assassinados pela vida que sofrem e pela morte que levam, cheia de injustiça e cheia de luta; dentro dessa realidade áspera, onde Miguel Arraes, sob o fogo do inconformismo, frustra privilégios e enfrenta, com o apoio das massas - com o nosso apoio - as terríveis e aguerridas hordas do anti-povo. Ninguém confunda, porém, a aspereza da nossa linguagem, a nossa contundência de expressão com o sectarismo, a estreiteza e a intolerância. O MCP de Pernambuco é, sobretudo, um órgão plural, aberto a todas as tendências, desde que a serviço de causas autênticas. Mas, não é um órgão a serviço de nenhuma tendência isolada. E cabe, aqui, registrar, com orgulho, que nenhum dos intérpretes das várias tendências que se somam e que se unem dentro de nosso meio, tem lutado por uma afirmação isolada. Aqui exercitamos uma convivência democrática que é a própria substância da nossa luta geral.

O MCP de Pernambuco aprendeu muito neste Encontro e espera utilizar, na prática, as experiências adquiridas. O MCP sai desse Encontro mais convencido ainda de que a Cultura Popular não surge apenas através de um processo de criação científica, mas através de um processo de captação do que existe. O povo é rico de sugestões plásticas. Sugestões que se configuram no folclore - na sua música e na sua dança, na sua literatura própria, enfim, no seu trabalho cotidiano. O que nos cabe é filtrar tecnicamente esse processo de cultura, sistematizá-lo, descobrir a verdadeira e autêntica fisionomia do povo. Sem deformá-la. Nem mesmo pelo retóque. Nem mesmo pelo aprimoramento. Se aprende com isso, no Encontro que hoje encerramos, o MCP continuará aprendendo ainda mais com o povo.

8. A comunicação dos MCPs com as massas populares deve ser no sentido de dar e receber. Não somos tutores intelectuais do povo. Percebemos que ele nos oferece de autenticamente nacional e damos-lhe

Brayner Fls 521
[Signature]

ensinamentos técnicos que lhe tem sido negados por uma sociedade alienada e alienante, onde a cultura é quase sempre transmitida de cima para baixo, das elites sobre o povo, como um produto acabado, como um prato feito. Os MCPs, neste sentido, são subversivos porque pretendem que a cultura surja de baixo para cima, democratizando-se, tornando-se legitimamente brasileira.

9. O MCP de Pernambuco tem consciência de quanto é árdua esta luta, pelos interesses que se opõem a ela, pelas dificuldades materiais, mas sabe também que a história o favorece, que o processo de libertação econômica e auto-determinação cultural de nosso povo é irreversível, e que a realidade brasileira tende a mudar, inapelavelmente, revolucionariamente.

10. Parece-me que seja esta também a mensagem das demais frentes que lutam em Pernambuco pela cultura do seu povo. Cada uma, dentro da orientação filosófica que lhe é própria, porém todas dominadas pela firme decisão de mudar, de revolucionar, de restaurar os valores de e acrescentar a eles, sem o sentido de doação, aquilo que é seu por direito por justiça: a dinâmica de uma cultura.

11. Companheiros

Despedimo-nos aqui na certeza inabalável de que adiante nos reencontraremos. E essa perspectiva - repito - não é apenas a do reencontro físico. Haveremos de nos reencontrar todos, num plano que está cada vez mais próximo, para a construção da grande realidade nova da Pátria livre.

600

Revisão
Fl. 600
de 1960

Relatório e Plano de Ação para a formação do CPC de UBES

- 1- Situação nacional e necessidade premente do CPCUBES
- 2- Elaboração do Plano Geral.
- 3- Plano de Emergência
- 4- Relatório das necessidades materiais para o funcionamento do CPCUBES.
- 5- ESTATUTO DO CPCUBES

1- Necessidades premente do CPC UBES e a realidade brasileira

A realidade brasileira, cada dia mais angustiante, se nos apresenta de forma bastante heterogênea onde a disparidade e a injustiça social caminhar à passos largos, numa metamorfose nem sempre conduzidente com a realidade do momento, fenômeno, aliás, comum à qualquer período pré Revolucionário. Debates intermináveis e plataformas inúmeras tornaram-se motivo de todas as tribunas do país., debates nem sempre transpostos para os objetivos, plataformas nem sempre possíveis de prática, quase sempre passíveis de paliativismo comum à chamada burguesia progressista. Os problemas se nos apresentam numa inenarrável ladainha de considerações demasiadamente alongadas e nem sempre praticáveis. Os problemas nacionais atingem cifras espantosas e as estatísticas, uma vez constatadas, chegam a espantar. Resolvê-los de uma só vez é pura utopia. No entanto há problemas que, por possuírem o caráter biológico da origem, merecem a nossa atenção e urgem ser solucionados o mais rápido possível. São problemas que se colicam em termos de resolução radicais, que já de há muito deviam estar solucionados e para os quais qualquer solução impraticável e por demais idealísticas é, de início, recusada. Queremos crer estarmos vivendo uma autêntica fase pré-revolucionária e sabemos que hegemonia de Revolução se faz fazendo Revolução. O fenômeno anti social alastrado por todo o país tem suas raízes mais profundas dentro de um contexto histórico-sócio-econômico, onde a expoliação teve início com a tão decantada "obra de Colonização" cujas consequências desastrosas são sentidas até nossos dias.

É dentro desta realidade que situamos o papel desempenhado pelos diversos CPCs já existentes, de nível universitário.

No setor de estudiantado de grau médio queremos entender que a criação de um CPC de UBES é algo urgente e mais do que necessário. Diante da realidade brasileira, a UBES não mais resume seu campo de ação à um setor econômico e socialmente privilegiado ou seja os estudantes. Tal seria ridículo o fruto do academicismo formalista, oriundo de um conceito falso de cultura, onde a realidade média é vista nos transportes pela civilização.

Brazina

Fls. 601
J. B. P.

portuguesa que vinha de um aporrimamento barbaço onde a Cultura era propriedade de mosteiros e Academias Reais. Infelizmente tal mentalidade, seguindo uma evolução propociona da apenas às Elites, ainda hoje é uma glória em diversas partes do país onde o estudantado vive completamente fora da realidade nacional e perhorrentemente descomprometido com fenômeno popular constituindo-se, por isto, um grave pas-o na contra revolução brasileira. A gestão 62- 63 apresentou ao Ministério do Educação e Cultura uma plataforma de contribuição à Alfabetização. Ao salarmos a tese -relatório (1) ficamos sientes de que o processo revolucionário cada dia tomava mais corpo na mente dos dirigentes da entidade superior de representação e coordenação dos estudantes do grau médio do Brasil, ou seja, UBES. Continuando na marcha para a nossa valiosa contribuição à causa do povo, uma vez que é valiosa qualquer colaboração efetiva, a criação de um CPC de UBES, visando a concretização urgente e objetiva de uma plataforma de ação prévia -mente elaborada, viria ligar, definitivamente, a Entidade à sua missão de transformar o Brasil numa só pátria onde a justiça não fôsse uma balci mas um fato. A situação social do Brasil dá-nos, e nos parece acertada, a visão de um povo em marcha para a Liberdade. Ora, sabemos e temos plena consciência da quase total alienação por parte da grande maioria do estudantado brasileiro à realidade de nossos dias. No setor secundarista esta alienação é notória: os Colégios fechados ao povo, o ensino tornado rendoso comércio de estudo definido como privilégio, as escolas do govêrno nem sempre cumprindo sua real finalidade, etc. Por outro lado, um povo expoliado, sofrendo os horrores da fome, da peste, da injustificável falta de recursos mínimos exigido pelo homem. O CPC de UBES seria, antes de tudo, este grande elo de ligação entre povo e estudantado, formando uma aliança tríplice: povo-cultura-estudante. À medida em que levasse a cultura ao povo traria o povo ao estudante. Aqui queremos expandir a palavra povo em toda a sua dura chocante origem, será sempre uma realização concreta para o povo, quer através de seus meios de divulgação, teatro cinema, poesias, músicas etc. quer através de suas campanhas de alfabetização ou semelhantes. Isto, não outro, queremos crer é o modo autêntico pelo qual a UBES cumprirá, em dados concreto, a sua missão dentro do contexto revolucionário brasileiro. Desde já colocamo-nos diante desta necessidade premonir o este o motivo principal da apresentação do presente Relatório.

2 - Elaboração de um Plano Geral

Tôda e qualquer concepção do mundo implica uma ação. A nossa por ser revolucionária implica, racional e textualmente, uma ação revolucionária. Não se age sem que se tenha antes elaborado o modo de se desenvolver esta ou aquela ação. Assim como não basta elaborar, também agir sem planificação é infrutífero. Plano e Ação se completam. Apresentaremos, primeiro, uma planificação GERAL e embora não saibamos impossível de ser concreta, nos por isto, nos fili-

Para se fundar um CPC necessita-se, antes de tudo, do espírito de luta que motiva esta entidade de caráter extritamente revolucionário. Arriscadamente chamaríamos de misticarrevolucionária esta necessidade que cada ubesiano vê pulsar dentro de si quando se depara com a realidade nacional. Portanto, sendo o CPC um órgão a serviço da Revolução e sendo a UBES um meio idêntico o espírito necessário para esta formação já existe. Passa-se, portanto, aos meios de, elaborando uma plataforma de ação, atingir a UBES as suas reais finalidades no Brasil de hoje.

Além da urgente necessidade de salas, papéis, máquinas, enfim - de material para que se possa concretizar a ação o CPC visa uma obra de valorização do povo, por isto, tal ação estará sempre voltada ao povo, à ele dirigida e por ele fomentada. A criação de elementos, ou quadros, que formam qualquer CPC base, se fará na medida do possível.

Planificação Geral do CPC de UBES - :

a - uma sala - uma sala localizada, de preferência, na própria sede da UBES - Praia do Flamengo 132, Guanabara, Esta sala se destina às reuniões das várias comissões e dos vários quadros que compõem o CPC. Sala o mais completa possível, com uma máquina de escrever; um armário para guardar materiais; cadeira, duas mesas cinzeiros, etc. sendo dispensável um telefone.

b - composição geral do CPC de UBES:

1 - Direção: um coordenador geral do movimento, em contato direto e constante com a Diretoria da UBES.

2 - Dep. Secretaria: um Secretário encarregado da correspondência do CPC, dos ofícios, das respostas às cartas recebidas, exercendo o cargo semelhante às secretarias das diversas entidades no gênero.

3 - Dep. Artístico: com Coordenador ou Diretor artístico para dirigir os quadros de atuação do CPC. Este departamento é subdividido em:

a - Teatro - Com número limitado de atores, com um diretor e encarregado das peças, montagens, squetis, etc:

b - Cinema - um elemento encarregado de escolher os filmes. local, material, aluguel dos mesmos, etc.

d - Poesias - Um elemento encarregado de promover os recitais de poesia revolucionária.

e - Música: um elemento encarregado do setor musical.

4 - Dep. Alfabetização - um coordenador ou Diretor.

O dep. Alfabetização se comporia quase que á parte devido á sua importância capital. Este departamento estaria encarregado de elaborar um plano de ação alfabetizante, traçar as diretrizes em plano nacional, documentar e historiar o andamento dos trabalhos. Elaboração de 1 cartilha.

...ões, etc.

5 Dep. Propaganda: Um Diretor ou Coordenador. Este Departamento estaria diretamente ligado a todos os setores do CPC e se encarregaria da propaganda e cobertura de toda e qualquer ação do movimento, quer através de jornais, rádios, revistas, televisões, cartazes, etc.

6 Departamento de Imprensa e Divulgação de Cultura Popular:

Um Diretor ou um Coordenador. A este Departamento competiria a arrecimação das várias manifestações da cultura popular afim de torná-las públicas através de edições de livros, manifestos, cadernos, etc. A este departamento compete a criação e manutenção de um jornal que, para facilidade de todo o trabalho, seria como JORNAL da UBES constituindo-se num CADERNO DE CULTURA POPULAR.

7 Compostas as bases do CPC partiremos pra a concretização dos mesmos.

C - CPC em ação.

Por ser a UBES uma entidade de caráter nacional, o CPC também será. Uma vez tornado realidade dentro da Entidade, partirá, imediatamente, para a fundação de CPC estaduais diretamente ligados e subordinados à COORDENAÇÃO NACIONAL.

A- Plano Geral de ação -

Teatro - uma peça por trimestre (no mínimo) com visitas às capitais do país e ao interior dos estados dos mais afetados pelos dramas.

Visitas imediata ao nordeste, centro e sul do país.

O Teatro será motivo de lançamento de novos CPC espalhados pelos Estados da Federação.

3- Plano de Emergência

1- De princípio o CPC necessita de uma sala que possua as mínimas condições de trabalho.

Uma máquina de escrever.

Duas caixas de papel estêncil para mimeógrafo.

Um milheiro de papel rascunho.

Um milheiro de papel em branco, tipo ofício.

Dois Carimbos, onde se lerá, respectivamente:

CPC UBES COORDENAÇÃO NACIONAL

CPC UBES DEPARTAMENTO ARTÍSTICO

quadros:

Teatro

Imprensa

Propaganda

Estes três quadros deverão iniciar suas funções o mais breve possível.

3- Portanto, como material humano, para iniciar os trabalhos, precisamos de.

Teatro - 11 elementos.

Imprensa - 3 elementos.

Propaganda - 4 elementos.

4 - Nota-se que já contamos com uma peça, com nove personagens, de autoria deste amigo que escreve, intitulada TERRA SECA cuja ação se passa no ser tão de Pernambuco e visa a expoliação do camponês daquela região. Esta peça está na dependência da aprovação da Diretoria de UBES.

5 - Como plano de ação de emergência achamos interessante citar: a - apresentações teatrais de caravana acima discriminada. ou seja, composta pelo teatro, pela imprensa e pela propaganda, no Estado da Guanabara, / Minas Gerais (Belo Horizonte), Paraná (Curitiba), Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Uma vez feito este roteiro, que seria a abertura oficial do CPC UBES, estudar-se-á a possibilidade de visita urgente ao nordeste do país, / ou seja, Alagoas (Maceió), Pernambuco (Recife) Natal (Fortaleza).

Por ora queremos crer que o CPC UBES deveria visitar apenas as capitais do sul porque possuem melhor acesso e maior campo de fundação de / CPC estaduais.

ESTATUTOS DO CPC DE UBES

Art- I - A União Brasileira dos Estudantes do Grau Médio (UBES) usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, entidade mãe de coordenação e representação dos estudantes secundários do Brasil, com sede no Estado da Guanabara, Brasil, reconhecido como órgão de utilidade pública torna oficial e válido o CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UBES.

Art II- O CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UBES tem sede na entidade acima referida ou seja, Praia do Flamengo, 132, Guanabara.

Art. III- Todo poder regular por este estatuto emana das necessidades do / povo brasileiro e em seu nome será exercido.

CAPÍTULO PRIMEIRO =

Do Centro Popular de Cultura da UBES

Art. IV- A capital Federal é a sede do CPC UBES

Art. V- Compete ao Centro Popular de Cultura da UBES:

1- Manter a unidade entre a estudantes e povo, fomentando e fortalecendo a Aliança Operário Estudantil Camponesa.

2- Defender os interesses populares através de seus quadros competentes.

3- Lutar pela emancipação cultural do povo brasileiro e defender a Escola Pública.

4- Cooperar com os CPC universitários já existentes no país e com todas as organizações reconhecidamente populares ou estudantes que visem a cultura popular.

5- Transportar a Bandeira do Povo, fomentando a necessidade de uma autêntica cultura popular.

Prayner *Fels* *co* *de* *de*

6- Transmitir, captar e ser veículo dos anseios populares através de seus diversos quadros.

7- Apresentar-se publicamente não fazendo distinção de local, seja em teatros fechados, dotados de palco, seja em teatros de arena, seja em cima de caminhões, nas ruas ou praças públicas, seja através do rádio, televisão, cinemas, etc.

ART. VI- Terá direito ao ingresso ao CPC como membro colaborador todo o estudante secundário filiado à UBES.

CAPÍTULO SEGUNDO

DOS MEMBROS-

ART. VII- São membros atuantes do CPC UBES os estudantes nomeados pela Diretoria da UBES ou requisitados pelos diversos departamentos do CPC da UBES.

ART. VIII- Os CPC estaduais fundados pelas entidades estudantis filiadas à UBES constituem-se em membros efetivos com estatuto e método de trabalho à parte de acordo com a realidade estadual, estando todavia sujeitos à planificação Nacional do CPC UBES.

CAPÍTULO TERCEIRO

Dos Poderes-

ART. IX- São poderes do CPC.

1- Coordenação Nacional

2- Setores

3- Departamentos

ART. X O CPC responderá, oficialmente, pelo movimento de cultura popular no âmbito nacional de grau médio.

CAPÍTULO QUARTO

Das atribuições

ART. XI- À Coordenação compete

a- Responder pelo movimento perante a Diretoria da UBES.

b- Coordenar, em plano nacional, a ação dos diversos departamentos.

c- Constituir ou destituir cargos.

d- Elaborar, junto com os departamentos, em reuniões gerais, os planos de ação.

Os planos de ação estão sujeitos à deliberação e aprovação da Diretoria da UBES.

ART. XII- Aos departamentos compete:

a- Cumprir e fazer as tarefas traçadas.

b- Apresentar relatórios quinzenal à Coordenação Geral.

c- Mediante aprovação da Coordenação Geral, nomear ou requisitar membros colaboradores.

d- Participar de toda manifestação do CPC

104

Regina *F. L. L. L.*
DBL

CAPÍTULO UNTO

Da Coordenação Nacional

ART. XIII- A Coordenação é exercida, auxiliada pelos Departamentos, pelos seguintes cargos:

- a- Coordenação Nacional
- b- Vice Coordenação Nacional
- c- Secretário Geral.
- d- Tesoureiro Geral

ART. XIV- Ao Coordenador Nacional compete:

- a- Representar o CPC perante a Diretoria da UBES, assistir da Entidade Mãe e manter contacto directo com a mesma.
- b- Responder pelo CPC em juízo ou fora d'êlo.
- c- Presidir as reuniões com os setores e as reuniões da Coordenação Geral
- d- Convocar as referidas reuniões.
- e- Apresentar relatório à Diretoria de UBES.
- f- Responder pelos destinos do CPC.
- g- Designar ou destituir cargos.
- h- Dar cumprimento às finalidades do CPC:
- i- Manifestar-se em nome do CPC UBES em todos os Estados da Federação.
- j- Receber verbas que se destinam ao uso do CPC.
- k- Assinar cartas, documentos, officios ou qualquer correspondência do CPC.

ART. XV- Ao Vice compete substituir o coordenador Nacional com todas atribuições.

ART. XVI- Ao Secretario Geral compete:

- a- Organizar e dirigir a Secretaria do CPCUBES
- b - Substituir com as mesmas atribuições do coordenador geral o mesmo, em caso de ausencia ou doença.
- d- Expedir recomendações, informes e sugestões aos membros do CPCUBES.
- e- Assinar, com o coordenador geral, todo e qualquer officio, carta, documento, credenciais, etc.
- f- Superintender o trabalho das Secretárias Auxiliares.

ART. XVII- Ao tesoureiro Geral compete:

- a- Ter sob sua guarda os recursos monetários, as verbas destinadas ao CPC UBES, todos os bens e valores do Movimento.

Rayma *Sh. 102.*
SBP

- b- Receber, em nome do Movimento quando para isso autorizado pelo Coordenador Ger. 1, as verbas destinadas ao CPCUBES.
- c- Conservar, em depósito em estabelecimento bancário, as verbas destinadas ao CPCUBES.
- d- Conceder, mediante aprovações da coordenação Geral, verbas aos diversos departamentos, exigindo comprovante de gastos.
- e- Relatar à direção geral toda entrada e saída de verbas.
- f- Em reunião com a Diretoria da UBES publicar os balanços realizados.

A RT. XVIII- Fora desses não existem outros cargos para a coordenação Geral do CPC UBES.

CAPITULO SEXTO

Dos departamentos.

ART. XVX- O CPC UBES possui os seguintes setores

- a- Artístico
- b- Frente Nacional de Alfabetização
- c- Propaganda
- d- Imprensa e Divulgações
- e- Sotor Camponês

ART. XX- O Sotor Artístico é composto de:

- a- Departamento Teatral.
- b- Cinema.
- c- Poesia.
- e- Música

ART. XXI- O Sotor Artístico possui um chefe ou diretor, que manterá ligação com a Coordenação Geral do Movimento

A- Ao Departamento Teatral compete encenar as peças aprovadas pela Coordenação Geral.

Ensaiar com afinco e profundidade.

Percorrer o CPC em todas as suas apresentações.

Manter contacto com demais teatros populares.

B- Ao Grupo de Cinema, compete escolher filmes de caráter politizante, marcar local e hora para as filmagens, alugar os referidos filmes.

C- Ao Departamento de Poesia compete promover recitais de poesia revolucionária.

D- Departamento de Música compete confeccionar Discos e fomentar a música popular brasileira ou de caráter politizante

ART. XXII- A Frente Nacional Alfabetização possui um chefe, ou diretor, que manterá relações diretas com a Coordenação Geral.

a- Compete a este Sotor.

a- fomentar a alfabetização no país através de todos os meios de propaganda.

Caixa *Fls. 60*
[Signature]

b- elaborar uma cartilha padrão.

c- planejar e estruturar campanhas de alfabetização em caráter nacional.

ART XXIII- O S. tor de Propanganda possui um chefe ou um diretor que terá ligações diretas com a Coordenação Geral.

- Compete à este S. tor:

a- Propagar o nome do CPCUBES em plano nacional.

b- Cobrir toda e qualquer ação do CPCUBES

c- Criar meios de propanganda ou usar os já existentes.

d- Andecor em propagar as apresentações do CPCUBES.

ART XXIV - O S. tor de Imp. esa e Divulgação terá um chefe ou diretor que responderá perante a Coordenação Geral.

- Compete à este S. tor:

a- Publicar livros de cultura popular.

b- Manter um jornal "Caderno de Cultura Popular" que sairá com o jornal de UBES.

d- Manter correspondência com jornal reconhecidamente colaboradores do povo brasileiro.

ART XXV - O S. tor Camponês etc.

CAPÍTULO SETIMO

Das Disposições Gerais

ART XXV- O patrimônio de CPC UBES será forma o:

a- pelos bens imóveis que vanha possuir

b- pelas subvenções e logaços recebidos.

d- pelos juros e rendimentos de seu potrimônio.

ART XXVI- O CPCUBES fundará CPC estaduais, não se responsabilizando, sob pretexto algum, pela obrigações contraídas por estes CPCs estaduais sem autorização expressa.

ART XXVII- Os CPCs Estaduais possuirão regime próprio, devendo entretanto obdecer ao plano Nacional traçado pelo CPCUBES.

ART XXVIII- O CPCUBES não reconhecerá como oficial todo o qualquer CPC estadual que não seja por ele fundado a à ele filiado. Não manterá todavia sob hipótese alguma, o regime de secretarismo ou divisionismo.

ART XXIX- As apresentações interestaduais do CPCUBES correm por conta da UBES, ou das entidades à ambos filiados.

ART XXX- Só poderão fazer parte do CPCUBES estudan es secundários.

-Em casos esporádicos, mediante aprovação da Coordenação Geral, é permitida a participação de não estudantes como colaboradores necessários. Cite-se como exemplo casos em que, numa peça teatral, haja no sociedade de um personagem idoso.

CAPÍTULO OITAVO

Das Disposições Transitórias

ART XXXI- A sede do CPCUBES é o Estado da Guanabara até que a UBES através de seu Congresso Nacional, julgue conveniente a sua mudança para

Programa *Fl. 609*
[Signature]
AS

Brasília.

Unico- Até então revoguem-se as disposições em contrário

GUANABARA 31 de Agosto de 1962

Eu, José Mauroira Vasconcellos, usando das atribuições a mim conferidas pelo sr presidente em exercício, colega Roberto Martins, dou por finalizado este trabalho e qual afirmo e dou fé.

JOSÉ MAUROIRA VASCONCELLOS

610 *Bacina Eladio*

DIRETORIA E SETORES DO CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UBES

COORDENADOR NACIONAL

José Madureira Vasconcellos
(Minas Gerais)

SECRETARIA GERAL

Devanniltom V. Portella
(Alagoas)

TESOURARIA GERAL

Hélio Jovino dos Anjos
(Bahia)

SETORES

SETOR ARTÍSTICO

Marco Aurélio Borba
(Paraná)

SETOR IMPRESA

José Aloísio Oliveira
(Amazonas)
Silas José da Silva
(Espírito Santo)

SETOR PROPAGANDA

Rosália Cabral
(Guanabara)

Márcia
(Guanabara)

DEPARTAMENTO TEATRAL

José Cícero Sarmento
(Alagoas)

DEPARTAMENTO RELAÇÕES GUANABARA

Neuza
(Alagoas)

SETOR CAMPONÊS E O OPERÁRIO

José Sales de Oliveira

DEP. FOLCLÓRICO

Claudionair Machado
(Guanabara)

SETORES AUXILIARES

VICE COORDENAÇÃO NACIONAL

Gilson Menezes
(Minas Gerais)

SETOR TEATRAL- Para a peça "Terra Sêca" participantes: José Cícero Sarmento, Devannilton Portella, Rosália, Neuza, Marco Aurélio Borba, Hélio J. Anjos, Direção de José Madureira Vasconcellos e Supervisão de Gilson Menezes. Vestuário com Hélio Jovino, cenários com Madureira, montagem Marco Borba.

Brayner *Flo 611*
[Signature]

RELATÓRIO DO CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UNE

- 1- nome : CENTRO POPULAR DE CULTURA da UNE
- 2- localização : GUANABARA
- 3- âmbito de ação : O CPC DA UNE ATUA COM O PROLETARIADO, COM A INTELCTUALIDADE E COM A ÁREA ESTUDANTIL (PRINCIPALMENTE UNIVERSITÁRIA), OJJE TIVANDO ATINGIR AS MAIS 'MPLAS' MASSAS.
- 4- data de fundação : MARÇO DE 1961

MOTIVOS, OBJETIVOS, CONSTITUIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A tomada de consciência, por parte de artistas e intelectuais, da necessidade de se organizar para atuar mais eficaz e consequentemente na luta ideológica que se trava no seio da sociedade brasileira, levou-os a criar o CENTRO POPULAR DE CULTURA

Partindo dessa tomada de consciência, o CPC se propõe, desde o seu nascimento, a levar arte e cultura ao povo, lançando mão das formas de comunicação de comprovada acessibilidade à grande massa e aprofundar nos demais níveis da arte e da cultura, o conhecimento e a expressão da realidade brasileira. Não é propósito do CPC popularizar a cultura vigente, mas sim, através da arte e da informação, despertar a consciência política do povo. É também preocupação da UNE a valorização das expressões populares autênticas, sem perder de vista que sua organização e manutenção é mais importante que o conteúdo alienado que com frequência nelas se encontra.

O CPC da UNE é órgão da União Nacional dos Estudantes, com a seguinte organização interna: seis grupos de trabalho e um conselho diretor, composto de dois representantes de cada grupo, além de um coordenador. Os grupos de trabalho são:

GT DE REPERTÓRIO (encarregado da produção de peças teatrais e argumentos a serem apresentados pelo CPC)

GT DE CONSTRUÇÃO DO TEATRO (encarregado de supervisionar as obras de construção do Teatro de Cultura Popular, na sede da UNE, desenvolvendo, ao mesmo tempo, atividades de caráter promocional)

GT DE CINEMA (encarregado da realização de filmes e de atividades cineclubistas)

GT DE ESPETÁCULOS POPULARES (encarregado de realizar espetáculos populares em entidades da massa: associações profissionais, sindicatos, clubes de bairro, faculdades, praças públicas, etc dentro e fora da Guanabara)

612 *Enayma* *Fls 612*
GT DA PRODUTORA DE ARTE E CULTURA (encarregada da parte editorial - livros e discos - do CPC, bem como, da promoção e lançamento dos meses)

GT DE REESTRUTURAÇÃO (encarregado de propor uma nova estrutura orgânica para a entidade, capaz de atender à necessidade de crescimento do CPC).

O Coordenador é responsável pela parte administrativa e pelo entrosamento dos diferentes Grupos de Trabalho.

A atual organização do CPC tem caráter transitório, como se depreende do GT de Reestruturação. Essa organização funciona, hoje, com autonomia dos Grupos de Trabalho. Esses GTs elegem seus representantes no Conselho Diretor que aprova os planos de ação dos diferentes GTs. Cabe ao Conselho Diretor, ainda, estabelecer a política cultural e financeira da entidade.

Diretoria atual do CPC da UNE : Oduvaldo Vianna Filho e Armando Costa (GT-Repertório); Carlos Miranda e João das Neves (GT Construção do Teatro); Walter Pontes e Wilson de Carvalho (GT- Cinema) ; Paulo Hime e Francisco Nelson (GT-Espetáculos Populares); Thereza Aragão e Almir Gonçalves (GT Produtora de Arte e Cultura) ; Ferreira Gullar e Mânlio Marat (GT de Reestruturação) Luís Jorge Wernock Vianna (Coordenador).

RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS

O CPC conta, em seu quadro diretamente atuante, com cerca de 110 elementos, montando o número de colaboradores eventuais a cerca de 200. Os critérios utilizados para a organização de quadros não são rígidos, processando-se o recrutamento, até agora, através da ampliação das atividades nos vários setores culturais.

A preocupação com a formação de quadros é permanente no CPC e vem-se manifestando através da organização, dentro das possibilidades, de cursos e centros de estudos versando sobre problemas da realidade nacional e temas específicos das atividades culturais e artísticas.

Houve trabalhos de caráter permanente realizados por profissionais, detendo-nos, atualmente, na profissionalização de trabalhos eventuais, apenas. A razão dessa mudança é a carência de meios financeiros. A experiência indica que o trabalho voluntário é proveitoso, mas sofre de limitações que, em certos casos, só se superam pela profissionalização dos quadros.

*Original*Fls 613
[Signature]

O CPC, como órgão da UNE, funciona na sede dessa entidade. Não dispõe de instalações apropriadas, funcionando em caráter precário. O equipamento disponível não é satisfatório para o vulto das atividades, compreendendo o seguinte:

- 1 - uma carruagem para espetáculos de rua, especialmente construída, permitindo, quando aberta, a formação de um palco de 7 por 5 metros;
- 2 - oficina de "silk-screen", para confecção de cartazes e faixas;
- 3 - dois gravadores de fita;
- 4 - duas máquinas de escrever;
- 5 - material cênico, vestuário e cenários e
- 6 - um teatro em construção.

O equipamento acima relacionado foi conseguido através da venda de espetáculos, livros e discos, campanhas financeiras, doações oficiais e particulares.

O CPC obteve, do governo federal, em 1961 um auxílio financeiro de 3 milhões de cruzeiros. Em 1962 não houve subvenção oficial, exceto a concedida pelo Serviço Nacional de Teatro para a construção do Teatro de Cultura Popular, na sede da UNE e dentro do plano de auxílio à construção de salas de espetáculos daquele Serviço. Essa verba foi, em 1962, de 5 milhões e 800 mil cruzeiros, pagos parceladamente, e cuja última parcela foi liberada neste ano.

O CPC mantém convênios com o SNT, para a construção do Teatro, e com o Ministério da Educação, ambos através da UNE. O convênio com o MEC foi assinado a 23 de agosto de 1963 e visa o desenvolvimento das atividades do CPC, dentro do plano de "Educação para o Desenvolvimento e Cultura para a Libertação", do atual Ministro da Educação, deputado Paulo de Tarso.

O CPC dispõe atualmente dos recursos provenientes do convênio firmado com o MEC, do qual foi liberada a primeira parcela; e dos recursos necessários à conclusão das obras do Teatro, em parte financiada pela venda de cadeiras cativas.

As atividades programadas pelo CPC nos seus dois anos de vida nem sempre puderam ser plenamente realizadas, devido à deficiência de pessoal, instrumental técnico e meios financeiros.

As deficiências levaram à suspensão de certas a-

tividades, redução na intensidade de outras. A falta de capital levou à suspensão das tiragens do disco " O POVO CANTA " e à paralização da gravação do disco AUTO DOS 99% . Também o grupo teatral que para atuar precisava de uma ajuda de custo, apresentando-se em sindicatos, interrompeu suas atividades. A carreta não pôde ser explorada em toda a sua potencialidade por falta de um jipe para deslocá-la, gerador e serviço sonoro completo. As atividades cinematográficas ficaram suspensas após a realização de CINCO VEZES FVELLA . Limitação das atividades editoriais do PROD C. Impossibilidade de ampliação de oficina de silk-screen, como é exigido pelo crescimento das atividades. Deficiências no trabalho de formação de novos CPCs e assistência aos já fundados pelo CPC da UNE em âmbito regional e nacional.

Para incrementar e aprofundar a atuação do CPC torna-se necessário amplo trabalho de recrutamento e formação de quadros, além da aquisição do equipamento que venha prover os vários setores de atividade. Julgamos necessário encontrar-se um modo de auxílio financeiro permanente e continuado que permita a manutenção de quadros profissionalizados particularmente nos postos básicos da estrutura da entidade. O caráter eventual dos auxílios recebidos é responsável pelo arrefecimento frequente da atuação do CPC e pelo enfraquecimento da estrutura orgânica da entidade, inclusive pela dispersão de quadros verificada sempre que as atividades arrefecem. A falta de previsão de recursos impede qualquer planejamento a longo prazo e conduz à inevitável improvisação nos trabalhos.

ATIVIDADES REALIZADAS E EM DESARROLVIMENTO

-em que grupos sociais atua o movimento ?

A atuação do CPC nos grupos sociais pode ser vista sob dois aspectos :

- a) a atuação para os grupos sociais ;
- b) a atuação com os grupos sociais .

A origem do CPC junto à intelectualidade jovem, a pobreza das condições econômicas situaram nosso trabalho até aqui, principalmente, no item I - atuação para os grupos sociais. Teatro, cinema, literatura, discos, etc - para as mais amplas massas.

O item II - atuação com os grupos sociais - que nos parece a mais importante enquanto eficácia, formando junto aos grupos sociais, com os grupos sociais, núcleos de cultura popular, em que o povo deixa de ser receptor de cultura e assume o papel criador.

A atuação com grupos sociais foi realizada |

polo CPC da UNE quase que exclusivamente entre universitários. Foram formados cinco CPCs universitários na Guanabara - Filosofia, Direito e Arquitetura, da Universidade do Brasil, Direito do Catete e Filosofia da UEG. Somente um CPC entre operários - no Sindicato dos Metalúrgicos.

O CPC da UNE, por ocasião da UNE-VOLANTE, contribuiu para a criação de diversos CPCs estaduais.

- quais as razões para a escolha desses grupos ?

Em condições financeiras difíceis, tendo a necessidade de culturalização do povo, o CPC teria, inevitavelmente, que se apoiar na jovem intelectualidade da GB, no meio universitário, que sente vivamente o problema da ineficiência social da ideologia dominante, vivendo permanentemente o problema da impossibilidade concreta de aplicar os conhecimentos que alcança na universidade. Foram os universitários os primeiros que apoiaram política e socialmente o CPC, expandindo o movimento, recrutando quadros, criando formas de comunicação popular, auxiliando as campanhas financeiras do CPC.

É preciso ainda observar que a formação do CPC nas faculdades também surgiu devido a um segundo fator: o CPC, sem existência financeira compatível com o vulto da tarefa que se propunha realizar, sofreu em determinado momento um engarrafamento de quadros que não tinham tarefas concretas para realizar. O CPC não tinha nem dinheiro, nem organização suficiente para movimentar todos os quadros que assumiam as nossas posições. Desse engarrafamento, partindo da iniciativa criadora desses quadros, surgiram esses outros grupos, que passaram a recolher recursos e quadros nas suas próprias faculdades. A existência de grupos dispersos, mesmo que ligados amistosamente, pertenceu a uma fase do CPC da UNE. A experiência mostra que os ativistas de cultura popular devem estar organizados, ligados organicamente. Só assim se consegue a economia de ação, a mobilidade, o aumento do poder de eficácia, a continuidade, requisitos indispensáveis para a realização de uma tarefa socialmente nova.

A formação de movimentos de cultura popular em faculdades - a experiência nos mostrou - leva o grupo a ser totalmente absorvido pelo seu grupo social, tendo cada vez mais dificuldades em se voltar para uma permanente atuação junto às massas.

Acreditamos que a maioria dos ativistas de cultura popular, inicialmente, devem estar entre os universitários - talvez seja o universitário o primeiro grupo social a ser

Prayer

Eds. P.

atingido . Mas jamais deve haver grupos permanentemente voltados com exclusividade para os universitários.

- que reações e transformações já se têm observado pela ação do movimento ?

Novamente responderemos segundo os itens I e II mencionados : atuação para os grupos sociais e atuação com os grupos sociais .

I- ATUAÇÃO PARA OS GRUPOS SOCIAIS

Sendo atividade do CPC ainda , principalmente, de caráter artístico , torna-se difícil objetivar as reações e transformações realizadas .

Poderíamos citar :

CAMPANHA DE REFORMA UNIVERSITÁRIA

Teve grande importância a participação do CPC da UNE na luta dos universitários pela reforma universitária principalmente em maio - julho de 1962.

A peça AUTO DOS 99 % foi apresentada em todos os estados do Brasil e praticamente todas as Faculdades da GB. Os espetáculos na Guanabara foram realizados , na época da deflagração da greve, às vezes antes das assembleias que decidiram a posição dos estudantes.

Colocando a defasagem entre os conhecimentos ministrados e os conhecimentos necessários para uma efetiva ação social o AUTO DOS 99 % contribuiu para esclarecer, mobilizar o universitário em torno de sua reivindicação fundamental. AUTO DOS 99% teve tanta importância que sua apresentação foi proibida em praça pública e impedida à força . O CPC apresentou uma grande comício popular o AUTO DOS CASSETETES que denunciava os motivos da proibição do AUTO DOS 99 %

UNE - VOLANTE

Realizando espetáculos teatrais , debates sobre arte popular, exibição de filmes documentários e espetáculos em praça pública , venda de livros e discos populares e participantes - apesar dos defeitos artísticos , da estreiteza ideológica - o CPC da UNE contribuiu para instalar , em diversos estados brasileiros , movimentos de cultura popular, abrindo perspectiva de ação para a juventude universitária e para a intelectualidade.

Brayna *Flo 61*
Delfino
 2

ESTILARISMO POPULAR

Setembro-outubro de 1962.

O CPC da UNE mobilizou-se durante dois meses, espalhou grupos na Guiné-Bissau, que, através de espetáculos, músicas, livros, debates populares, fazendo espetáculos em caminhões, em escadarias, em feiras, portas de fábricas, no ruído, enfim levou para o povo as teses nacionalistas e democráticas formuladas nos congressos da UNE. As peças e músicas, eram escritas a cada dia, aproveitando cada fato característico da nossa vida social. A intensa participação do CPC contribuiu ainda que modestamente, para a vitória das teses nacionalistas e democráticas nas eleições de outubro de 1962 na GB.

MOBILIZAÇÃO DA INTELLECTUALIDADE

A atuação sempre crescente do CPC da UNE possibilitou aproximação e o interesse da intelectualidade. A revista movimento e o jornal metropolitano tornaram-se palco de debates sobre o sentido e o significado da cultura popular. Artistas, escritores, músicos, pintaram, escreveram, fizeram música para o CPC da UNE, que hoje conta com grande número de participantes, mesmo que eventuais, da intelectualidade.

II ATUAÇÃO COM OS GRUPOS SOCIAIS

Na atuação com os grupos sociais, os resultados do trabalho podem ser mais objetivados. A atuação com os grupos sociais é a essência mesma dos movimentos de cultura popular; a interação do povo de seus conhecimentos práticos, de sua experiência com as conquistas culturais no campo social. É o povo mobilizado em suas vanguardas, criando seu núcleo, aprendendo e ensinando a tornar ação social, a tornar concretos seus conhecimentos do mundo pela prática transformadora.

Este tipo de trabalho têm duas características fundamentais:

a) CONTINUIDADE - trabalho permanente com os grupos sociais, permitindo a formação de destacamentos de vanguarda dentro do próprio povo - e adaptação das formas aos conteúdos específicos ali determinados, a integração das mais amplas camadas na ação de culturalização. Culturalizar, sig não é só absorver conhecimentos, é aplicá-los socialmente - e nessa aplicação intensificar e aprofundar o próprio conhecimento.

b) EXTENSÃO - Os movimentos feitos com o povo lhe per-

Brayner

Fls 618
[Signature]

tencem e , assim se estendem , se difundem , se irradiam. A verdadeira fonte criadora dos movimentos de cultura popular são as ações feitas | com o povo a partir de seu nível de consciencia e utilizando seu cabedal imenso de conhecimentos práticos. A integração de um homem d o povo nos movimentos de cultura popular dá-lhe, de imediato, subjetivamente , seu verdadeiro significado objetivo de agente social. Conhecendo, praticamente sua verdade, o homem do povo adquirindo sua liberdade concreta descobre sua potência e sua força de pór transformador. Nesse sentido foram plenamente vitoriosos, ainda que efêmeros, as experiências de criação dos CPCs. Universitários foram mobilizados e escreveram, representaram , deb teram , fizeram exposições , formaram-se e formam-se, conhecendo as limitações objetivas para os movimentos de culturalização, adaptando seus meios aos seus fins.

HÁ ALGUMA ATIVIDADE PREFERENCIAL? QUAL? POR QUE MOTIVOS?

O CPC da UNE dedica-se, preferencialmente, a atividades no campo da produção de cultura popular; isto é, a mencionada atuação para os grupos sociais impossibilitados, ainda, de dar prioridade à atuação dos grupos sociais que afirmamos ser a mais eficaz. A preferência imposta e não escolhida decorre da carência de meios.

DESENVOLVE ATIVIDADES NO CAMPO DA ALFABETIZAÇÃO?

A UNE tem dois instrumentos de ação de cultura popular: O CPC e a Campanha de Alfabetização, organismos estes que, embora autônomos, trabalham intimamente vinculados. As atividades de alfabetização, por motivos de ordem organizacional, são exercidas exclusivamente pela Campanha de Alfabetização. O CPC da UNE não faz alfabetização.

DESENVOLVE ATIVIDADES NO CAMPO DA CULTURA POPULAR?

Sim. Os objetivos pretendidos e os recursos com que tem contado constam no início do relatório.

QUAIS OS SETORES DE ATUAÇÃO?

T E A T R O

JULHO DE 1961 - montagem da peça "A VEZ DA RECUSA" de Carlos Estevam, direção de Francisco de Assis. Representada em Niterói, no Congresso da UNE e em Brasília, no Congresso da UBES.

DEZEMBRO DE 1961 A FEVEREIRO DE 1962 - montagem da peça "ELES NÃO USAM BLACK-TIE", de Gianfrancesco Guarnieri, direção de Oduvaldo Vianna.

Filho. Apresentada em numerosas organizações sindicais da Guanabara e Estado do Rio.

MARÇO A MAIO DE 1962 - Primeira UNE VOLANTE. Montagem das peças "BRASIL VERSÃO BRASILEIRA" de Oduvaldo Vianna Filho, direção de Armando Costa, e "MISÉRIA AO ALCANCE DE TODOS", quadros de Francisco de Assis, Carlos Lir, Arnaldo Jabor, Augusto Boal e Bertold Brecht. 45 representações para 16.000 espectadores, em todas as capitais brasileiras, exceto São Paulo, Cuiabá e Niterói. Nessa mesma UNE VOLANTE: representações em praça pública e organizações de massa, de quadros da peça "MISÉRIA AO ALCANCE DE TODOS" e apresentações, em universidades e assembleias de faculdades, da peça "AUTO DOS 99%" de Oduvaldo Vianna Filho, Armando Costa, Antônio Carlos Fontoura, Cecil Thiró e Marco Aurélio Garcia, em todas as cidades percorridas.

MAIO A JULHO DE 1962 - representação do "AUTO DOS 99%" em todas as faculdades da Guanabara, bem como, em concentrações populares em praças públicas.

JULHO DE 1962 - representação do "AUTO DO CESSATE", da equipe de redação do CPC, em concentrações populares em praça pública. Representação do "AUTO DO RELATÓRIO", da equipe de redação do CPC, no Congresso da UNE, em Quitandinha. Representação do "AUTO DO TUTU ESTÁ NO FIM", da equipe de redação do CPC, em concentração operária no Sindicato dos Metalúrgicos.

SETEMBRO / OUTUBRO DE 1962 - representação do "Sketches" populares e músicas em praça pública, fábulas, organizações de massa, como participação na campanha das forças nacionalistas democráticas durante o período pré-eleitoral.

DEZEMBRO DE 1962 - representação do "AUTO DO NÃO", da equipe de redação do CPC, juntamente com exibição de cantores populares e da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, estrando em praça pública e CARRETA DO CPC, como participação na campanha do plebiscito,

FEVEREIRO A MARÇO DE 1963 - representação da peça "REVOLUÇÃO NA AMÉRICA DO SUL", de Augusto Boal, direção de João das Neves, em sindicatos e organizações de massa.

ABRIL A JUNHO DE 1963 - 2ª UNE VOLANTE. Montagem da peça "FILHO DA BESTA TORTO DO PAJEÚ", de Oduvaldo Vianna Filho, direção de Carlos Kroeber, em teatros de todo o Brasil, juntamente com apresentações em praça pública, organizações de massa - sindicais e estudantis - de espetáculos populares nas capitais percorridas.

020 *Brauner* *Fls 628*

JULHO A SETEMBRO DE 1963 - montagem pelo GRUPO DE ESPETÁCULOS POPULARES DO CPC da peça AUTO DOS 99% , em faculdades e associações de massa, dentro e fora da Guanabara.

SEMINÁRIO DE DRAMATURGIA

Criado em 1961, para pesquisas no campo da dramaturgia popular e autoria de peças populares para o repertório do CPC e demais organizações de cultura popular.

CURSOS

O CPC realizou dois cursos de teatro, visando a formação de atores, com aulas de direção, expressão corporal, dicção e laboratório, nos anos de 1961 e 1963.

O CPC da UNE em sua atividade teatral distingue dois tipos de ação: as de teatro para os grupos sociais e com os grupos sociais. No primeiro tipo, o CPC tem duas áreas de experiência: um teatro de agitação política, focalizando temas imediatos de reivindicações populares e denúncias de ações políticas, contrárias aos interesses nacionais, levando em praça pública, em carreta, em comícios populares; e um teatro que, partindo do que já foi alcançado e ganho na dramaturgia brasileira, visa aprofundar essa experiência no sentido de seu grau de comunicação enquanto levanta os problemas fundamentais da libertação do nosso povo.

No teatro de agitação política o CPC tem atingido as grandes massas trabalhadoras mediante "AUTOS" escritos por seu seminário de dramaturgia e que foram mencionados na enumeração de atividades.

Em sua outra área de experiência, o CPC sai do teatro de agitação política e encena peças de participação de autores contemporâneos brasileiros - Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho e outros.

Como as grandes massas ainda não têm acesso a esse tipo de teatro pelas limitações culturais - e outras - que a ordem econômica vigente impõe, esses espetáculos do CPC têm sua ação efetivada na área da pequena burguesia, intelectualidade, e na vanguarda das classes trabalhadoras.

Dos espetáculos de agitação pública o CPC colheu, pelo próprio imediatismo das colocações, uma ressonância de tal grau nas massas populares, que os seus espetáculos chegaram a desencadear uma violenta repressão, visando a dissolução de sua continuidade, embora

tenhamos consciência que a eficácia desses espetáculos tenha sido frequentemente diminuída por uma estreiteza de visão da realidade, originada, não só do imediatismo de seus propósitos, como também, de eventuais limitações de nossa perspectiva.

A falta de recursos financeiros para manter um elenco profissional com uma constância de representações e, até então, a inexistência de um teatro próprio, têm impossibilitado o CPC obter rendimento eficaz nas apresentações de seus espetáculos teatrais na outra área mencionada. Mesmo assim, as peças BRASIL, VERSÃO BRASILEIRA e O FILHO DA BELTA TORTA DO PAJEU, com elenco improvisado, num baixo nível de profissionalização, apresentaram as condições mínimas inerentes a um espetáculo de bom nível. Essas duas peças foram representadas em todo o Brasil, por ocasião das duas UNE-VOLANTES para platéias de pequena burguesia, principalmente intelectuais e universitários. Seus resultados foram positivos na medida em que conseguiram levantar uma visão crítica de nossa realidade que estivesse no nível das consciências dessas platéias, apesar do defeito que sofriam, de essencialização dos determinantes políticos-econômicos dessa realidade em detrimento de uma mais efetiva comunicação teatral.

O CPC considera que a afinidade com os grupos sociais é das mais importantes, na medida em que, só ele organiza e atua como ativista da cultura popular. Em sua ação teatral com os grupos sociais o CPC teve experiência com estudantes e operários. As experiências com estudantes foram as mais bem sucedidas devido essencialmente ao nível mais elevado de culturalização em que se encontram e a necessidade que têm de reação ao cerceamento que a atual estrutura da universidade exerce sobre a consciência de uma participação social mais rigorosa e consequente no processo da transformação cultural brasileira, bem como sua maior disponibilidade de tempo.

Diante dessa realidade o CPC têm criado, com grande eficácia, grupos de teatro popular nas diversas faculdades, formados por estudantes que escrevem, dirigem, interpretam seus próprios espetáculos levando-os aos demais estudantes, bem como a demais camadas sociais.

A experiência têm-nos mostrado que o teatro isoladamente tem pouco poder para organizar os operários - enquanto ativistas de cultura popular. Isto porque, limitado pela condição econômica que os sufoca, não tenham atração por uma afinidade que lhes parece lúdica, porque não colocada nos níveis de suas necessidades mais imediatas.

Parece-nos que o teatro, enquanto ação com os grupos sociais, têm maior penetração nos grupos operários na medida em que complementa e se escuda em outros instrumentos de cultura popular que estejam nesse mencionado nível de necessidade (exemplos - alfabetização

cursos técnicos , etc) .Neste sentido a atuação do teatro do CPC com os operários fracassou, porque não estava apoiada por outros instrumentos de cultura popular mais sensíveis, acessíveis e necessários a eles .

L I V R O S

O CPC da UNE iniciou suas atividades editoriais lançando o cordel "JOÃO BOA MORTE , CABRA MARCADO PARA MORRER , de Ferreira Gullar , em julho de 1962. Tiragem : 5.000 exemplares . Preço Cr\$50,00. Segunda edição : novembro de 1962 . Tiragem : 10.000 exemplares. Preço : Cr\$20,00.

Organizou juntamente com a Editora Civilização Brasileira o I e o II " VIOLÃO DE RUA " , volume extra da série Cadernos do Povo Brasileiro. VIOLÃO I lançado em setembro de 1962 com tiragem de 10.000 exemplares, reunia os seguintes poetas : Afonso Romano de Santana, Ferreira Gullar, Geir Campos, José Paulo Paes, Monacyr Felix, Paulo Mendes Campos, Reinaldo Jardim , Vinicius de Moraes . O VIOLÃO II , lançado em dezembro de 1962 apresentava, além dos acima citados, José Carlos Capinam do CPC da Bahia e Francisco José do CPC da UNE. Tiragem de 10.000 exemplares.

Em abril de 1963 o CPC lançou os cordéis - AVENTURAS DE ZÉ FOMINHA, O HOMEM QUE ENGULIU UM NAVIO", de Félix de Azevedo; AS SINFALZAS DO DIABO COM A MULHER DO CORONEL, de Reinaldo Jardim; QUEM MATOU APARECIDA, HISTÓRIA DE UMA FAVELADA QUE TEVE FOGO NAS VESTES", de Ferreira Gullar. Tiragem de cada cordel: 5.000 exemplares, preço: Cr\$.50,00.

Em agosto de 1963, o CPC da UNE lançou sua coleção REPORTAGENS, prevista por dez livros, com dez mil exemplares cada um e cujos primeiros títulos iniciais são:

I- COMO O BRASIL AJUDA OS EEUU

- de Arnaldo Ramos

II- A TERCEIRA GUERRA

- de Lúcio Machado

III - EM AGOSTO GETÚLIO FICOU SÓ

- de Almir Matos

IV- INFLAÇÃO, ARMA DOS RICOS

- de Fausto Cupertino

Preço: Cr\$300,00

CORDEL - FOLHETOS DE FEIRA

A experiência dos folhetos de feira deu resultados |

623
Filos 623
13
positivos, como indicam a edição e reedição de JOÃO BOA MORTE e a aceitação dos novos cordéis.

JOÃO BOA MORTE foi vendido em vários estados. Na GB grupos do CPC vendeu na porta da Central do Brasil, lendo trechos do poema, para um grande número de pessoas, na sua maioria operários. Em duas horas vendiam-se mais de 300 exemplares. Esse tipo de venda foi | sustado devido à intervenção da polícia que prendeu os vendedores e os folhetos. Deu também bons resultados a venda, pelo CPC de Niterói, na estação das barcas, naquela cidade, dos demais folhetos. JOÃO BOA MORTE nasceu para ser encenado na carruagem do CPC, em praça pública. O poema é, de fato, a estruturação de uma peça, cujas cenas complementares foram escritas (Vide repertório do CPC volume 1º) que não chegou a ser encenada.

Os demais poemas da série já foram escritos com o fim exclusivo da publicação. Os versos de QUEM MATOU / PARECIDA, ZÉ FOMINHA, AS SAFADÉZAS DO DIABO e ZÉ DA MULESTA VERSUS TIO SAM (inédito) foram, antes de editados, lidos para operários e populares, em sindicatos e na central do Brasil, a fim de colher a opinião desses. Algumas modificações foram feitas na base dessas experiências. Um dos poemas, sobre a "greve da paridade", não pôde ser editado, atendendo-se a sugestão de operários da Leopoldina que consideraram incorreta a narração dos fatos da greve no poema. A venda dos "folhetos de feira", apesar dos resultados positivos alcançados, apresenta ainda o problema de distribuição. Na Guanabara, devido à polícia do governador Lacerda que impede a venda direta. No resto do país, devido à falta de entrosamento com os veículos normais de distribuição e venda que, a nosso ver, deverá ser o mesmo utilizado pelos autores populares do nordeste. Essa possibilidade existe e está provada no fato de que um vendedor de folhetos populares nos trens da Central do Brasil, foi pelo CPC da UNE comprar nossos folhetos para vendê-los junto com os que normalmente vende ali.

A organização dos CPCs e MCPs em âmbito nacional poderia oferecer soluções novas para esse e outros problemas de distribuição.

O VIOLÃO DE RUA visa despertar a intelectualidade para a poesia participante e para a colaboração mais efetiva com os movimentos de cultura popular. Dirige-se mais especificamente para o público da pequena burguesia.

REPORT/ GEM

O Objetivo desta coleção do CPC da UNE é esclarecer o grande público sobre problemas e fatos relacionados com a independên

cia política e econômica do país. Destin-se a um público não especializado, sendo escrito em linguagem simples, jornalística, fortemente ilustrada com charges e fotografias. Tendo sido lançada em menos de 1 mês, ainda não é possível uma análise crítica e aprofundada de seus resultados. Até agora vêm tendo grande receptividade por parte do público, tendo sido vendidos em menos de uma hora, durante a concentração popular da cinelândia, em memória de Getúlio Vargas, cerca de 500 exemplares do volume nº 3.

TELEVISÃO

O CPC tem uma total impossibilidade de acesso às emissoras de TV na Guanabara.

RÁDIO

O CPC não tem ação direta nas emissoras de rádio na Guanabara, embora algumas emissoras anunciem frequentemente as atividades do CPC.

IMPRENSA

A imprensa na Guanabara está fechada para a divulgação das posições do CPC. Alguns jornais divulgam esparsamente as atividades do CPC. Apenas através do METROPOLITANO, jornal da UNE, e MOVIMENTO DA UNE, revista e jornal da UNE, o CPC conseguiu debater suas posições no campo da cultura popular.

MÚSICA

16 de Dezembro de 1962, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, apresentação da 1ª noite da música popular brasileira, em que se fez uma resenha da história do samba carioca, da velha guarda à bossa nova, com os elementos mais representativos dos diversos estilos de transformação de nosso samba.

DISCOS

O CPC lançou em Julho de 1962 o disco O POVO CANTA, um LP compacto de 33 1/3 rotação e 7", composto das faixas: CANÇÃO DO SUBDESENVOLVIDO de Carlos Lira e Francisco de Assis; CANÇÃO DO TRILHÃOZINHO dos mesmos autores; JOÃO DA SILVA de Billy Blanco; ZÉ DA SILVA de Geny Marcandes e Augusto Boal; GRILEIRO VEM, PEDRA VAI de RAFAEL DE CARVALHO. São intérpretes desse disco Nora Ney, Carlos Lira, Rafael de Carvalho, Nara Leão, Vera Gertel, e o coro do CPC. Foram ||

edit dos 11.000 discos e planejando-se novas edições. Em setembro de 1962 o CPC editou um disco de 78 RPM composto de duas faixas: COMPRADOR DE VOTOS, de Carlos Castilho, Odvaldo Vianna Filho e Armando Costa e PUNTA DEL ESTE de Roberto Quartim e Nelson Lind de Barros. Está atualmente em fase de acabamento o long-play de 33 1/3 rotações e 12" O AUTO DOS 99% versão musical da peça, com músicas de Armando Costa, Sérgio Ricardo, Carlos Lira, e Roberto Quartim e letras de Vinicius de Moraes, Ferreira Gullar.

CINEMA

O CPC da UNE em 1961-1962 realizou um filme de longa-metragem CINCO VEZES FAVELA composto de cinco episódios dirigidos por cinco novos diretores do cinema nacional: UM FAVELADO de Marcos Farias, ZÉ DA CACHORRA de Miguel Borges, COURO DE GATO de Joaquim Pedro, ESCOLA DE SAMBA ALEGRIA DE VIVER, de Carlos Diegues, A PEDREIRA DE S. DIOGO de Leon Hirszman. O filme foi realizado pela primeira vez conseguida pelo CPC da UNE (três milhões de cruzeiros). O restante do orçamento (um milhão e meio eroxidamente) foi coberto com cotas distribuídas entre atôres, diretores, argumentistas e técnicos, que possibilitaram assim a realização da fita. O filme foi exibido na Guanabara, em ventapremiéres nos estados visitados pela UNE VOLANTE e no festival de cinema nacional em Florianópolis.

Dificuldades originadas pelas monopólios de distribuição cinematográfica no Brasil, ainda não permitiram a exibição comercial de CINCO VEZES FAVELA nos outros estados. O filme com o qual o CPC pretendia desenvolver outras atividades, não chegou ainda a ser exibido.

Além da longa metragem o CPC da UNE realizou algumasexibições de filmes no sindicato dos Metalurgicos do GB, apresentando filmes clássicos seguidos de debates.

A falta de quadros e de fundos não permitiu a continuação da experiência, que se mostrou um positivo elemento de atuação.

CINCO VEZES FAVELA, como realização tanto artística como econômica, foi fruto da ingenuidade do CPC da UNE em sua fase inicial.

O cinema brasileiro não tem praticamente nenhuma espécie de proteção. A distribuição e a exibição carregam o dinheiro. A produção pouco recebe. Sem garantias de espécie nenhuma o produtor é obrigado a realizar filmes de garantido sucesso comercial para poder sobreviver. A tradição do sucesso comercial no cinema brasileiro é o pélo dos estímulos menos intelectu lizados possíveis, automáticos, inodores. Não |

626 *Brasília* *Fly 6/25*
existe a tradição do filme, do cinema, que estabelece o diálogo com as grandes massas colocando uma visão do mundo, assumindo posições éticas.

CINCO VEZES FAVELA é um filme com linguagem, praticamente um filme conceitual, de "mensagem", como se diz, senão a "mensagem" seja encarnada numa simbologia humana reconhecível".

Por não artisticamente e culturalmente CINCO VEZES FAVELA teria que fracassar comercialmente.

Esse fracasso é episódico faz parte do lento processo de subir à massa, de assumir a coletividade.

Pagador de Promessas, Assalto ao trem pagador, Vidua Seca, Senra Vermelha e outros filmes nacionais mostram que o diálogo vai sendo estabelecido - o estabelecer o diálogo, o comunicar - é a essência mesma do fenômeno artístico.

Se "CINCO VEZES FAVELA" teve esse lado negativo; apresentou aspectos positivos, principalmente em relação à intelectualidade do cinema no Brasil. Lançou novos técnicos, atores, diretores, argumentistas. Postulou o filme de baixo custo de produção como única forma de libertação do cinema brasileiro. Reuniu artistas e jovens intelectuais que aumentaram sua unidade, discutiram seus roteiros e despertou agudamente a consciência do cineasta para a representação social de nossa realidade.

ATUAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES:

O CPC da UNE atua com as entidades de massa, organizando e colaborando na organização de festivais, noites de autógrafos, etc. em sindicatos e faculdades. É frequentemente convidado para se apresentar artisticamente em atos públicos patrocinados por entidades de massas. Outros modos de atuação conjunta ligados a atividades específicas, vêm relacionados nas exposições sobre as mesmas.

DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA

Há preocupação, por parte do CPC da UNE, em divulgar e promover as diferentes atividades do movimento, procurando a maior penetração na massa e possibilitando um recrutamento de quadros mais amplos.

A propaganda e a divulgação de atividades vêm sendo feitas através do noticiário da imprensa, em rádio, em painéis, quadros murais de faculdades e organizações de massas, jornais de sindicatos, etc., em caráter noticioso e permanente, cobrindo todos os setores do trabalho do CPC. Esse tipo de divulgação é conseguido sem gastos, através de contactos.

Outra atividade de caráter promocional prende-se aos Festivais de Cultura Popular. O primeiro realizado em 17 de setembro de 1962 na sede da UNE reuniu a intelectualidade mais progressista e uma massa de cerca de 3.000 pessoas, constituindo um acontecimento de repercussão dentro e fora do país. Foram lançados na ocasião, os CADERNOS DO POVO, da Editora Civilização Brasileira. Apresentaram-se, com Teatro e Jogoal, os CPCs das Faculdades de Filosofia, Nacional de Direito e Arquitetura, e do CPC da UNE, além do Jogoal do CPC do Sindicato dos Metalúrgicos, tendo se apresentado numerosos atores e cantores de rádio, teatro e televisão, que colaboraram com o CPC da UNE para a organização do espetáculo.

O II Festival de Cultura Popular foi realizado no Sindicato dos Metalúrgicos em fevereiro de 1963, com a apresentação de cantores, da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, de cantores, etc. e com o CPC da UNE estreando a "REVOLUÇÃO NA AMÉRICA DO SUL" de Augusto Boal e apresentação especial do MCP do Recife, com a "INCELENÇA" de Luiz Marinho. Nesse II Festival, ao contrário do primeiro, foi com ingressos, tendo sido lotado completamente a sede do Sindicato.

O III Festival foi realizado no dia 9 de setembro, com entrada franca na sede da UNE, por ocasião do lançamento de "REPORTAGENS", coleção do Centro Popular de Cultura da UNE. O III festival apresentou exposição de artes plásticas - Abelardo de Hora - do MCP do Recife, com album de gravuras "MENINOS DO RECIFE" e uma seleção de trabalhos dos componentes do Centro de Estudos da Escola Nacional de Belas Artes; e exibição de curta-metragens franceses e nacionais organizada pelo GT de Cinema do CPC em colaboração com o Grupo de Estudos de Cinema da UNE.

No teatro do CPC, ora em construção no segundo pavimento do prédio da UNE, teve lugar o espetáculo que durou cinco horas e apresentou grupos folclóricos (GUERREIROS DAS ALAGOAS, CAPOEIRA DE ANGOLA E GRUPO SOLANO TRINDADE), cantores (ARACY DE ALMEIDA, ZÉ CARLOS, ISMAEL SILVA, SERGIO RICARDO, CARLOS LIMA), representantes ainda do conjunto musical do CPC da UNE e do CPC do Niterói, além da presença do representante do CPC de BELO HORIZONTE e da cantora argentina Maria Escudero.

A afluência do povo ao III FESTIVAL foi de tal ordem que as dependências da UNE não comportavam todos os presentes, tendo uma parte da massa permanecido nas calçadas fronteiras.

Para uma preparação dos festivais o CPC lançou mão, como publicidade complementar, além das formas já mencionadas, de volantes distribuídos pela cidade, de carámoneto com serviços de auto-falantes (cedidas pelos sindicatos), de cartazes em silk-screen, de um painel de grandes dimensões e da projeção de slides na fachada da UNE.

A divulgação e a propaganda são feitas inteiramente por amadores, dada a absoluta carência de recursos da entidade. Mesmo para lançamento de CINCO VEZES FAVELA foram utilizados quadros voluntários que representavam, nos pontos de maior concentração popular, cenas ligadas aos temas dos filmes, distribuíam volantes, colavam cartazes, etc. O CPC tentou mais dois tipos de trabalho ligados a atividades de divulgação e propaganda, que tiveram de ser temporariamente suspensos, já que a experiência demonstrou que as condições atuais não são favoráveis. A primeira tentativa foi a apresentação de pequenos esquetes e da venda de livros na Cinelândia, na Central do Brasil e outros pontos da cidade. Apesar dos excelentes resultados alcançados, foi suspensa a experiência porque apesar da autorização do Diretor da Central, o governador do Estado apreendeu material do CPC e prendeu os elementos do grupo teatral do CPC que apresentavam os esquetes. A segunda tentativa liga-se a montagem de uma rede de distribuição de livros, discos, etc cobrindo todo o território nacional e utilizando os CPCs já existentes e os DCEs estaduais. Por uma série de fatores (impossibilidade de profissionalização dos quadros, inexperiência e falta de tempo disponível da maioria dos quadros amadores encarregados do trabalho, má coordenação por parte do CPC) a atividade de distribuição foi suspensa temporariamente para ser reestruturada em bases mais reais.

As atividades de propaganda e divulgação, levando-se em conta a falta de recursos financeiros e as limitações de um trabalho amadorístico e até certo ponto, eventual, podem ser consideradas de rendimento apenas razoáveis, estando longe do que seria desejado.

PLANOS FUTUROS

O CPC da UNE vê esses dois anos e meio de atividades como um longo período de consolidação. A luta para garantir a sua existência. Nada foi realizado com a necessária continuidade, muitos erros só puderam ser verificados, não houve a possibilidade material de fazer a experiência. A flutuação de quadros, inevitável, obrigou-nos a começar de novo uma série de atividades, muitas vezes.

O importante não era propriamente fazer cultura popular, o importante era chamar a atenção para a necessidade de cultura popular como front dos mais importantes na luta de libertação nacional.

Para nós essa fase de consolidação chega ao fim com a realização do I ENCONTRO DE CULTURA POPULAR, com a consolidação da EDITORA e com a construção DO TEATRO DO CPC DA UNE.

Os instrumentos básicos mínimos já possuíamos, quadros com larga experiência, apoio das lideranças sindicais. Fundamentalmente, dois anos e meio de experiências.

A curto prazo o CPC da UNE pretende extintamente
terminar esta fase de consolidação, inaugurar o teatro, terminar o
linguamento dos livros que compõem a coleção REPORTAGEM e redigir
os estatutos definitivos de nossa organização, que para nós, a experi-
ência mostrou, deve se basear na autonomia dos setores e na centrali-
zação no que se refere à linha de ação e distribuição de recursos.

A longo prazo nossa atividade continuará se diri-
gindo para dois aspectos centrais:

- 1- O aumento do patrimônio - a criação de ativida-
des auto-financeáveis;
- 2- o movimento de criação de núcleos de cultura popu-
lar com o povo.

TODO O MOVIMENTO DO CPC VISA INSTALAR COM O POVO
NÚCLEOS DE CULTURA POPULAR

I- AUMENTO DO PATRIMÔNIO - CRIAÇÃO DE ATIVIDADES
AUTO-FINANCIÁVEIS

a) TEATRO DE CULTURA POPULAR

Teatro do CPC da UNE, com 300 lugares, desti-
nado a pequena burguesia e liderança operária.

A luta para conseguir encarnar o humanismo, a vi-
são que preside a luta do povo brasileiro, na dra-
matúrgia e no espetáculo brasileiro.

A apresentação de novos autores nacionais.

A apresentação de textos clássicos adaptados
ou não à nossa realidade.

Encaminhamento das pesquisas de um Teatro Popu-
lar Brasileiro.

b) EDITORA DE ARTE E CULTURA

Aprofundar a experiência de informação político
social da massa, com textos cada vez mais aces-
síveis.

670 *Brayner Feb 6 1960*
Aprofundar a experiência com os folhetos de poesia
e com os violões de rua.

Divulgação da música brasileira, de seus compositores populares.

Organizar uma coleção de documentos tratando da realidade brasileira.

c) ATIVIDADE PERMANENTE DA TARRETA

Com espetáculos em praça pública e conferências ilustradas sobre temas fundamentais para esclarecimento da consciência popular.

II CRIAÇÃO DE NÚCLEOS DE CULTURA POPULAR

O CPC pretende realizar uma experiência piloto de criação de núcleos de cultura popular.

Pretende pesquisar no Guanabara qual o bairro, qual o local de concentração popular que oferece melhores condições para o trabalho.

Nesse local será instalado uma experiência piloto. Com a própria mas a descobriremos quais as atividades que devem ser organizadas:

alfabetização, teatro, coral |||

curiosos técnicos, esportes, recreação, etc.

Ativistas e profissionais permanecerão junto com o povo, no local, desenvolvendo o núcleo até a sua consolidação.

Esta experiência piloto só agora poderá ser realizada. Se chegar até ela o CPC da UNE terá justificado sua existência.

O CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UNE CONSIDERA IMPORTANTE A CRIAÇÃO DE UM ORGANISMO QUE PERMITA UM MAIOR ENTROSAMENTO ENTRE OS MOVIMENTOS DEDICADOS À CULTURA POPULAR, POSSIBILITANDO A TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Brazina
F. J. S.

CENTRO POPULAR DE CULTURA

- julho a dezembro de 1963 -

TEATRO

As obras do teatro atingiram sua fase final, devendo a sala de espetáculos ser inaugurada em março de 64. Estão sendo lidas e selecionadas peças, de autores nacionais e estrangeiros, para formarem o repertório da companhia teatral do CPC da UNE.

O Grupo de Espetáculos Populares (GEP) do CPC montou o "Auto dos 99%", tendo-se apresentado em Faculdades na Guanabara e realizado espetáculos em outras cidades (Belo Horizonte, Juiz de Fora, Santo André, por ocasião do Congresso da Une, Itajubá). O "Auto do 99%" foi, ainda, apresentado aos participantes do Congresso de Educadores Latino Americanos e Associação de Maranhenses.

MÚSICA

O CPC apresentou seu conjunto em inúmeras festas e solenidades realizadas em Faculdades, Sindicatos e Clubes de Bairro. Promoveu, ainda, a apresentação de compositores e cantores de nossa música popular autêntica.

Encontra-se em fase final a produção do long-playing "Auto dos 99%", versão musical da peça, já apresentada em todo o país. O disco será lançado em março de 64.

Foi lançada nova tiragem de "O Povo Canta", primeiro disco do CPC. Foram estabelecidos os primeiros contactos para realização de um ciclo de conferências sobre música popular brasileira, a ser realizado no primeiro semestre de 64.

Está sendo escrita uma peça musical para ser montada pelo Grupo de Espetáculos Populares, que se apresentará na Carreta, visitando pontos de concentração popular da Guanabara.

ARTES PLÁSTICAS

O CPC realizou exposição de gravuras de Abelardo da Hora, do MCP de Pernambuco. Expôs, também pinturas dos componentes do Centro de Estudos da Escola Nacional de Belas Artes.

A oficina de silk-screen voltou a funcionar, tendo realizado cartazes para Faculdades e Sindicatos, além de suprir as necessidades internas do próprio CPC.

CINEMA

Encontra-se em andamento a produção de dois filmes sobre a UNE.

232 *Prayma* *5/1*
- um de 10 mn de duração, em 35 mm e outro de 20 min., em 16 mm. As filmagens serão iniciadas em janeiro, devendo os filmes estar prontos em março. Já foi iniciada a coprodução - com o MCP de Pernambuco - de longa metragem "Cabra Marcado para Morrer", documentário sobre o líder camponês João Pedro Teixeira.

Cinco Vêzes Favela, primeiro longa-metragem do CPC, foi exibido em Recife e no Sul do país, em circuito comercial.

EDITORIAL

O CPC lançou sua coleção "REPORTAGEM", com quatro títulos iniciais:

- Como o Brasil ajuda os Estado Unidos - de Arnaldo Ramos
- A terceira Guerra Mundial - de Lúcio Machado
- Em agosto Getúlio ficou só - de Almir Matos
- Inflação, arma dos ricos - de Fausto Cupertino

A coleção destina-se a um público não especializado, sendo escrita em linguagem simples, jornalística e fartamente ilustrada com fotografias e charges (da autoria de Max, Armando Costa e Jaguar).

O quinto título da coleção - "Estudante, vanguarda do povo" de Zuleica Alambert - está nas oficinas, devendo ser lançado em março de 64.

Foi estabelecido contacto com Editôra Universitária, a fim de que o trabalho editorial do CPC seja realizado em coordenação com esse outro órgão, da UNE. Já dentro dessa coordenação será lançado o cordel "Peleja do Zé da Mulesta com Tio Sam", de Ferreira Gullar, em fevereiro de 64; e a nova coleção do CPC, que compreende os seguintes títulos:

- O cinema no Brasil hoje
- O teatro no Brasil hoje
- A literatura no Brasil hoje
- As artes no Brasil hoje
- A cultura popular no Brasil hoje -

Cada volume dessa coleção terá uma média de 60 páginas e será escrito por 5 especialistas na matéria procurando dar uma visão crítica das actividades culturais no Brasil.

Está em preparo o folheto "O que é o CPC" que será editado pelos cadernos de coordenação da UNE;.

continua ...

633 *Brasília* *Filipe*

EXPERIÊNCIA PILOTO DE CULTURA POPULAR

O CPC da UNE juntou-se ao MCP da Guanabara e ao MPA da UNE, para dar início a uma experiência pioneira de cultura popular. O local escolhido foi a favela da Rocinha, com cerca de 50 mil habitantes. O trabalho inicial será, basicamente, de Alfabetização de adultos. Estão sendo organizadas três escolas, que funcionarão junto às entidades de massa da localidade. Já foi feita a pesquisa do universo vocabular da comunidade e as escolas foram anunciadas à comunidade, reunida por ocasião do espetáculo de circo do SNT, levado à Rocinha por CPC, MCP e MPA.

PROMOÇÕES

O CPC, a exemplo do que vem fazendo todos os anos, realizou a 9 de setembro o Festival de Cultura Popular, por ocasião do lançamento da coleção Reportagem. O Festival apresentou exposições de artes plásticas, exibição de curta-metragens franceses e nacionais e um espetáculo de cinco horas, que constou da apresentação de grupos folclóricos (Guerreiros das Alagoas, Capoeira de Angola, Grupo de Solano Trintada) cantores - Araci de Almeida, Zé Ketti, Cartola, Ismael Silva, Nelson Cavaquinho, Sérgio Ricardo, Carlos Lyra e conjuntos musicais do CPC da UNE de Niterói, além do CPC de Belo Horizonte e da cantora argentina Maria Escudero.

O CPC colaborou na organização de festividades em Sindicatos e Faculdades, como A Festa da Unidade, dos Bancários, A Noite de Música Popular, da Medicina e muitas outras.

ENCONTRO DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR

O CPC da UNE participou ativamente do Encontro de Alfabetização e Cultura Popular realizado no Recife, em setembro de 63, de cuja comissão organizadora fazia parte.

Na sede da UNE foi realizado, em dezembro, o Encontro Estadual, fazendo parte o CPC da coordenação estadual e tendo entre seus membros entre os três representantes ao Seminário Nacional, ser realizado em janeiro de 64.

Luiz Jorge Werneck Vieira
Presidente do
CPC da UNE

/amr.

Benayme
Rio de Janeiro, 16 de março de 1961.

Exmo. Sr.
Diretor do
Departamento Nacional de Endemias Rurais
N E S T A

Ofício 4/64

A União Nacional dos Estudantes lançará no fim deste mês o seu teatro - "TEATRO CPC" - à Praia do Flamengo 132, com a peça "Os Azeredos Mais Os Benevides" de Oduvaldo Vianna Filho, que trata das relações de trabalho entre camponeses e donos de terra. Por este Ofício fazemos a Vv. Ss. a proposta da venda de um espetáculo em data a ser marcada, pelo preço de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros). Fica também acertado que o Departamento Nacional de Endemias Rurais, participará pelo espaço de uma semana da "Exposição Nacionalista" que será realizada na UNE enquanto a peça estiver em cartaz, juntamente com outras empresas de serviço público (Petrobras, Eletrobrás, SUPRA etc)

Cordialmente,

TEATRO C.P.C.
União Nacional dos Estudantes

Ferreira Gullar

Fls 625
Brazner

Rio de Janeiro, 18 de março de 1964

Ilmo. Sr.
Dr. Hédio de Almeida
Presidente do
Clube de Engenharia
N E S T A

Ofício 6/64

- 1) A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES lançará em abril próximo o TEATRO C.P.C., construído no seu antigo salão de As-sembleias. E assim a UNE cria mais uma frente no sentido de in-tegrar a cultura nos problemas nacionais e desenvolve-la em ba-ses populares. A peça inaugural será "Os Azeredos Mais Os Beng-vides" de Oduvaldo Vianna Filho, onde são discutidas as rela-ções entre camponeses e donos de terra. A estreia da peça está marcada para 7 de maio vindouro.
- 2) Sabedores da vanguarda profissional e política que V.S. procura igualmente imprimir no Clube de Engenharia, vi-mos por este Ofício oferecer a venda de nosso espetáculo. Para parte do Convênio um outro espetáculo do GEP, grupo volante, que representará em local de interesse do Clube. O preço de venda será de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros)
- 3) Aproveitamos para notifica-lo que a partir de 6 de abril correrá no TEATRO C.P.C. um "Festival de Cultura Popu-lar" para o qual o convidaremos oportunamente.

Saudações Universitárias

TEATRO C. P. C.
União Nacional dos Estudantes

Ferreira Gullar

samba de cultura popular

I

Dizem os donos do país
Que o povo só pode é trabalhar
Dia e noite
Dia e noite os donos do país
Só mandam o povo trabalhar
Os donos do país mandam no país
E o país nessa miséria secular

Porisso é que a gente tem
Uma outra opinião
Povo tem que trabalhar
Mas também tem que governar
Povo é que faz o mundo
Povo é que tem de saber
Como é que o mundo tem que ser
Prá nele o povo viver, sem morrer. Bis.

Se o povo tem que saber
Tudo que sente, e não sabe dizer
Pois é o povo
Que tem o poder
De poder tudo que o homem pode poder
Se nós queremos ao povo falar
Na língua que nos une
O verbo popular
Vamos tudo falar
E as portas abrir
Para o sol entrar
Nossas vózes unir
No palco do teatro popular
A função vai começar
A peça prá ser popular
Tem tudo que o homem já pensou
Tem Padre Lage, o Brizzola e o Julião
Um sindicato, uma greve e um patrão
Tem também o povo lutando
O povo cantando e criando
E no fim põe a revolução. Agora.
E no fim põe a revolução. Agora.

centro popular de cultura
praia do flamengo, 132
guanabara

634
Arquivo *Primeira* Fl. 632
do J.P.C.
9.1

HINO DA REFORMA AGRÁRIA

rafael de carvalho

A luta é necessária
E nós vamos lutar
Pela Reforma Agrária
Para nos libertar
Camponêses e operários unidos
Vão decididos para lutar
Por uma reforma agrária
Necessária para o Brasil caminhar.

E os homens de boa vontade
Do campo e da cidade
Também vão clamar
Que o lavrador precisa de terra
Terra, terra para trabalhar.

O latifúndio caduco
Anda maluco
Porque vai se acabar
Mas nós cantaremos de pé.
A terra é de quem a trabalhar.

E os latifundiários
Reacionários, querem nos escravizar
Mas nós responderemos de pé!
A terra é de quem a trabalhar!
Tarárárá.

Mural - imperialismo e petróleo (4) - Armando Costa - "O petróleo ficou nosso".

personagens: velhinho

6 populares

4 policiais

mulher

4 nacionalistas

DOIS ELEMENTOS DO CÔRO COLOCAM NO FUNDO UM MURC BRANCO EM COMPENSADO. ENTRA VELHINHO COM JORNAL ABERTO ESCONDENDO O RESTO DA LATA DE TINTA NO BRAÇO; O JORNAL TEM UM BURACO. O VELHINHO OBSERVA OS ARREDOR S ATRAVÉS DO BURACO. PROCURA LUGAR PARA ESCONDER A LATA, ATRAPALHA-SE COM DOIS OBJETOS. ACABA ESCONDENDO A LATA ATRÁS DO MURC. DISFARÇA. SILÊNCIO, ENTRAM DOIS POLICIAIS, DEPOIS MAIS DOIS, CERCANDO A PRAÇA.

Polícia 1 - E... agora vão vê... (LENTAMENTE ENTRAM DOIS POPULARES. APARECE AGORA UM NACIONALISTA CARREGANDO ESPRANHO EMBRUINHO TRIANGULAR. MAIS OUTRO É A MULHER COM EMBRUINHO; PARAM INDECISSOS. NINGUÉM NO CENTRO).

Nacion. 1 - Pensei que vinha mais gente.

Nacion. 2 - Já tem um bocadinho e vai chegar mais, você vai vê... E ó (MOS-TRA A MULHER QUE ENTROU E FICOU EM TRIÂNGULO PLANO) A Zelinda tá aí... firme...

Nacion. 1 - E o marido dela, como é?

Nacion. 2 - Não sei... Acho que não sei tão cedo, não. Empastelaram o jornal. Cana de jornal é... (FAZ BEIÇO)

Nacion. 1 - Mulher bonita.

Nacion. 2 - Mulher de raça. Quando precisa deixa o filho com a comadre e vem pra rua. Se tivesse mais gente como esses dois, não precisava fazer tudo isso. O petróleo não saía daqui... (PAUSA) CHEGANDO mais gente, ó í...

Nacion. 1 - É. Mais já tá enchendo de tira também...

Nacion. 2 - Que que você queria? Com a onda que a gente fez a semana toda, eles iam ficar jogando corrinha na delegacia?

Nacion. 1 - Aí é que está. Eu acho que era melhor não ter feito onda nenhuma antes. Fazia tudo na noite; vinha de noite, fazia o serviço e amanhã de manhã o negócio aparecia aí no meio da praça e pronto.

Nacion. 2 - Ué, velho? É o comício? É mais importante do que botar a torre. Botar a torre é simbólico, agora, o comício é que vai fazer o povo pensar. Esclarece a massa, meu irmão.

Nacion. 1 - Num sei... Tô achando que não vai se mole.

Nacion. 2 - Ô, rapaz. Você pensa que isso aqui é o quê? Exército da Salvação? Tem que arriscar o cangote mesmo.

Nacion. 1 - Mas podia ser mais bem bolado. Assim é perigoso, a massa pode medrar com a repressão da polícia.

Nacion. 2 - Tem que fazer o comício. Olha aí. Tá chegando mais gente. (ENTRAM MAIS TRÊS POPULARES), (MAIS UM) (DURANTE O DIÁLOGO E NESSE MOMENTO).

Nacion. 1 - Cadê o Saturnino? Por que ele não chega?

Nacion. 2 - Calma. Tá chegando já.

Nacion. 1 - E se a polícia baixar o pau?

Nacion. 2 - A gente enfrenta, ué. Quanto mais onda melhor.

Nacion. 1 - Ôpa, olha o Saturnino.

Nacion. 2 - Não falei? (ENTRA SATURNINO COM TRIANGULO E MAIS OUTRO NACIONALISTA). O Pé do Bosta também. Legal o Pé do Bosta. (RIEM)

637 *Pragmática* *Fls 637*
Rural - Imperialismo e Petróleo - (4) - Armando Costa.

Nacion. 1 - (PAIS ANIMADO) Vão botá prá jambrar.

Saturnino - O negócio é saber quantos tiras tem pelas redondezas...

Pé de B. - Têm muitos, não. Já manjei. Deve ter mais escondido (DOIS POLICIAIS FAZEM SINAL DE "SAIR PARA RECONHECIMENTO". SAEM)
(VELHINHO VAI PARA TRÁS DO MURO. BOTA A CABEÇA DO OUTRO LADO E GRITA COM VOZINHA)

Velhinho - Vão lá, minha gente. Tem medo não! (REAPARECE DO OUTRO LADO DO MURO DISPARANDO) (POLICIAIS LÊEM-SE INQUIETOS. PÉ DE BOSTA VAI AO CENTRO E COLOCA O TRIÂNGULO PERPENDICULARMENTE AO CHÃO, DECIDIDO. NACIONALISTA 1 VAI AO CENTRO; IDEM SATURNINO E NACIONALISTA 2 VÃO AGORA. DESEMBRULHAM. COMEÇAM A ARMAR A TÔRRE DE PETRÓLEO) (VELHINHO POR TRÁS DO MURO) Viva a Petrobrás! (CONTINUA A ARMAÇÃO FEBRILMENTE. VOITAM OS DOIS POLICIAIS. OS QUATRO APROXIMAM-SE DA TÔRRE. A MASSA EM VOITTA AGITA-SE).

Policial 1 - Que que os palhaços tão fazendo aí? (HESITAÇÃO. NACIONALISTA 1 CONTINUA. OS OUTROS CONTINUAM ENTÃO). HEIN? Que palhaçada é essa aí? Negócio de armar brinquedinho no meio da rua? Não sabem que não pode? (RODEIAM A TERRA)

Policial 2 - (CÍNICO) É... É prá armar gangorra no meio da praça tem que pedir licença na Prefeitura...

Policial 3 - (NO MESMO TOM) Não. Não é gangorra, não. É um pocinho de petróleo pros meninos brincá.

Policial 4 - Que nada... Isso é onda de comunista puto.

Policial 2 - Ah, é? Que onda! (EMPURRA UM NACIONALISTA) Vocês são comunistas puto, é? (PERDENDO A ESPORTIVA) Que que vocês querem? Petrobrás e não sei mais o que, é? Governo não tem dinheiro nem prá botar latrina pra campones... Como é que vai pagar máquina prá tirar petróleo?

Policial 3 - Cês tão sôzinhos nessa jogada. O povo mesmo tá em casa sossegado, cês vem pra rua perturbar o descanso deles. Mijá no dinheiro que eles pagam pra manter a polícia pra manter a ordem.

Policial 1 - Vê que eu sou um cara razoável. Fico argumentando com vocês... na base do intelecto. (DÁ UM CASCUDO VICIOSO NA CABEÇA DE SATURNINO) Comunista porco. (COMEÇAM A AGRESSÃO. CACETETES) Sai cachorrada. Fazer arruaça na casa de tua mãe. (POPULARES RECUAM. A TÔRRE ESTÁ ARMADA. NACIONALISTA SE DEFENDE E SE AFSTA DA TÔRRE. A MASSA COMEÇA A FUGIR. MURDER CARREGA A TÔRRE).

Mulher - Firme, companheiros! (SCBE NO PRIMEIRO SUPORTE) Nós vamos aguentar firmes. Para isso que nós estamos aqui. (BATENDO NA TÔRRE) Porisso é que nós estamos lutando. (PAU COMENDO. A MASSA FUGINDO). O nosso petróleo, o petróleo do Brasil. Ele está no fundo da terra e nós é que temos de tirar. São nós é que vamos pro fundo da terra. (BATE NA TÔRRE). Essa já está de pé mas tem torre maior pra fincar. Torre de verdade só fica de pé no Brasil se a gente levantar também! Povo que não produz petróleo não tem perna para andar. Fica sem rumo, andando emprestado, pagando miséria. (REAÇÃO DA MASSA CONTRA OS POLICIAIS). Firme, companheiros. Firme. Nenhuma pancada de polícia segura povo que quer chegar. E nós vamos chegar lá a sôco! Firme! (REAÇÃO CRESCE. A MASSA QUE FUGIU, VOLTA LUTANDO. O VELHINHO FUGIU PARA TRÁS DO MURO). Tem brasileiros morrendo, comendo lama lá no Norte; enquanto isso o petróleo está lá embaixo, tão morto como brasileiro que morreu sem dar risada. De pé, companheiros! (VELHINHO REAPARECE DO OUTRO LADO DO MURO) Riqueza a gente só puxa, puxando a gente primeiro. Não tem dinheiro para tirar petróleo do fundo da terra? E os oitenta bilhões para pagar café estocado apodrecendo? (POLÍCIA TENTA PUXÁ-LA PARA FUGIR) E os quarenta bilhões de orçamento de guerra? Guerra no Brasil é contra a miséria! (DOIS POPULARES ATACAM O GUARDA E SUBJUGAM-NÔ)

Mural - Imperialismo e petróleo (4) - Armando Costa "O petróleo ficou nosso"

Mulher - (cont) Cada um de nós, companheiros, já mandou metade da vida para fora do país! E pagamos gasolina cada vez mais caro. E vamos mais vida! E o petróleo dormindo debaixo dos pés da gente. (MAS SA VENDO. POLICIAIS FOGEM. UM NO CHÃO ESTENDIDO, OUTRO EM INFERICRIDADE). Com os dólares que o Brasil manda de volta por o- no o povo podia tirar tanto petróleo que cada um de nós ia valer o ôôbro! (MULHER COLOCA A BANDEIRA NA PARTE LATERAL DA TÔRRE). (SIRENE DE CHOQUE DE POLICIAIS CHEGANDO. GRITARIA. RUÍDO DE BOMBAS DE GÁS. LENÇOS NO MARIZ). De frente companheiros! Essa polícia se pudesse estava do nosso lado, mas não pode; é compra da! Mão na cara! Mão na cara! (OUVE-SE TIRO. MULHER ATINGIDA) Atira! Atira! (SENTE O FERIMENTO. Cala-se. DEPOIS FALA MAIS BAIXO) Pára! Pára... me socorre... eu... eu estou ferida... Eles me acertaram... pára com isso... pára com isso... E... não! Não! Aguenta... Aguenta até o fim... Me salva... Me salva... Me salva... (ESCORRE PELA TÔRRE ABRAÇADA A ELA. OS POLICIAIS DO CHOQUE INVADEM. O POVO DEBANDA REAGINDO POUCO. VOZES SUMINDO. VOZES SUMINDO. SILÊNCIO. SÓ POLICIAIS EM CENA E A MULHER. O VELHINHO ATRÁS DO MURO. DOIS DELAS PEGAM A MULHER E CARREGAM-NÁ. OUTROS TRÊS DERRUBAM A TÔRRE E LEVAM-NÁ TAMBÉM. VELHINHO APARECE DE TRÁS DO MURO. PEGA A LATA DE TINTA E ESCRIVE NO MURO "O PETRÓLEO É NOSSO".

641 *Pravina* Flo 641
9.1

CANÇÃO DO TRILHÃOZINHO

música de carlos lira

letra de francisco de assis

se eu tivesse um trilhãozinho
meu país mais felizinho ia ser
eu sei, eu sei, tão bom.

ai, meu Deus, que sonho lindo
o país evoluído ia ser tão bom
trilhãozinho resolvendo o país desenvolvendo
ia ser tão bom.

em lugar de trilhãozinho
o melhor é instruçãozinha
seu país precisa de instrução
trilhãozinho bonitinho não servir pro seu nação
mas eu ter aqui uma outra sugestão

204, 205, 206, 207, 208, 209 e depois 210
e assim por diante até instruçãozinha
virar trilhãozinho e ainda compressão, moderação
importação, alienação.

papa um dia como o meu
seu país desenvolveu
então vocês poder ter seu trilhão.

côro : 204, 205, 206, 207....

e então vocês poder ter o seu trilhão.

AUTO DO NÃO

equipe de redação do centro popular decultura

UM SUJEITO ENTRA EM CENA E PÕE UM BANCO NO MEIO DO PALCO, SENTADO NO BANCO É COLOCADO UM BONECO DE JÂNIO QUADROS. O SUJEITO OLHA O BONECO, RI, SAI SACUDINDO A CABEÇA.

SUJEITO - Vai começar o Auto do Não. (SAI. ENTRA TIO SAM TRAZENDO PELA MÃO UM MACACO, UM GORILA. O GORILA TEM CHAPÉU DE ALMIRANTE. USA GRAVATA.)

T.SAM Olha lá o Jânio Quadros. (APONTA O JÂNIO) Começou bem...Fêz o instrução 204, desceu a lenha nos estudantes...Ia indo bem...mas sabe o que ele fez agora? Mamma mia! Dêu uma medalha pro Che Guevara! É louco! páreo duro pro Lacerda! Vai lá...despacha ele. Nada de brutalidade, hein? Obriga ele a renunciar de livre e espontânea vontade. (TIO SAM SAI. O GORILA VAI ATÉ O BONECO E ATIRA-O LONGE. PÕE UM CARTAZ NO LUGAR|"PRECISA-SE DE UM PRESIDENTE. O QUE TINHA? RENUNCIOU." O GORILA SAI. ENTRA ZÉ BRASIL COM JANGO GOULARR; SENTOM-SE NO BANQUINHO)

ZÉ BRASIL Bom, já ~~já~~ que o Jânio renunciou, o presidente agora ~~um~~ é você, Jango. Vamos ver se fazemos as reformas de base dessa vez, hein? (GRITA) Não tem ~~não~~ ninguém prá receber o Presidente. O novo presidente está aqui. (TIO SAM APARECE COM O GORILA)

T.SAM Ai. Me acuda. É o Jango o novo presidente! Não pode. Esse é nacionalista. Ele não pode ficar presidente! Vai lá. Prende o Jango. Muda tudo prá parlamentarismo. Isso. Parlamentarismo é a nossa salvação. Ai o Jango fica que nem a rainha da Inglaterra: só serve prá dar risada, tomar chá e dar o pontapé inicial em partida decisiva de campeonato. Vai lá. Prende o Jango. Vira tudo prá parlamentarismo. Não deixa o Jango ser presidente!

(TIO SAM SAI. O GORILA VEM PÉ ANTE PÉ)

ZÉ BRASIL Vamos fazer as reformas de base, não é, Jango? Reforma agrária, acabar com a mamata da Esso, Light, City Bank, (O GORILA PEGOU JANGO E LEVOU-O EMBORA) Swift, Coca-Cola, Firestone...(ACORDA, VÊ QUE O JANGO NÃO ESTÁ MAIS ALI) Hei. Cadê o Jango? ~~MM~~ Jango! Jango! (ANDA UM POUCO. O GORILA VOLTA E SENTA-SE NO BANCO. ZÉ BRASIL, DE COSTAS, PEGA NÊLE SEM OLHAR) Ah, Jango. Puxa, Pensei que tivesse acontecido alguma coisa com você. Sabe, Isso aqui anda cheio de gorilas, a gente pensa que...(OPHA. VÊ O GORILA) Puxa, Jango, eu falando em gorila e sabe que você está parecido com um ~~gum~~ gorila de ver...com um...Socooooorrrro! (CORRE, O GORILA ATRÁS DÊLE. OS DOIS DE COSTAS. ZÉ BRASIL BATE NO GORILA) Companheiro, companheiro, acho melhor você ir embora, porque em um gorila solto por aí...(DÁ DE CARA COM O GORILA) Um gorilão...Ah,ah, pensou que eu ficar com medo de você, não é? Acertou. Socooooorrrro.(O GORILA PEGA A MÃO DE ZÉ BRASIL) Muito prazer...(O GORILA CONTINUA APERTANDO) Eu já disse muito prazer...(O GORILA CONTINUA APERTANDO) Ai...(O GORILA LARGA A MÃO DE ZÉ BRASIL. ZÉ BRASIL FICA COM A MÃO MOLE. O GORILA CHORAZ E ASSOPRA A MÃO DE ZÉ) Está arrependido, seu gorila? (O GORILA FAZ QUE SIM) Ah, bom. O senhor vai soltar o Jango? (O GORILA FAZ QUE SIM) Afinal ele foi eleito com cinco ~~milhões~~ milhões de votos, não é? (O GORILA FAZ QUE SIM E ABRE OS BRAÇOS) Quer me dar um abraço? (O GORILA FAZ QUE SIM) Vamos lá...(O GORILA DÁ UM ABRACÃO EM ZÉ BRASIL. APERTA E APERTA) Ei, seu gorila. Esse abraço não está apertado de mais, não?

GORILA Tá, palhaço.

ZÉ BRASIL Ai, Valha-me Nossa Senhora dos Pecados.(O GORILA APERTA. SOLTA ZÉ BRASIL ABOBALHADO. O GORILA VAI EMBORA. ENTRA MARIA, MULATA LEGAL, MULHER DE ZÉ BRASIL)

MARIA Zé. Zé. (ZÉ ABOBALHADO. MARIA DÁ UNS TAMBINHAS E ZÉ ACORDA) Que foi, Zé?

ZÉ Gorila, minha filha. O que é que podia ter sido? Quando pobre passa mal, procura bem que tem gorila no meio. Gorila, Lacerda e americano. Prenderam o Jango.

MARIA Prenderam? Ele não ~~mm~~ é o Presidente?

ZÉ BRA. Presidente, é. Mas agora o Brasil é parlamentarista. Quer dizer: cada vez que o Jango ~~mmmm~~ quiser fazer alguma coisa em favor do povo, derrubam o primeiro-ministro. Ninguém tem autoridade. Ninguém pode fazer plano. Ninguém tem segurança prá ficar uma semana no govêrno. O povo não elege mais o presidente. Do jeito que está o Jango só pode assinar decreto dizendo que dia de Natal é feriado. Qualquer outra coisa tem crise. Quem manda no Brasil agora é o Congresso. O Congresso só tem dono de fazenda e gerente de companhia estrangeira! Sente a pressão!

MARIA E como é que a gente faz, Zé Brasil? não tem arroz lá em casa...

ZÉ BRA. Nem me lembro de arroz... Como é, que é mesmo?

MARIA Aquêlo pequenininho, branquinho...

ZÉ BRA. Pequenininho, branquinho... isso não é giz?

MARIA Não. Giz é grande... arroz é menor.

ZÉ BRA. Ah. Agora me lembro. Você se lembra de bife?

MARIA Bife? Bife... Ah... O Amaral Peixoto...

ZÉ BRA. Aquilo não é bife, Amaral Peixoto é bofe... Bife... Aquela carninha de comer...

MARIA (CHORA) Ai que saudade do bife...

ZÉ BRA. Ai ue saudade do arroz...

MARIA Como é que a gente faz, Zé?

ZÉ BRA. Já sei. Vamos falar com o agitador. ~~mmmm~~ O agitador sempre sabe como é que se ~~mmmm~~ resolve os problemas do povo...

MULHER Isso. Vamos falar com o Agitador... (O AGITADOR PÁ A CORRENDO)

ZÉ BRA. Ei. Agitador. Agitador. A gente precisa falar com você...

AGITAD. Só se você me livrar da polícia que vive atrás de mim... Olha. Aí vem êle...(VAI CORRER)

ZÉ Não. Vem cá. Te esconde aqui...(PEGA O AGITADOR E O LEVA PARA O FUNDO. BOTA DENTRO DE UM SACO)(ZÉ BRASIL COMEÇA A SE DISFARÇAR DE POLÍCIA. O POLÍCIA APARECE CORRENDO)

POLÍCIA Pega. Pega o agitador. (VÊ MARIA) Madame, com licença. A senhora não viu por acaso um ~~mm~~ agitador, que vive falando pro povo?

MARIA (PEGA O POLÍCIA) Ah, bem, você pensando em agitador e eu aqui sôzinha... Deixa isso prá lá...

POLÍCIA Mas é que...Ai, meu Deus, que dona boa...

MARIA Me dá um beijinho, meu Bat Masterson...

POLÍCIA Mas é que eu estou de serviço...Ai, meu Deus...

MULHER Me dá um beijinho...

POLÍCIA Ai que hoje é meu dia. Bem que minha mãe sempre dizia que eu era parecido com o Robert Taylor.(FECHA OS OLHOS PARA DAR O BEIJO. MARIA SAI RÁPIDA. NO SEU LUGAR FICA ZÉ BRASIL, VESTIDO DE POLÍCIA, COM UM CHAPÉU DE NAPOLEÃO E UM BIGODÃO. O POLÍCIA BEIJA ZÉ BRASIL. VÊ. FAZ CONTINÊNCIA) Seu capitão,...eu...eu...bom dia...

ZÉ BRASIL Então, o senhor ao invés de perseguir comunista fica na farra, não é?

POLÍCIA É. Quer dizer: não é.

ZÉ BR. Explique-se.

POLÍCIA A explicação é que eu...que chuva, não é? Não está chovendo, não é? Pois é....Que falta de chuva, não é?

ZÉ BR. Cêna. Apresente-se no Distrito. Vinte e cinco anos de cêna.

POLÍCIA Mas...

ZÉ Trinta anos...

POLÍCIA Mas...

ZÉ Quarenta anos...

POLÍCIA Mas...

ZÉ Prisão perpétua...(O POLÍCIA VAI EMBORA. FAZENDO CONTINÊNCIA. ZÉ BRASIL TIRA O DISFARCE) Pronto, agitador. Está salvo. (TIRA O AGITADOR DO SACO)

AGITADOR (VOLTA) Obrigado.

ZÉ BR. Tâmo aí prá isso. Um ajuda o outro.

AGITADOR A gente diz a verdade ~~amarrado~~ pro povo e a polícia me persegue. O Lacerda vive dizendo mentira e manda na polícia. Mundo ao contrário...

ZÉ BRASIL Agitador: Jango está prêso.

AGITADOR Eu sei.

ZÉ BRASIL Como é que a gente faz prá soltar êle?

AGITADOR Olha, Zé. O jeito é êsse. É todo mundo dizer não pro parlamentarismo dia 6 de janeiro. O Brasil inteiro dizer não. Não pro parlamentarismo, pro Lacerda, prá Esso, pro Amaral Peixoto, Amaral Neto, tudo quanto é Amaral ~~amarrado~~. Não prá miséria, prá fome, prá favela, não prá guerra.

AGITADOR (CONT.) O Brasil inteiro tem de dizer não.

ZÉ BRASIL Puxa. Não vai ser fácil.

AGITADOR E outra coisa. O Brasil inteiro tem de dizer não e os gorilas tem de ouvir e respeitar a voz do povo. Você tem de obrigar os gorilas a ouvir e a respeitar o não do povo.

ZÉ BRASIL Aquêles ~~gomin~~ gorilas que pranderam o Jango não são mole.

AGITADOR É o único jeito. Todo mundo dizer não. Todo mundo. E o gorila tem de ouvir. (SE DESPEDE) Me procure sempre, Zé Brasil. Nunca despreze a sabedoria. Mas só acredite na sabedoria que ajuda os pobres. Não acredite na sabedoria ~~dos~~ dos ricos. Adeus, Zé Brasil. (VAI EMBORA)

ZÉ BRASIL Temos que fazer todo mundo dizer não.

MARIA É. Vamos começar agora... Ih, olha quem vem lá... (APARECE TIO SAM. VEM COM DOIS OPERÁRIOS)

T. SAM Olha aí: dou mil cruzeiros prá não votar no plebiscito. Mil cruzeiros. É só ficar em casa vendo o jogo de futebol. Não precisa fazer nada. Feito o Lacerda. Não faz nada. Só não votar, ficar caladinho...

OPERÁRIO I Tô precisando mesmo de dinheiro.

OPERÁRIO IIIÉ. Eu também.

OPERÁRIO I Parlamentarismo, presidencialismo: a gente passa fome do mesmo jeito. É. Me dá as mil pratas aí que eu não vou votar.

OPER. II Ninguém é obrigado a votar mesmo.. Me dá as mil pratas aí.. (TIO SAM PAGA)

TIO SAM Isso. Pode deixar. Não precisa votar. Vocês trabalham tanto. Prá que se preocupar com êsse negócio de presidente, govêrno... Deixa tudo por minha conta que eu duído prá vocês... Eu duído do Brasil.. Mil pratas prá você... Mil pratas prá você...

ZÉ BRASIL Maria. Ele está comprando todo mundo. Pedindo prá ninguém ir votar.

MARIA Ih, Zé. Estamos perdidos.

ZÉ BRASIL Assim, pouca gente vai dizer não.

MARIA Não pode. O agitador disse que tem de ser todo mundo.

ZÉ BRASIL Ah. Eu tenho uma idéia. (SE METE NO MEIO DOS TRÊS) Ei. Tio Sam.

TIO SAM Olha mais um, mil pratas ... Quem mais? Quem mais?

ZÉ BRASIL Tio Sam, não quero dinheiro, não. Quero fazer uma aposta.
T. SAM Aposta? Que aposta?
ZÉ BRASIL Olha. Se você souber plantar bananeira eu não vou votar.
Se você não souber plantar bananeira eu voto e voto não.
T. SAM Brasileiro é burro mesmo. Que aposta mais fácil essa. ~~sim~~
Se eu plantar ~~bananeira~~ bananeira você não vai votar...
ZÉ BRASIL Não vou..
TIO SAM Se eu não plantar bananeira você vota e vota não.
ZÉ BRASIL Isso.
TIO SAM Topo. (TIO SAM FAZ GINÁSTICA PRÁ PLANTAR BANANEIRA) Lá vai. (TIO SAM PLANTA BANANEIRA. VAI CAIR. MARIA SEGURA SUAS PERNAS) Plantei. Ganhei. Ganhei! (COMEÇA A CAIR DINHEIRO DO SEU BÓLSON) (ZÉ BRASIL APANHA) Ei, Ei, Isso é uma armadinha. Me solta daqui. Eu bloqueio o Brasil. E u chama o Lacerda. Eu jogo foguete.
ZÉ BRASIL (APANHANDO O DINHEIRO QUE CHOVE) Olha aí, minha gente. Basta virar essa gente de cabeça prá baixo e a gente vê como é que eles são. Olha aí com quê dinheiro êle paga vocês...Esso Brasileira de Petróleo; com milhões de dólares de lucro, Melhoral e Alka-Seltzer- cinquenta milheas, sabonete, dez milhões, Coca-Cola- dez milhões, filme do Bat Masterson, dois milhões: combinação de mulher de nylon- ~~um~~ um milhão, Chiclete- um milhão. Estão vendo. O dinheiro é o nosso. Tirado pelo americano. O dinheiro é seu, é seu, é seu...Olha aí...
T. SAM Me solta. Me solta. (TODOS CERCAM TIO SAM. MARIA SOLTA. ELE SE ARRUMA, MEIO COM MEDO)(COMEÇA A ASSOBIAR. VAI FUGIR. CERCAM. TOMAUMAS PAULADAS. ENFIAM TIO SAM NUM SACO)
ZÉ BRASIL Viu, minha gente? É com o nosso dinheiro que êle faz propaganda, que compra voto. Ele não quer presidencialismo. Ele, o Lacerda, o Globo, o Estado de São Paulo, o Amaral Peixoto, O Amaral Neto. Porque? Porque são eles os culpados da nossa fome. Com o presidencialismo ~~no~~ o povo vai fazer as reformas de base e vai acabar com eles e vai acabar com a nossa fome. Tem que votar não. Quem tem de cuidar do Brasil somos nós. Todo mundo tem que votar não, companheiros. Não pro imperialismo. Dia 6 o que é que a gente vai dizer?
TODOS Não...

ZÉ BRASIL E prá Esso?

TODOS Não.

ZÉ BRASIL E pro Lacerda?

TODOS Não.

ZÉ BRASIL E pro Globo?

TODOS Não.

ZÉ BRASIL Companheiros. Preciso de um que me ajude a fazer o gorila ouvir o não do povo brasileiro. Quem vai comigo?

OPERÁRIO I Eu vou.

ZÉ BRASIL Isso. Toque aqui. (APERTA A MÃO DE ZÉ BRASIL QUE FAZ CARETA DE DOR) IH; Esse é dos bons. Agora vamos ver se esse gorila aguenta. (FIM DA PRIMEIRA PARTE)
INTERVALO MUSICAL- DESAFIO, CANÇÃO.

(INÍCIO DA SEGUNDA PARTE)

ZÉ BRASIL E O OPERÁRIO ENTRAM OUTRA VEZ NO PALÁCIO DE BRASÍLIA. SENTAM NO SACO.

ZÉ BRASIL Pronto. Estamos no palácio. Hoje é dia 6. Daqui a pouco o povo vai dizer não. O Gorila tem que ouvir esse não.

OPERÁRIO Vamos procurar o gorila.

ZÉ BRASIL Procura por lá que eu procuro escapar...

OPERÁRIO O que é?

ZÉ BRASIL Procura por lá que eu procuro por cá. (OS DOIS SE SEPARAM, DE COSTAS, O GORILA VEM E SE COLOCA ENTRE OS DOIS)
ZÉ BRASIL (O GORILA PÕE A MÃO NO OMBRO DOS DOIS) Isso. Põe a mão no meu ombro que eu tenho medo louco de gorila.

OPERÁRIO I Olha, companheiro, Eu não estou pondo a mão no seu ombro, não. Você é quem põe a mão no meu ombro.

ZÉ BRASIL Eu, Eu não.

OPERÁRIO Ih. Então tem mão demais aqui.

ZÉ BRASIL Será que...(OS DOIS SE VOLTAM LENTAMENTE, DÃO DE CARA COM O GORILA) (TREMENTO) Pega ôlo...

OPERÁRIO (TREMENTO) Não, Pega ôlo você...

ZÉ BRASIL Faço questão...

OPERÁRIO Faço questão... (OS DOIS FECHAM OS OLHOS. VÃO DAR UM SÓCO NO GORILA, O GORILASE ABAIXA. UM DÁ UM SÓCO NO OUTRO) (OS DOIS FICAM TONTOS) (O GORILA PEGA O OPERÁRIO)
ZÉ BRASIL CORRE E DÁ UM PONTAPÉ NO GORILA. O GORILA PEGA ZÉ BRASIL. O OPERÁRIO DÁ UM PONTAPÉ NO GORILA. O GO

RILA VAI E PEGA A MÃO DO OPERÁRIO, COMEÇA A APERTAR. O OPERÁRIO GEME)

ZÉ (TORCENDO) ~~mmmmmm~~ Fôrça, companheiro. (O OPERÁRIO TAMBÉM APERTA A MÃO DO GORILA. TIO SAM VAI SAINDO DE DENTRO DO SACO E TORCE TAMBÉM).

T.SAM Vai, meu gorila. Se você ganhar te dou uma fotografia da Jacqueline Kennedy dando de mamar... (OS DOIS TORCEM. O OPERÁRIO COMEÇA A APERTAR FORTE. O GORILA VAI PERDENDO, FICA DE JOELHOS)

GORILA Pinico, Pinico. (TIO SAM VAI SAIR DEFININHO, ZÉ BRASIL O SEGU-RA)

ZÉ Aonde é que vai? Pode vir gente. (VÃO ENTRANDO TODOS)

T.SAM Olha, eu abro mais uma fábrica de chiclete, ponho mais um posto da Esso para o progresso do Brasil...

TODOS Não. (VÃO DIZENDO NÃO NO OUVIDO DO GORILA E DO TIO SAM) (ENFIAM OS DOIS NO SACO. E DÃO UMA BRUTA SURTA)

ZÉ BR. Pronto. Jango está livre. Jango volta presidente de verdade. Agora a gente vai ter de quem exigir se não ~~mm~~ sair as reformas de base. (SAEM. TIO SAM E O GORILA SAEM DO SACO. MACHUCA DOS)

T.SAM Sua burra. Apanhei às pampas. Agora vem aí o presidencialismo com as reformas de base...

GORILA Burro é você. Fica explorando demais e dá nisso.

TISOAM Você é que é burra, que deixou ter o plebiscito.

GORILA Você é que é burro,

T.S.M Você é que é burro. (COMEÇAM A BRIGAR) (ZÉ BRASIL ENTRA. PÕE OS DOIS OUTRA VEZ NO SACO. FICAM BRIGANDO DENTRO DO SACO)

ZÉ Pronto, minha gente. Terminou a história. Isso que a gente fez no palco, o povo brasileiro tem que fazer no Brasil. Tocar prá fora quem explora a gente, Tocar daqui prá fora quem põe a polícia encima do povo. Quem vive querendo dar golpe. E tudo vai começar no dia 6 de janeiro. Basta votar Não. (SAI. OS DOIS DO SACO. CONTINUAM BRIGANDO. ZÉ BRASIL VOLTA E LEVA O SACO EMBORA. OS DOIS BRIGANDO DENTRO DO SACO)

J U N T A D A

Aos cinco dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, no Ministério da Educação e Cultura (Palácio da Cultura), faço juntada a estes autos dos documentos de fls 651 às fls 803, que adiante se vêem, conforme o constante de fls 11; do que para constar, lavrei o presente termo. Eu, Capitão DAVID LIMEIRA KHOURY, servindo de Escrivão, o escrevi e assino. *David Limeira Khoury*, servindo de Escrivão.



C Ó P I A A U T Ê N T I C A

Decreto nº 53.465 de 21 de janeiro de 1964

Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

no uso das atribuições constantes do artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, e,

Considerando a necessidade de um esforço nacional concentrado para a eliminação do analfabetismo;

Considerando que os esforços até agora realizados não têm correspondido à necessidade de alfabetização em massa da população nacional;

Considerando que urge conclamar e unir todas as classes do povo brasileiro no sentido de levar o alfabeto àquelas camadas mais desfavorecidas que ainda o desconhecem;

Considerando que o Ministério da Educação e Cultura vem provando, através da Comissão de Cultura Popular, com vantagem o Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa Nacional de Alfabetização, mediante o uso do Sistema Paulo Freire, através do Ministério da Educação e Cultura.

Artigo 2º - Para execução do Programa Nacional de Alfabetização, nos termos do artigo anterior, o Ministro da Educação e Cultura constituirá uma Comissão Especial e tomará todas as providências necessárias.

Artigo 3º - O Ministério da Educação e Cultura escolherá duas áreas no Território Nacional para início da operação do Programa de que trata o presente Decreto.

51 *Brayner* *Fls 65*
Fal
Arx

652
FL 652
[Handwritten signature]

Artigo 4º - A Comissão do Programa Nacional de Alfabetização convocará e utilizará a cooperação e os serviços de agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedades de bairro e municipalistas, entidades religiosas, organizações governamentais, civis e militares, associações patronais, em empresas privadas, órgãos de difusão, o magistério e todos os setores mobilizáveis.

Artigo 5º - São considerados relevantes os serviços prestados à campanha de alfabetização em massa realizada pelo Programa Nacional de Alfabetização.

Artigo 6º - A execução e desenvolvimento do Programa Nacional de Alfabetização ficarão a cargo da Comissão Especial de que trata o Artigo 2º.

Parágrafo único - O Ministro da Educação e Cultura expedirá, em tempo oportuno, portarias contendo o regulamento e instruções para funcionamento da Comissão, bem como para desenvolvimento do Programa.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em
pendência e 76º da República.

de 1964, 143º da inde

D.O. 22-1-64
Fls 629

Confere com o original.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Visto
J. M. ...
... do ...

PORTARIA Nº 72

Em 27 de fevereiro de 1964

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E designar ARON ABEND, ALPHEU RIBEIRO MEIRELLES, ANTÔNIO CARLOS BERNARDO, CARLOS LUIZ DE ANDRADE, PAULO FREIRE e PAULO PACHECO DA SILVA para, sob a presidência do Ministro, constituírem a Comissão Especial para a execução do Programa Nacional de Alfabetização, nos termos do art, 2º do Decreto nº 53 465, de 21 de janeiro de 1964.

JÚLIO FURQUIM SAMBAQUY

D.O. 3/3/64
fls. 2.101

Revogada pela
Portaria nº 237,
de 14.4.64
fls. 3441

Assessor do Gabinete
Responsável pela Secretaria
do Gabinete

A Portaria nº 199, de 31.3.64
dispensou este pessoa, a pedido
de D.O. de 14.4.64 fls 3337

União:
J. F. Furquim Sambaquy
subscrito ao tal

AÇÃO PENAL
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
CONTRA
PAULO FREIRE E OUTROS

1964/1969
VOLUME 2 – PLANO DE TRABALHO
PARTE 2